CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

POR ONDE ANDA MEU PAI? UMA ABORDAGEM SOBRE MASCULINIDADES E PATERNIDADES NEGRAS NA LITERATURA INFANTIL

Yago José Eloi do Nascimento

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Etnico-Raciais.

Orientadora: Profª Drª Luciana de Mesquita Silva

Rio de Janeiro

Novembro/2021

POR ONDE ANDA MEU PAI? UMA ABORDAGEM SOBRE MASCULINIDADES E PATERNIDADES NEGRAS NA LITERATURA INFANTIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Etnico-Raciais.

Yago Jose Eloi do Nascimento

Banca Examinadora:

_____

Presidente: Professora Dra. Luciana de Mesquita Silva (CEFET/RJ) (orientadora)

_____

Professor Dr. Renato Nogueira dos Santos Júnior (UFRRJ)

_____

Professor Me. Henrique Restier da Costa Souza (UERJ)

_____

Professor Dr. Fábio Sampaio de Almeida (CEFET/RJ)

SUPLENTES

_____

Professora Dra. Talita de Oliveira (CEFET/RJ)

_____

Professora Dra. Marcela Iochem Valente (UERJ)

Rio de Janeiro
Novembro de 2021

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

N244 Nascimento, Yago José Eloi do
Por onde anda meu pai? Uma abordagem sobre masculinidades e paternidades negras na literatura infantil / Yago José Eloi do Nascimento. — 2021.
150f. : il. (algumas color.) , enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2021.
Bibliografia : f. 135-150
Orientadora: Luciana de Mesquita Silva

1. Negros na literatura. 2. Paternidade. 3. Negros – Identidade racial. 4. Racismo. 5. Literatura infantojuvenil brasileira. I. Silva, Luciana de Mesquita (Orient.). II. Título.

CDD 305.896

Elaborada pela bibliotecária Tania Mello – CRB/7 nº 5507/04

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha mãe. Mulher, negra e de quem herdei a fé e a pele negra. Nela sempre encontrei carinho e afeto. Através de muita luta se hoje defendo essa dissertação de mestrado, é graças a Deus e a ela. Obrigado mãe pelo seu amor, pois através dele aprendi que só o poder do amor pode transformar a nossa realidade.

Agradeço também ao meu pai. Pelo seu amor. Pelo seu comprometimento. Pelos momentos da infância. Por não medir esforços para me ver feliz.

À minha orientadora Luciana de Mesquita Silva, eterna gratidão. Agradeço pela paciência, por ter acreditado em mim nos momentos em que eu mesmo já não acreditava. Agradeço pelo encorajamento e incentivo durante todas as etapas do curso. Para nós, negros, é difícil acreditar que podemos ocupar espaços que historicamente nos são negados e chegar até aqui e receber o acolhimento da professora Luciana foi um grande presente na minha trajetória e que carregarei por toda minha vida.

Agradeço a minha colega (minha irmã) Roberta Calixto, pelo incentivo, motivação, inspiração e parceria. Seu apoio foi fundamental para que chegasse até aqui. A Zona Oeste resiste!

Agradeço a todos os professores do PRRER de todas as disciplinas que cursei e aos que tive contato mesmo não cursando disciplina alguma. Foi de grande valia me aproximar da teoria e de um letramento racial crítico que não me foi oferecido durante parte do ensino básico. Em especial agradeço aos professores Fábio Sampaio e Cristina Giorgi pelas discussões no grupo de estudos que me permitiram crescer muito como pessoa, como estudante, como pesquisador e como profissional. Ao professor Carlos Henrique pelos textos trocados e que foram de suma importância para abrir os horizontes na pesquisa das masculinidades. Minha gratidão também se estende à professora Talita de Oliveira pelo empenho como coordenadora, pela receptividade, pela disponibilidade e por todas as trocas ao longo do curso. Agradeço também, a professora Elisângela de Jesus, por me fazer entender que é possível construir uma metodologia epistemológica através da poética musical afro-brasileira, algo que com toda certeza irei levar comigo para sempre.

Agradeço as contribuições da banca na figura dos professores Renato Nogueira e Henrique Restier. Seus comentários e provocações me desafiaram, me fizeram refletir e me

permitiram ir além. Agradeço também ao professor Rolf Malungo de Souza pelos livros, pelas reflexões e incentivo na pesquisa das masculinidades negras.

Aos meus colegas de turma, em especial aqueles que dividiram os momentos de ansiedade, de dificuldade, de alegrias e de boemias seja no presencial ou no remoto. Obrigado Luisa Peixoto, Saulo Marques, Cris Malungo, Fábio Conceição, Karen Pêgas, Evandro Gomes, Luza Lima, Anielle Franco, Elisamar Pereira, Ludmila Lis, Jaqueline Rocha, Claudia Simone, Wesley Peixoto e Wallace Oliveira. Em especial agradeço à minha irmã de orientação, Carolina Marinho, por toda parceria durante esse tempo, pelos trabalhos apresentados, artigos de escrita conjunta compartilhados e tensões da vida dentro e fora do Cefet. Não haveria pessoa melhor para se dividir orientação. Obrigado Carol.

Ao longo da minha trajetória no Cefet/RJ, antes da pandemia, tive a oportunidade de, no seminário discente (2019), conversar com a escritora Sônia Rosa, que havia sido convidada para palestrar. Trocamos algumas informações sobre o curso, sobre a literatura infantil e sobre a minha pesquisa, que ainda estava em construção naquele momento. Sônia me presenteou com um de seus livros, *Capoeira* (2004) e me disse “sua vida vai mudar depois desse mestrado...a minha mudou!” e realmente ela tinha razão. Em tempos de pandemia, já vivendo a realidade das aulas remotas, pude mediar uma live no Instagram do PPRER tendo Sônia como convidada. Ali naquele momento ela trazia para todos a novidade do conceito de Literatura infantil negro afetiva, algo que me chamou atenção e que me contemplou no mesmo instante. Tivemos algumas trocas durante esse tempo e pude receber dela alguns livros de sua autoria. Um grande presente! A cada encontro, ainda que virtual, sinto-me como um parceiro nessa trajetória, onde aprendo muito com ela, com seus incentivos, com seus questionamentos e provocações. Muito obrigado Sônia Rosa.

Também faço um agradecimento à professora Iris Amâncio, que foi super atenciosa, solicita e ao mesmo tempo me ajudou a pensar nessa pesquisa de modo mais profundo. As contribuições de Iris Amâncio foram fundamentais para que conseguisse chegar até o final do terceiro capítulo desta dissertação.

Agradeço a bell hooks e seus escritos. bell hooks foi a primeira teórica negra que tive acesso ao longo do processo seletivo para ingressar no PPRER e posteriormente nas aulas. Através de seus textos pude acreditar em uma nova forma de escrever, de pensar, de me relacionar comigo mesmo e de transgredir a prática educadora.

Aos meus avós: José Domingos dos Santos e Marly Evangelina Eloy dos Santos. Ainda tenho o privilégio de colher suas histórias.

Aos meus familiares, em especial Joelson, Helen, Jaqueline, Renato, Ademia, Aidil, Almir e Jailton. Aos meus amigos, em especial aos que estiveram comigo em momentos difíceis durante esse período; Ana Clara Félix, Felipe Cesar, Micaela Cortes, Luziane Lima, Leandro Honorato, Leandro (Godó), Mariana Félix, Bruno Félix, Bruno Gomes, Walace, Grazi (E o “estevinho”), Ian, Lamego e Lucas Saraiva. Ao meu pai espiritual, padre Maurício Mesquita e a comunidade da Paróquia Santa Rita de Cássia que me deu suporte afetivo e espiritual e fez parte da minha formação como cidadão e como pessoa.

Aos colegas de trabalho da Escola Municipal Sylvia Souza Siquineli, em especial Verônica, Rogéria, Luis, Mylla e Didi. Obrigado pela paciência, por caronas para que eu chegasse a tempo, seja no trabalho, ou nas aulas, pelo incentivo, por serem próximos e por tornarem o ambiente de trabalho mais leve.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que me chegasse aqui, meu muito obrigado.

Brasil, meu nego

Deixa eu te contar

A história que a história não conta

O avesso do mesmo lugar

Na luta é que a gente se encontra

...

Salve os caboclos de julho

Quem foi de aço nos anos de chumbo

Brasil, chegou a vez

De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês

Samba Enredo - Mangueira - 2019

Músicas que acompanharam essa dissertação

1 - Cartas pra Amy - Black Alien

2 - Girassol - Cidade Negra

3 - Um corpo no mundo - Luedji Luna

4 - Se Foi - YOÙN

5 - Acontece – Cartola

6 – A ordem natural das coisas – Emicida

7 – Levanta e Anda – Emicida

8 – Rodo Cotidiano – O Rappa

RESUMO

Por onde anda meu pai? Uma abordagem sobre masculinidades e paternidades negras na literatura infantil

Este trabalho tem por objetivo responder a seguinte pergunta: Onde estão os homens negros exercendo a paternidade na literatura infantil? A partir desta problemática, proponho um caminho metodológico partindo da revisão bibliográfica nos campos da Sociologia e da Historiografia, utilizando como referência, autores que através de uma perspectiva racial (ALMEIDA, 2018; GONZALEZ 1984; MUNANGA, 2004; NASCIMENTO; 1984; NASCIMENTO, 2002), busquem dialogar sobre os impactos que a escravidão provocou na representatividade do povo negro no Brasil e qual efeito que essa representação gerou na construção da imagem dos homens negros perante a si e a sociedade brasileira (SOUZA, 2009). Assim, discute-se ao longo da pesquisa temas que nos possibilitarão pensar sobre: a construção e a ideia de raça num sentido sociológico (GUIMARÃES, 2003), os desafios de uma escrita que protagonize o negro na literatura em uma cultura de objetificação de corpos negros (KILOMBA, 2019; PROENÇA FILHO, 2004), os conceitos em construção a respeito de uma literatura afro-brasileira ou negro-brasileira (CUTI, 2010; DUARTE, 2010; EVARISTO, 2009), o campo da literatura infantil enquanto um espaço de discussão teórica literária (HUNT, 2010; LAJOLO; ZILBERMAN, 2007; YUSTE FRÍAS, 2014), as questões que associam o surgimento e a nacionalização da literatura infantil com a depreciação na representação dos personagens negros (ZILBERMAN, 1985), a necessidade da afetividade em torno da literatura infantil com personagens negros enquanto conceito (DEBUS, 2010; HOOKS, 2021; NASCIMENTO; SILVA, 2020; PEREIRA, 2017; ROSA, 2021), o pensar as masculinidades e as masculinidades negras como campo teórico, (CONNELL, 1995, KIMMEL, 1998, HOOKS, 2019; FANON, 2008; PINHO, 2019; RESTIER, 2017; RIBEIRO; FAUSTINO, 2017; ROSA, 2006, SOUZA, 2009, 2020) a paternidade e as questões que envolvem homens negros dentro dessa categoria (PEREIRA; SANTOS; SILVA, 2019). Para a pesquisa foram selecionadas 9 editoras que aqui menciono como editoras negras ou afro-brasileiras e que possuem livros infantis em seus catálogos online. São elas: Ciclo Contínuo, Kitembo, Quilombhoje, Nandyala, Malê, Mazza, Ogum's Toques Negros, Oriki e Pallas Editora. Desse modo é feito um levantamento partir de um mapeamento/análise de algumas obras de literatura infantil encontradas nos catálogos online de editoras negras ou afro-brasileiras entre os anos de 2000 a 2021, observando onde a paternidade de homens negros aparece de forma central, e para além desta questão, atentar também sobre outros possíveis modelos de relacionamento de homens negros com crianças negras que estejam presentes nessas narrativas, refletindo sobre como se apresentam em cada contexto e qual relação desenvolvem em torno da ideia de paternidade. Nos catálogos online dessas editoras, de 209 obras publicadas, apenas 7 trazem a centralidade de homens negros como pais, ou como avôs ou tios, sendo centrais e apresentando uma referência de masculinidade possível para meninos negros e meninas negras. Essa pequena quantidade de obras publicadas revela o quanto que essa temática precisa ser discutida, tendo em vista a complexidade e a multiplicidade de existência de homens negros na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Paternidade negra; literatura infantil; masculinidades negras.

ABSTRACT

Where is my father? An approach to black masculinities and paternity in children's literature

This paper aims to answer the following question: Where are the black men exercising fatherhood in children's literature? From this point at issue, I propose a methodological path based on a bibliographic review in the fields of Sociology and Historiography, using as reference, authors who, from a racial perspective (ALMEIDA, 2018; GONZALEZ 1984; MUNANGA, 2004; NASCIMENTO; 1984; NASCIMENTO, 2002), seek to discuss the impacts that slavery caused in the representation of black people in Brazil and what effect this representation generated in the construction of the image of black men for themselves and the Brazilian society (SOUZA, 2009). Thus, throughout the research, we will discuss topics that will allow us to think about: the construction and idea of race in a sociological sense (GUIMARÃES, 2003), the challenges of writing black man protagonists in literature in a culture of objectification of black bodies (KILOMBA, 2019; PROENÇA FILHO, 2004), the concepts in construction regarding an Afro-Brazilian or Black-Brazilian literature (CUTI, 2010; DUARTE, 2010; EVARISTO, 2009), the field of children's literature as a space for literary theoretical discussion (HUNT, 2010; LAJOLO; ZILBERMAN, 2007; YUSTE FRÍAS, 2014), the issues that associate the emergence and nationalization of children's literature with depreciation in the representation of black characters (ZILBERMAN, 1985), the need for affectivity around children's literature with black characters as a concept (DEBUS, 2010; HOOKS, 2021; NASCIMENTO; SILVA, 2020; PEREIRA, 2017; ROSA, 2021), thinking about masculinities and black masculinities as a theoretical field (CONNELL, 1995, KIMMEL, 1998, HOOKS, 2019; FANON, 2008; PINHO, 2019; RESTIER, 2017; RIBEIRO; FAUSTINO, 2017; ROSA, 2006, SOUZA, 2009, 2020) and fatherhood and issues involving black men within this category (PEREIRA; SANTOS; SILVA, 2019). For the research, 9 publishers that I mention here as black or Afro-Brazilian publishers and that have children's books in their online catalogs were selected. They are: Ciclo Contínuo, Kitembo, Quilombhoje, Nandyala, Malê, Mazza, Ogum's Toques Negros, Oriki, and Pallas Editora. This way, a survey is carried out from a mapping/analysis of some works of children's literature found in the online catalogs of black or afro-brazilian publishers between the years 2000 and 2021, observing where the paternity of black men appears centrally, and beyond this issue, also paying attention to other possible models of relationship between black men and black children that are present in these narratives, reflecting on how they are presented in each context and what ideas they develop around the idea of paternity. In the online catalogs of these publishers, out of 209 published works, only 7 bring the centrality of black men as fathers, or as grandfathers or uncles, being central and presenting a possible masculinity reference for black boys. This small amount of published works reveals how much this theme needs to be discussed, given the complexity and multiplicity of the existence of black men in Brazilian society.

Keywords: Black fatherhood; children's literature; black masculinities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Quadro A Redenção de Cam, 1985, por Modesto Brocos 82

Figura 2 - CNJ - Campanha Pai Presente - Imagem de divulgação cartaz A3..... 99

Figura 3 – Capa do livro Histórias do Tio Alípio e Kauê – O Beabá do Berimbau publicado em 2018 (2° edição) pela editora Cíclo Contínuo 114

Figura 4 – Capa do livro Ashanti nossa pretinha publicado pela Malê Editora em 2021 ... 116

Figura 5 – Capa do livro Histórias do Tio Jimbo pulicado pela Mazza Edições em 2007 .. 117

Figura 6 – Capa do livro Pedras, pedrinhas e pedregulhos publicado pela Nandyala em 2017 119

Figura 7 – Capa do livro O menino Nito publicado pela Pallas Editora em 2002..... 120

Figura 8 – Capa do livro Lulu adora histórias publicado pela Pallas Editora em 2016 123

Figura 9 – Capa do livro Meu avô é um Tata publicado pela Pallas Editora em 2018..... 124

Figura 10 – Capa da versão galega do livro O menino Nito publicado em 2009 pela Baía Edicións..... 128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Classificação de livros infantis segundo Yuste Frías (2014) 56

Tabela 2 - Mapeamento de livros infantis em editoras negras e afro-brasileiras..... 112

SUMÁRIO

Introdução **14**

1 - O que dizem sobre o negro é o que o negro diz? **24**

1.1 - Cor, raça e racismo - “A sensualidade da raça é um dom” 24

1.2 - Uma longa história de silenciamento na literatura brasileira: Sujeito x Objeto 38

1.3 - Movimento de literatura negra no Brasil: algumas tensões terminológicas 42

2 - A literatura infantil no contexto social brasileiro **52**

2.1 - Considerações sobre o gênero “literatura infantil” 52

2.2 - Literatura infantil e questões étnico-raciais: Era uma vez 59

2.3 - Por uma literatura infantil negro afetiva 68

3 - Masculinidades e paternidades negras na literatura infantil: analisando obras de editoras negras e afro-brasileiras **74**

3.1 - Por que falar de masculinidades negras? 74

3.2 - Reflexões sobre paternidades negras e suas representações: “Nunca tive exemplo, agora eu sou um.” 91

3.3 - Pais pretos presentes: mapeamento de obras infantis em editoras negras e afro-brasileiras 107

Considerações Finais **134**

Referências 136

Introdução

Minha trajetória para chegar até a temática desta pesquisa começa antes de ingressar no Cefet/RJ. Acredito que meu processo escolar foi marcante e fundamental para decidir caminhar até aqui. Não ver personagens ou imagens de pessoas negras nos livros era algo que me trazia uma certa sensação de incompletude, era como se eu também não pudesse “me ver”. Era muito difícil ver imagens de pessoas negras nos livros didáticos que fugissem ao episódio da escravidão. Esse processo foi muito doloroso, pois enquanto criança e adolescente que fui, o processo de aceitação em ser negro passava de alguma maneira pelos referenciais apresentados no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

A construção de minha autoestima foi comprometida pela falta de referência positiva de negritude no ensino básico e o racismo e o bullying racista praticados por alguns colegas me causaram certa repulsa por aquilo que era próprio da minha existência enquanto indivíduo negro no mundo. Esta dissertação começa com esse incômodo que foi sendo despertado ao longo da minha trajetória escolar e acadêmica.

Chegar até o mestrado era um passo inimaginável. Na minha família, sou o primeiro a ocupar esse lugar. Fui criado no subúrbio do Rio de Janeiro, na Zona Oeste, em Campo Grande. Sou filho único. Minha mãe trabalhou como empregada doméstica e meu pai, como porteiro. Nenhum dos dois pôde completar os estudos, tendo ambos apenas o ensino fundamental, mas incompleto. Com muito sacrifício de ambos, pude estudar até o ensino médio em colégios particulares e fazer um cursinho pré-vestibular que me permitiu conquistar uma vaga no ensino superior em uma universidade pública. Quando ingressei no curso de Licenciatura em História pela Unirio através do Cederj, em 2011.2, pensei em aliar trabalho e estudo e o ensino semipresencial foi muito importante nesse sentido.

Durante a graduação, através das tutorias presenciais e da oportunidade de ser bolsista de iniciação científica pelo CNPq na própria Unirio, frequentei um espaço de conhecimento que até então não era pensado para pessoas como eu e que vieram de onde eu vim. De certa forma naquele momento e talvez por conta de tantos atravessamentos de dor na escola, acreditava que chegar ao mestrado era algo impossível. Outra questão que “passava em branco” era a grade do curso de História, pois, apenas no último período da faculdade uma faísca foi acesa quando cursei as disciplinas “História da África” e “Tópicos em história da escravidão”. Pela primeira vez, ainda sem entender muito bem, houve um

interesse em estudar aqueles que são meus ancestrais, o que despertou em mim uma motivação para continuar e aprofundar os estudos.

Concomitante com a graduação, fui aprovado e tomei posse em 2013 no concurso para Inspetor de alunos no município de Itaguaí, na Costa Verde do Rio de Janeiro. Fui lotado em uma escola da zona rural, em Chaperó, bairro que faz limite com o município de Seropédica, Baixada Fluminense. Um lugar de difícil acesso, pobreza e carência. Meu primeiro contato com o espaço escolar como educador começa nesse momento, aos 20 anos de idade, na Escola Municipal Sylvia Souza Siquineli. Uma escola que possuía educação infantil, primeiro e segundo segmentos e que, em 2015, tornou-se uma escola com educação infantil e primeiro segmento (pré-escolar até o 5° ano). Minha identificação com a infância faz parte desse processo e não posso negar o quanto ela foi importante para eu escolher estudar literatura infantil. Acredito que, assim como eu, muitas crianças pretas passem pelo mesmo processo de racismo na escola e, por muitas vezes, eu mesmo presenciei tais cenas. Se as crianças são o futuro da sociedade, acredito que a base da superação do racismo deve começar pela educação básica, iniciando já na educação infantil.

Quando tomei posse na prefeitura de Itaguaí em 2013, conheci, no mesmo dia, um professor que estava tomando posse como orientador educacional, o Wladimir Barbosa. Tivemos uma rápida troca de ideias sobre nossas vivências e sobre como estávamos felizes por finalmente tomarmos posse em um concurso público. Wladimir é negro e é professor de história. Na época, foi uma referência simbólica para mim. Algum tempo depois, consigo encontrá-lo no Facebook e vejo nas informações sobre ele o seguinte: “Mestrando em Relações Étnico-raciais no Cefet/RJ”.

Quando vi aquelas informações, pensei o que talvez todo mundo pense: “Um mestrado em relações étnico-raciais?”, “No Cefet/RJ?”, “Não sabia que existia isso!”. Guardei aquela informação e, ao passar do tempo, com meu interesse após a graduação em continuar os estudos sobre questões de África/Brasil, as visitas ao site do PPRER começaram a ser constantes. Aos poucos um sonho foi sendo gestado, mas ainda havia o incômodo de não me achar bom o suficiente para ocupar um lugar tão alto.

Ao terminar a graduação, em 2017, surgiu a oportunidade de cursar uma Especialização em Cultura Africana, pela Faculdade Campos Elíseos, na qual pude me aprofundar mais e me familiarizar com algumas questões étnico-raciais. Durante o curso, em uma das disciplinas, a discussão sobre literatura infantil com personagens negros

apareceu e me chamou a atenção, provocando uma interrogação que até então não imaginava que pudesse ter alguma conexão com a minha própria história.

A presente pesquisa começa de fato quando, ao ir à Bienal do Livro do Rio de Janeiro em 2017, deparo-me com pouca ou quase nenhuma obra de literatura infantil que colocasse a infância negra como tema, sem carregá-la de estereótipos[1] negativos. Sendo a Bienal um lugar que aglutina diversas editoras das mais importantes do país, incomodei-me ao perceber que “me ver” na infância - enquanto negro, enquanto homem - ainda era algo raro. Ao finalizar a Especialização, decidi finalmente tornar a literatura infantil com personagens negros meu objeto de estudo, e utilizei como base meu trabalho final desse curso de pós-graduação lato sensu para elaborar um projeto de pesquisa e tentar o ingresso no PPRER, motivado pelo apoio de duas pessoas: Cláudio Costa e Roberta Calixto.

Claudio e Roberta já eram alunos do Programa. Ambos da turma de 2018. Conheci Claudio, por acaso, voltando de um concurso para o magistério em Maricá. Cláudio também era formado em História e na volta do concurso acabei fazendo amizades com alguns colegas que também tinham feito a prova, dentre eles Evandro, que foi colega de turma de Cláudio na época de faculdade. Ao voltar na barca Niterói-Praça XV, começamos a conversar sobre as percepções da prova e sobre trabalhar como professor. Nessa conversa, mencionei meu interesse no mestrado do PPRER e, para minha surpresa, Cláudio tinha acabado de ser aprovado e ingressado como aluno do Programa. Roberta Calixto, por sua vez, foi uma das pessoas mais importantes durante meu processo de ingresso no mestrado. Nós nos conhecemos pela internet, quando, mais uma vez por coincidências, destino ou caminhos da vida, selecionei seu nome na listagem dos alunos aprovados no PPRER em 2018 e fiz uma busca no Facebook com o intuito de tentar contato com alguém que estivesse dentro do Programa para entender melhor e saber mais informações sobre como era o processo seletivo, a elaboração do projeto de pesquisa e a escolha do orientador. Para minha surpresa, eu e Roberta tínhamos alguns amigos em comum por uma questão de proximidade residencial. Roberta, também da Zona Oeste do Rio de Janeiro, de Bangu, conhecia um amigo meu, Gabriel Gonçalves. Através dele, consegui o contato da Roberta que foi muito solícita e atenciosa comigo. Ela me ajudou na elaboração e construção do meu projeto, orientando, sugerindo e apresentando alguns textos e caminhos metodológicos.

[1] Segundo o historiador Joel Rufino dos Santos: Estereótipo em arte gráfica, era a chapa metálica em que se arrumavam os tipos fixos (letras, algarismos, sinais etc.) para impressão em série; o termo passou à psicologia e à sociologia para designar a ideia feita de uma pessoa antes mesmo de conhecê-la. No estereótipo, o tipo define a pessoa (SANTOS, 2010, p. 21).

Durante o processo seletivo, após a primeira etapa, na parte da elaboração do projeto de pesquisa, decidi em um primeiro momento estudar sobre como a literatura infantil de personagens negros poderia influenciar positivamente a formação da identidade da criança negra no espaço escolar. Meu projeto de pesquisa até então intitulava-se “Para além do estereótipo: a formação da identidade pela diferença através dos usos da literatura infantil afro-brasileira na escola”. Precisava escolher algum professor que pudesse me orientar e que, ao mesmo tempo, minha proposta de pesquisa tivesse de alguma forma aderência ao que o provável orientador já pesquisava. Na busca por alguém que pudesse orientar meu trabalho, vi como uma possibilidade a professora Luciana Mesquita, que não trabalhava especificamente com estudos na área de literatura infantil, mas que possuía um olhar para as questões de tradução a partir da literatura com personagens negros. Com as notas necessárias para aprovação, fui selecionado pela professora e pude fazer minha matrícula neste Programa, que era um sonho até então distante em 2017, mas que aos poucos foi se tornando concreto. Durante o curso, nas aulas de “Intelectualidade, raça e poder”, selecionei dois textos de bell hooks para apresentar no formato de seminário. Um dos textos era o capítulo sexto do livro *Olhares negros: raça e representação* (2019), que se intitula “Reconstruindo a masculinidade negra”. Ainda que bell hooks estivesse retratando a realidade de homens negros nos Estados Unidos, suas provocações também cabem na relação que se tem no Brasil de homens negros e masculinidades. Nesse momento, os rumos da minha pesquisa mudaram. Fazer um recorte específico de gênero olhando para os homens negros nos livros infantis foi uma escolha que também partiu de uma certa ausência de referência percebida por mim.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo promover uma reflexão sobre as marcas deixadas ainda hoje na sociedade brasileira, considerando especificamente uma questão: onde estão os homens negros exercendo a paternidade na literatura infantil? Essa pergunta se desdobra em algumas outras: Quais seriam as características dessa paternidade? De que formas são construídos esses personagens nos livros em questão? Contudo, até chegar a esta pergunta-problema de pesquisa tracei alguns caminhos que gostaria de compartilhar antes de adentrar de fato nos requisitos teóricos e metodológicos exigidos.

Pensar sobre questões étnico-raciais no Brasil exige um olhar cuidadoso para o passado, sobretudo em relação a como se desenrolou a construção de memória em um território que foi atravessado e marcado pela colonização aos moldes europeus, levada a cabo por homens, em sua maioria brancos, héteros e cristãos/católicos. Dessa maneira, a condição de vida dos indivíduos no Brasil se estabelece por hierarquizações de raça por

meio de uma relação sócio-histórica. A escravidão foi um dos maiores empreendimentos coloniais e de domínio pela violência já realizados na história da humanidade e o seu fim não significou uma equidade nas relações sociais de vários países dos continentes americano e africano.

O interesse pelo estudo da paternidade vem da minha própria relação com meu pai. Meu pai não foi um pai tão presente na minha vida no sentido afetivo e nossos diálogos são curtos. Sei pouco sobre sua vida antes de conhecer minha mãe. Ainda assim, tenho boas memórias com meu pai na infância e sua presença para mim dentro de casa era muito simbólica e significativa já que, por conta do trabalho, eu o via bem pouco. Contudo, meu pai, ao longo do tempo, desenvolveu uma dependência química alcoólica que afetou profundamente a minha vida e a vida da minha mãe. Essa dependência por diversas vezes afastou meu pai de mim e muitas conquistas que obtive até aqui não puderam ser acompanhadas de sua presença. Desfrutar de bons momentos com meu pai foi sendo algo cada vez mais raro em minha vida.

Durante o mestrado, ainda em 2019, meu pai sofreu um acidente grave. Ele teve um AVC provocado por uma queda devido ao uso excessivo de álcool. Meu pai quase perdeu a vida e ficou um mês e dezoito dias internado sendo parte deste tempo no CTI. Nesse período estive em um lugar que ainda não tinha estado antes, que era o lugar do cuidado. Cuidar do meu pai foi algo que me causou um extremo incômodo e desconforto e, ao mesmo tempo, me fez perceber o quanto eu ainda não estava preparado para sua ausência de forma definitiva. Devido ao acidente, meu pai hoje tem afasia, que é um transtorno psicológico específico do desenvolvimento da fala e da linguagem. A dificuldade de se expressar, que sempre foi uma característica dele, aumentou muito após o acidente. Hoje ele precisa tomar remédios controlados, fazer fonoaudiologia, terapia ocupacional e fisioterapia.

Esta pesquisa, portanto, tem relação direta com o que eu fui e com o que estou sendo hoje. A infância, o período escolar, a academia, o serviço público na escola, a masculinidade e a paternidade que são como uma extensão do que vivi com meu pai. Para mim, o Mestrado em Relações Étnico-raciais do Cefet/RJ foi terapêutico, pois me permitiu entrar em contato com minha própria negritude e trazer para o campo acadêmico algumas das minhas vivências enquanto indivíduo e enquanto homem negro no mundo. Acredito que esta pesquisa trará contribuições relevantes para o estudo da literatura infantil com personagens negros, mas também acredito que outros pesquisadores e leitores possam se identificar com a questão da ausência paterna ou sobre como ter um pai presente pode fazer diferença durante o percurso da vida.

Ao acessar o banco de teses e dissertações da CAPES e colocar as palavras-chave “paternidade negra” e “literatura infantil”, entre os 1.601.154 resultados, em nenhum aparecem essas palavras-chave como título ou temática principal de estudo. No banco de dados do Google acadêmico, ao inserir as mesmas palavras-chave, dos 7.340 resultados encontrados, o primeiro trabalho que aparece na busca é um artigo escrito por mim e pela minha orientadora intitulado “Masculinidade negra, paternidade e afetividade na literatura infantil: *O menino Nito*, de Sônia Rosa”, publicado no periódico *Antares* em 2020. Porém, constatei a mesma ausência em relação à temática nos demais resultados. Assim, decidi ir para o campo dos estudos da paternidade, pois pesquisar a paternidade é de certa forma olhar para o pai que eu tenho e para o pai que eu almejo ser algum dia.

Como a paternidade negra na literatura infantil ainda é um fenômeno a ser conhecido, tendo em vista que não há pesquisas com foco tão específico, acredito que tais técnicas possam fornecer bases para conhecer melhor essa realidade. Como hipótese, suponho que existam várias formas de expressão de masculinidade através da paternidade negra na literatura infantil e, para pensar a representatividade de homens negros exercendo paternidade na literatura infantil, optei por fazer um mapeamento e uma análise através dos catálogos online em sites de algumas editoras negras e afro-brasileiras do mercado brasileiro. É preciso ressaltar que a maior parte desta pesquisa foi realizada durante a pandemia do Covid-19 e, nesse contexto, o uso da internet se tornou um eixo fundamental para decidir seguir tal caminho metodológico.

A partir disso, surgem os objetivos específicos: analisar as narrativas dos livros em que a paternidade negra apareça para compreender se as representações têm relação ou não com a “ancestralidade”[2]; observar as formas de representação: se negativa ou positiva, se há uma relação centralizada apenas entre pai/filho(a) (paternagem[3]) ou se outras pessoas da família aparecem no livro; verificar se há mais autores homens ou se há mais autoras mulheres escrevendo sobre a temática em questão, quantos são negros, quantos

---

[2] Utilizo a palavra ancestralidade enquanto um conceito analítico. Segundo Oliveira (2009): “a ancestralidade converte-se em categoria analítica para interpretar as várias esferas da vida do negro brasileiro. Retro-alimentada pela tradição, ela é um signo que perpassa as manifestações culturais dos negros no Brasil, esparramando sua dinâmica para qualquer grupo racial que queira assumir os valores africanos. Passa, assim, a configurar-se como uma epistemologia que permite engendrar estruturas sociais capazes de confrontar o modo único de organizar a vida e a produção no mundo contemporâneo.” (OLIVEIRA, 2009, p.4)

[3] Paternagem é um conceito que vem sendo discutido nos últimos anos, principalmente com o aumento do número de famílias de arranjo patrifocal. Segundo Abade e Romanelli (2018): “Nos vários arranjos familiares, mas especialmente nas famílias patrifocais, as atribuições paternas ganham novo desenho. Nessas famílias, a ausência da mãe leva o pai a exercer a paternagem e propicia maior aproximação afetiva entre ele e os filhos.” (ABADE, ROMANELLI, 2018, p.3)

são brancos, do mesmo modo, observar quem são os ilustradores dessas obras fazendo um levantamento de livros publicados por editoras negras e afro-brasileiras entre 2000 a 2021 (séc.XXI) para averiguar se essas produções estão sendo veiculadas em muita ou pouca quantidade.

Quanto às editoras selecionadas, decidi abordar nesta pesquisa editoras negras e afro-brasileiras, que sejam especializadas em temáticas da cultura africana e afro-brasileira.

Quando me refiro a essas editoras como negras ou afro-brasileiras, faço uma distinção em relação às demais por uma questão de posicionamento das mesmas frente ao mercado editorial brasileiro, principalmente em relação à autoria e a publicação de livros de escritores negros. Como veremos adiante, o ato de escrever no Brasil foi por muito tempo privilégio de uma classe letrada que possuía autoridade para decidir o que deveria ser dito e o que deveria ser omitido. Essa classe letrada em sua maioria era composta por pessoas brancas, que possuíam acesso a escrita e também dominavam os espaços de publicação. Segundo Ribeiro e Pereira: "O posto de editor, como se sabe, tem sido historiado no Brasil e, nas narrativas, surge como apanágio de figuras masculinas, geralmente relacionado ao poder, ao prestígio e à cultura" (RIBEIRO; PEREIRA, 2021, p.3). Nesse sentido, a escrita negra, e o espaço para publicação dessa escrita, devem ser vistos como formas de resistência, de representatividade e de visibilidade. Assim surgem os chamados "quilombos editoriais" (OLIVEIRA, 2018), que seriam espaços onde haveria uma produção voltada para reivindicação da identidade, da territorialidade e da permanência histórica. Segundo Luiz Henrique de Oliveira:

> [...] é nesse sentido, o da produção de identidade e de territorialidade, que me valho do quilombo como metáfora para compreensão das propostas de atuação das casas *editoriais negras*, ciente de que a episteme corrente no campo dos estudos sobre edição não consegue explicar a contento o objeto ao tratá-lo por meio da homogeneidade do conceito de editora, tal como os dicionários (ainda que específicos) o fazem. [...] Desta forma, por *quilombos editoriais* entendo um conjunto de iniciativas no campo editorial comprometidas com a difusão de temas especificamente ligados ao *universo afrodescendente*, com claro propósito de alteração das configurações do imaginário social hegemônico. Essas iniciativas possuem caráter deliberadamente independente e seus autores são, preferencialmente, negros ou, em alguns casos, não negros comprometidos com o combate ao racismo em todas as suas formas. (OLIVEIRA, 2018, p. 157, grifos meus)

Partido dessa perspectiva defendida por Oliveira (2018) entendo que, tais editoras têm como objetivo principal valorizar a escrita de pessoas negras, contrapondo-se à lógica de publicação fundamentada na dinâmica de epistemicídio[4] que se estrutura no racismo e

[4] O epistemicídio acontece quando outras formas de saber são ignoradas ou não são reconhecidas por um cânone hegemônico estabelecido, gerando um processo de invisibilidade. Segundo

sexismo. Como o foco das mesmas é a autoria negra – ou não-negra, mas antirracista - escolhi mencionar tais casas literárias como editoras negras ou afro-brasileiras, partindo do pressuposto que as políticas editoriais das mesmas, procura centralizar a especificidade de uma literatura produzida por afrodescendentes. Suponho que em editoras negras ou afro-brasileiras a possibilidade de encontrar livros infantis com personagens negros masculinos exercendo a paternidade possa ser maior que em outras editoras.

No conjunto dessas editoras, considerando-se e a literatura infantil, encontram-se: Ciclo Contínuo, Kitembo, Quilombhoje, Nandyala, Malê, Mazza, Ogum's Toques Negros, Oriki e Pallas Editora.

Através desta pesquisa, pretendo discutir a ampliação de "uma vertente de literatura infantojuvenil negra" (CUTI, 2010, p. 144). Busco propor uma abordagem interseccional complementada pelos estudos de raça e gênero, teorizando sobre as percepções e as imagens que se tem de homens negros e suas masculinidades no exercício da paternidade que possam quebrar o olhar colonizador (hooks, 2019). Trabalho também com a hipótese de que os processos de marginalização cultural impostos historicamente à população negra no Brasil, evidenciados pelos processos de objetificação dos personagens negros na literatura infantil sob a égide do mito da "trirracialidade", da eugenia e da democracia racial, foram contrapostos pelo protagonismo levado a cabo pelo movimento negro literário, o que também me leva a adentrar o campo do mercado editorial, pensando nas editoras negras e afro-brasileiras que publicam livros infantis na contemporaneidade.

Esta pesquisa está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, proponho fazer uma abordagem histórica sobre a construção da raça como um importante marcador de hierarquização social, exemplificando essa demarcação através do campo literário pós 1822. Pretendo abordar como o conceito de raça foi sendo moldado ao passar dos séculos trazendo contrapontos que são particulares da realidade brasileira e dos processos de miscigenação levados a cabo pela elite intelectual no período imperial e início da República. Nesse sentido, também irei discutir o quanto que ser negro e se afirmar como negro na literatura é se colocar em um lugar de enfrentamento e de resistência contra toda a estrutura hegemônica classicista e racista que molda a dinâmica de publicação de livros no mercado editorial (CUTI, 2010; KILOMBA, 2019) quando o protagonismo negro é central. A partir daí trabalhando com a ideia de sujeito e objeto, apresento alguns autores que vão evidenciar esse processo de apagamento da subjetividade negra. Há também uma discussão sobre os

---

Pessanha: "Nesse processo a morte do pensamento, o epistemicídio, é utilizado como estratégia de proteção do grupo hegemônico, pertencentes da raça branca, em detrimento daqueles que são deixados para morrer, a raça negra." (PESSANHA, 2019, p.169)

conceitos em disputa na literatura de autoria negra que apontam para um movimento composto por diversos escritores, professores, pesquisadores e ativistas do movimento negro a respeito de um corpus próprio quando há uma temática e uma poética que pretenda colocar nos livros as vivências de um sujeito que carrega na pele as dificuldades de ser negro no Brasil.

No segundo capítulo, busco abordar um pouco do que é a literatura infantil (HUNT, 2010; YUSTE FRÍAS; 2014; ZILBERMAN, 1985) e quais seriam os desafios de se pensar teoricamente uma literatura feita por adultos mas que se destina a crianças. Posteriormente, faço uma discussão sobre como ela surge e qual o movimento teórico tem sido feito a partir de uma representação que permita a leitura do mundo não só através da palavra, mas também da imagem. A partir daí, fazendo uma costura com o capítulo primeiro, abordo o surgimento dessa vertente literária no Brasil a partir de uma perspectiva que dialoga com a Historiografia e a Sociologia, trazendo aspectos dos regimes políticos que se passavam naquele período, bem como as teorias que vigoravam em um país que buscava uma identidade nacional. Nesse sentido, os personagens negros aparecem de que forma ? Quem são os autores relevantes desse momento? São perguntas que vou respondendo ao longo do capítulo. Por fim, trago a contribuição de Sônia Rosa (2021) para o campo da teoria de literatura infantil de personagens negros com o seu conceito de literatura infantil negro afetiva para crianças e jovens, pois é a partir desse conceito que pretendo observar os livros mapeados aqui nesta pesquisa.

No terceiro capítulo, faço apontamentos que se referem ao objeto específico de análise deste trabalho, a partir de uma reflexão sobre a categoria de masculinidade e, particularmente, as masculinidades negras, com um foco na temática de paternidade nos livros infantis. A fim de pensar nas paternidades plurais que nossa sociedade apresenta, a paternidade negra vem a ser apresentada neste trabalho como uma forma de enxergar os homens negros, de apontar referenciais positivos de masculinidade negra e de infância negra frente a uma sociedade que historicamente não constrói o homem negro como um homem e que torna a infância para muitas crianças pretas um momento de dor, sofrimento e baixa autoestima. Para fazer tal análise, pretendo verificar os livros infantis publicados no catálogo online das 9 editoras citadas anteriormente. Faço assim uma discussão sobre a categoria masculinidade e masculinidade negra, buscando abordar teoricamente como se desenvolve o pensamento em torno da questão do gênero masculino, principalmente após a segunda metade do século XX. A paternidade, como uma das expressões da masculinidade, também é abordada e procuro pensar nas paternidades negras em suas representações nos filmes e séries estadunidenses e brasileiros, observando como se

constrói a imagem de um homem negro, como é o exercício da paternidade para ele, bem como os desafios. Também busco observar como essas referências se cruzam com os conceitos de paternagem e parentalidade. Na última seção, trago uma tabela com os livros selecionados de catálogo das editoras negras e afro-brasileiras, fazendo uma análise das capas e das informações contidas em cada livro, bem como, algumas das narrativas, que são expostas em diálogos nas histórias.

A partir desse levantamento, faço uma discussão sobre a representatividade dos homens negros nesses livros e trago uma contribuição ao conceito de literatura infantil negro afetiva para crianças e jovens a partir das minhas percepções na construção e na análise de tais obras nas editoras negras e afro-brasileiras.

Com isso, espero promover uma discussão que possa subsidiar os estudos étnico-raciais a partir de um olhar para a literatura infantil apontando que é possível fazermos debates sobre ausência/presença de referencias de paternidade negra positivas/negativas nos livros infantis traçando um paralelo com os estudos das masculinidades e seus atravessamentos no que diz respeito as subjetividades de homens negros.

1 - O que dizem sobre o negro é o que o negro diz?

Neste capítulo, dividido em três seções, pretendo abordar como a questão da raça no Brasil foi preponderante para que houvesse uma discriminação social contra a população negra. Mesmo após um período de redemocratização e com dispositivos jurídicos que criminalizam o racismo, ou que versam sobre a inclusão de negros e negras por via de ações afirmativas, o trauma colonial é um legado que historicamente produz o apagamento e o embranquecimento da população negra. Desse modo, discursos sobre quem é, e o que é o negro, são veiculados na sociedade brasileira desde os tempos coloniais, favorecendo a construção de estereótipos nas mais diversas literaturas que versavam sobre o negro. Contudo, os movimentos negros de resistência tentam a todo momento recuperar e tensionar os discursos sobre si mesmos, favorecendo inclusive o surgimento de uma literatura de corpus próprio no Brasil.

1.1 - Cor, raça e racismo - "A sensualidade da raça é um dom"

No título desta primeira seção encontra-se um trecho do refrão da canção "Meu ébano", de Nenéo e Paulinho Resende, interpretada pela cantora Alcione. Como este trabalho pretende discutir as masculinidades negras e a presença da paternidade na literatura infantil, abro os caminhos desta seção para pensar em como se racializou o negro no Brasil. Para isso, trago essa canção popular que retrata um eu-lírico que se vê desejando um "[...] negão de tirar o chapéu [...] moleque levado, sabor de pecado, menino danado" (NENEO; REZENDE, 2005). E, em seu refrão, teremos a seguinte sentença: "A sensualidade da raça é um dom" (NENEO; REZENDE, 2005). Trata-se de um enunciado que exprime muito bem uma certa condição natural do negro, que por ser negro, é sensual, ou seja, é um dom da raça ser sensual. Ao mesmo tempo, há uma ideia de pecado presentificada no desejo a esse "negão", que seduz e, ao mesmo tempo, induz ao pecado pelo fato de ter uma cor, como expressam os versos dessa mesma canção: "[...] Será que eu caí na sua rede? ainda não sei/ Sei não, mas tô achando que já dancei/ *na tentação da sua cor*." (NENEO; REZENDE, 2005, grifo meu).

Do que será discutido ao longo do trabalho iremos perceber que houve uma construção de representatividade para homens negros no Brasil ligada aos fatores da cor e da ideia de raça. Esta seção irá tratar justamente desse conceito de raça, que se relaciona com a cor, com uma ideia de civilidade e que desemboca no racismo, presente na cultura brasileira, em filmes, livros e canções. Para isso, escolhi mergulhar em uma reflexão que dialogue com uma tradição teórica sociológica e historiográfica.

Seria de uma pretensão e ousadia muito grandes responder à questão: Quando começa o racismo? Dar conta de tal tarefa demandaria leituras, tempo e reflexões que talvez ocupem toda uma vida enquanto pesquisador. Durante o mestrado me foi possível, ao longo de dois anos, refletir sobre como se estabeleceu algo que parece fácil, mas que é complexo de entender: O racismo que fundamenta as bases da sociedade brasileira nos dias atuais. As estatísticas são objetivas, mas o racismo está relacionado a subjetividades construídas sócio-historicamente.

O processo de construção da ideia de raça começa bem antes da chegada dos africanos ao continente americano. A escravidão moderna, que foi uma realidade histórica, se justifica através de ideias que se estabelecem na cultura de uma sociedade e se apresentam no mundo real. O sociólogo Antônio Sérgio Guimarães faz uma pergunta fundamental e, ao mesmo tempo, responde:

> O que é raça? Depende. Realmente depende de se estamos falando em termos científicos ou de se estamos falando de uma categoria do mundo real. Essa palavra "raça" tem pelo menos dois sentidos analíticos: um reivindicado pela biologia genética e outro pela sociologia. (GUIMARÃES, 2003, p. 95)

Para entendermos melhor o conceito, precisamos pensá-lo dentro da dimensão de tempo e de espaço, pois, houve transformações significativas sobre o entendimento do que é a raça. Sendo assim, o conceito de raça aplicado aqui neste trabalho será utilizado no sentido sociológico, entendendo que a raça é uma construção social (TELLES, 2003). Desse modo, o conceito de raça pode ser entendido enquanto um discurso (GUIMARÃES, 2003) produzido a partir de uma relação sócio-histórica, como bem aponta Stuart Hall:

> A raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas – cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. – como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo do outro. (HALL, 2003, p. 63)

Porém, é necessário aprofundarmos um pouco mais para entender que antes da raça ser entendida sociologicamente, ela foi aplicada em um sentido que advém das ciências naturais.

Até então a ideia de raça advinha de uma concepção da zoologia e da botânica, sendo utilizada para classificar os animais e as plantas. Ao final do século XVII e durante o século XVIII o conceito de raça começa a ser aplicado em grupos humanos, apontando sua diversidade. Segundo Kabengele Munanga (2004), o francês François Bernier, em 1684, aplica pela primeira vez o conceito de raça na espécie humana. Posteriormente, o conceito

passou a ser aplicado para classificar determinados grupos em uma sociedade, como por exemplo, aqueles que pertenciam a uma linhagem nobre, ou a plebe. As transformações sociais como o fim do feudalismo, a expansão marítima, a queda do regime absolutista e as diversas revoluções tecnológicas que atravessaram os séculos XV, XVI e XVII na Europa Ocidental impactaram o mundo e as respectivas colônias controladas por países desse continente. A colonização será um dos empreendimentos importantes para que o conceito de raça ganhasse força para categorizar seres humanos hierarquicamente:

> Que são esses recém descobertos (ameríndios, negros, melanésios, etc.)? São bestas ou são seres humanos como "nós", europeus? Até o fim do século XVII, a explicação dos "outros" passava pela Teologia e pela Escritura, que tinham o monopólio da razão e da explicação. (MUNANGA, 2004, p. 2)

Parte do ordenamento do mundo se baseava em uma dimensão mágica e na ideia de pecado/salvação advindas de um discurso teológico eurocêntrico e hegemônico que buscava justificar a escravização como parte desse projeto salvífico e messiânico, segundo Anderson de Oliveira (2007):

> A legitimidade que a Igreja via na escravidão e o caráter indissociável desta à colonização fica evidente já na primeira bula que Roma edita ratificando a expansão portuguesa. Na Dum Diversas, de 1452, o sumo pontífice não só autorizava o monarca português a conquistar e submeter sarracenos, pagãos e outros inimigos de Cristo como também a capturar seus bens e territórios, além de submetê-los à escravidão. (OLIVEIRA, 2007, p. 358)

Ao longo do século XVIII a raça se estabelece enquanto um conceito científico e vai ser utilizado para categorização de seres humanos para classificá-los entre hierarquias de superior e inferior e definir qual raça estaria mais apta à condição de civilização e evolução: "No século XVIII, batizado século das luzes, isto é, da racionalidade, os filósofos iluministas contestam o monopólio do conhecimento e da explicação concentrado nas mãos da Igreja e os poderes dos príncipes." (MUNANGA, 2004, p. 2). A partir desse momento, as revoluções burguesas e a concepção filosófica iluminista serão importantes fatores para definir o homem europeu como conhecedor do que é possível ser conhecido e também como modelo paradigmático do que deveria ser considerado como humano, sendo o ponto de partida e o ponto de chegada de todas as coisas.

Gislene Aparecida dos Santos, em *A invenção do ser negro* (2002), aponta que durante o século XIX, havia uma tensão entre algumas correntes científicas que buscavam compreender o homem e suas diferenças. O fixismo enquanto paradigma científico, que acreditava na imutabilidade das espécies, vai dar lugar ao evolucionismo, que considera a transformação das espécies ao longo do tempo (SANTOS, 2002). Desse modo a diferença entre os grupos sociais passaria a ser percebida não mais pela teologia ou por questões

climáticas e culturais, mas pela biologia. Segundo Santos (2002, p. 48): “Se para os iluministas, as desigualdades sociais apoiavam-se na diversidade humana, ressaltando-a, para os evolucionistas e racistas do século XIX, esta desigualdade social de fato inexiste, pois o evidente são as diferenças raciais expostas em distintas sociedades”. A partir daí, constatada a existência de grupos diferentes, com comportamentos diferentes, atributos físicos diferentes, concepções de mundo diferentes e aplicando-se teorias políticas a partir dos juízos morais extraídos da análise feita a estes grupos, surge o racismo. Segundo a autora:

> [...] alguns elementos da filosofia natural elaborada pelos iluministas são resgatados e, somados a outros, emergentes, adquirem um novo sentido. Noções como as de perfectibilidade, influências climáticas e origens separadas somam-se às novas ciências (frenologia, antropometria e eugenia). Do confronto entre a velha e nova ordem surge uma nova concepção da diversidade humana. (SANTOS, 2002, p. 47)

Nesse sentido a cor da pele (quantidade de melanina) começa a ser um fator que irá marcar a diferença entre os grupos e o conceito de raça passa a servir como uma ferramenta para operar ideias de superioridade e inferioridade atreladas às noções de cultura, de civilização e de moral. Segundo Munanga:

> [...] a cor da pele foi considerada como um critério fundamental e divisor d’água entre as chamadas raças. Por isso, que a espécie humana ficou dividida em três raças estancas que resistem até hoje no imaginário coletiva e na terminologia científica: raça branca, negra e amarela. (MUNANGA, 2004,p. 3)

Os fatores cor e raça são importantíssimos para entendermos que durante toda a modernidade a ideia de civilidade, por exemplo, não era alcançável para todos os sujeitos. Um exemplo é a Revolução do Haiti (1791-1804). Ainda que os ideais da Revolução Francesa (1789) reivindicassem *igualdade, liberdade e fraternidade*, quando a província do Haiti (controlada pela França) buscou sua independência aspirando os mesmos ideais (ideais esses baseados em concepções iluministas), teve que enfrentar a resistência imposta pelos franceses através da violência, que fazia parte da estrutura do sistema colonial escravocrata. Partindo do pressuposto de que a população haitiana era majoritariamente negra e composta de escravizados, percebemos que a condição de *igualdade, liberdade e fraternidade* para todos os indivíduos não incluía negros enquanto sujeitos. Sobre esse fato, Silvio Almeida (2018) ressalta que:

> Com a Revolução Haitiana, tornou-se evidente que o projeto liberal iluminista não tornava todos os homens iguais e sequer faria com que todos os indivíduos fossem reconhecidos como seres humanos. Isso explicaria por que a civilização não pode ser por todos partilhada. (ALMEIDA, 2018, p. 20)

Nesse sentido, pensando no início desse processo levado a cabo por metrópoles europeias, que buscavam não só dominar os territórios coloniais, mas controlar e impor suas visões de mundo a grupos étnicos considerados inferiores, Aimé Cesaire (1955) irá teorizar sobre o embate *civilização x colonização*, já que os povos europeus partilhavam de uma ideia de racionalidade da qual os colonizados nativos não compartilhavam:

> A verdade é que a civilização dita "europeia", a civilização "ocidental", tal como a modelaram dois séculos de regime burguês, é incapaz de resolver dois problemas maiores que sua existência deu origem: o problema do proletariado e o problema colonial; que essa Europa acusada no tribunal da "razão" como no tribunal da "consciência", se vê importante para justificar; e se refugia, cada vez mais, numa hipocrisia tanto mais odiosa quanto menos suscetível de ludibriar. (CESAIRE, 1955, p. 7)

Todo esse movimento chega a seu ápice no século XIX, quando começam a se formar os Estados Nacionais na América e na Europa, buscando uma unidade e uma identidade que os tornassem uma nação homogênea, uma comunidade. O pensamento colonialista europeu cristão será adotado tanto na esfera política quanto na esfera cultural. Dessa forma, no caso do Brasil, as instituições fundam-se dentro de uma lógica de civilização e cultura europeias, perpassando tanto pelo período colonial (1500-1822), quanto pelo período imperial (1822-1889) e republicano (1889-dias atuais). Chamo atenção para o fato de que a questão racial no Brasil está ligada à cor e que essa relação fica evidente no projeto de Estado e de Nação que se pretendeu desenvolver após o Brasil deixar de ser colônia de Portugal. Os portugueses irão implementar no Brasil um padrão de civilização baseado na racialização do povo. Segundo Guimarães:

> Desde a Independência, temos um projeto de nação que está ligado à construção de um Estado nacional; deixamos de ser parte do Estado português, passamos a formar um Estado brasileiro mantendo a escravidão, mas tínhamos já integrado um número grande de pretos libertos, de homens livres de cor, e *a importância da cor não cessou de crescer desde então*. (GUIMARÃES, 2003, p. 100, grifos meus)

A construção do Estado Brasileiro implantará como molde institucional todo esse aporte teórico e filosófico-político eurocêntrico para sustentar as bases do Império pós-1822. Nesse ponto, define-se quem poderia ser sujeito, com direito a falar e ser ouvido e quem seria um mero objeto a ser usado e descartado. A partir daí podemos pensar que, sendo os escravizados negros considerados meras peças de trabalho e objetos nas mãos dos seus senhores, como se desenvolverá o olhar para o negro no momento político em que o Brasil deixa de ser colônia de Portugal? Se os negros não estavam oficialmente livres, a política de colonização de seus corpos continuou, ou seja, o colonialismo continuou a vigorar dentro do território brasileiro. Política e economicamente o Brasil poderia até ser independente, mas juridicamente havia categorizações sociais que são reflexo de uma cultura que

normalizava a escravização de corpos negros, pois a lógica de funcionamento e ordenamento social tinha como fonte a herança colonialista portuguesa e, desse modo, mantendo as bases políticas sob um império forte e católico, o processo de condução levado pela elite para pensar o Brasil será um projeto baseado na categorização das raças, tendo na cor a sua principal justificativa. No livro *Tornar-se negro* (1983), Neuza Santos Souza, ao falar sobre a construção da raça e a relação histórica que essa construção tem com o povo negro, escreve:

> A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior (SOUZA, 1983, p. 19).

Sendo assim, a escravização vai muito além de ser apenas uma escravização da força de trabalho: é um processo de escravização de mentes, de subjetividades e de autoestima, pois, não é possível deixar de ser negro ou trocar a pigmentação da pele.

Quando, no Brasil, começa a se levar a cabo um projeto nacional após a Independência, em 1822, os debates sobre o que eram o brasileiro e a nação brasileira não irão considerar a população negra como parte do ideal civilizacional, por uma questão racial. A Constituição de 1824, por exemplo, em seu artigo 6°, §1º, sobre cidadania brasileira, diz o seguinte: “Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação” (BRASIL, 1824). Entende-se por ingênuos aqueles que nascem livres e aqueles que nascem escravos, mas conseguem a liberdade. Sendo assim, fica perceptível que, por mais que não se reconheça o regime de escravidão visto que a Constituição segue um modelo liberal, é evidente que, na condição de escravo, o mesmo não teria o direito de ser considerado um cidadão brasileiro e, dessa forma, estaria à parte dos direitos legais como cidadão. Juridicamente percebemos que havia uma evidente hierarquia social que colocaria negros em uma condição inferior caso quisessem reivindicar algum direito legal.

O historiador Manuel Salgado Guimarães (1988) nos atenta para o fato de que, no desenrolar do processo de construção do Estado Nacional, a proposta ideológica em curso será fundamental para o delineamento de um perfil de nação e essa proposta se encontrará presente na fundação de instituições importantes do Estado Imperial, como, por exemplo, o Colégio Pedro II e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ainda que se soubesse da heterogeneidade presente no território brasileiro, o projeto de nação levado a cabo pela elite intelectual daquele período irá, influenciado pelo projeto iluminista, homogeneizar uma visão de Brasil e, ao mesmo tempo, definir quem será esse “outro” que antagoniza o ethos do cidadão brasileiro:

> No movimento de definir-se o Brasil, define-se também o "outro" em relação a esse Brasil. Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da ideia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. (GUIMARÃES, 1988, p. 6)

E sobre esse processo de definição do outro, Guimarães (1988) continua:

> Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da idéia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu. (GUIMARÃES, 1988, p. 7)

A ausência da condição de cidadania aos escravizados presente na Constituição de 1824 explicita o que uma parcela da sociedade que conduzia o processo político-ideológico nacional tinha como intenção: subalternizar e inferiorizar os negros, sejam eles homens, mulheres ou crianças. Desconsiderados de serem capazes de alcançar um modelo ideal de civilidade, os negros serão sempre os “outros” enquanto uma categoria dentro de uma sociedade hierarquizada por raça e classe.

A escravidão moderna não era algo ligado apenas à esfera política, já que a sua justificativa também acontecia no campo da religiosidade. É na própria Constituição de 1824 que vamos encontrar o catolicismo sendo adotado como religião oficial do Império. Vale ressaltar, como vimos anteriormente, que desde o período colonial, a religião católica é um importante instrumento de controle social de corpos e mentes dentro de um projeto de poder monárquico.

Esse processo de definição do “outro” perpassa não só o período de escravidão, que oficialmente terá seu fim decretado em 1888, mas também continuará no período pós-abolição, atravessando diversos momentos políticos da história brasileira. Esse silenciamento profundo sobre as mazelas sociais ligadas ao povo negro justifica a agência racial que opera no Brasil ainda hoje, quando estatisticamente negros ainda encontram-se em desvantagem nos espaços de representatividade das esferas públicas e privadas. Desse modo, a categoria “raça” é um marcador no desenrolar da história do Brasil, não só biologicamente, através dos traços físicos, mas também étnico e culturalmente, através da língua, dos costumes e das diferentes trajetórias.

Muitos estudos dentro do campo da medicina foram realizados a fim de comprovar a teoria das raças enquanto uma ciência, classificando-as em raças superiores (brancos) e inferiores (negros e amarelos) a partir de suas características fenotípicas. Com o avanço

dos estudos genéticos, hoje em dia é sabido que “a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito aliás cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana” (MUNANGA, 2004, p.5). Mas esse processo desenvolvido a cabo pela intelectualidade branca ganha força nos nacionalismos que emergiram no século XX desencadeando, por exemplo, o nazismo e a perseguição aos judeus durante a Segunda Guerra Mundial.

No Brasil, ao desenrolar do século XX, vigoraram as teses sobre embranquecimento e miscigenação da população enquanto um projeto político. É necessário salientar que oficialmente a escravidão tem seu fim em 1888, e um ano depois, em 1889, é proclamada a República. O racismo científico e o pensamento darwinista social ainda veiculavam nos círculos letrados e ganha espaço dentro da intelectualidade brasileira deste período, tendo em vista que era preciso repensar uma ideia de Brasil nos ideais republicanos e que em um primeiro momento irá enxergar o negro como uma ameaça e atraso ao desenvolvimento do país, o que irá de certa forma favorecer o processo de imigração europeia nesse período. Assim:

> [...] distinguiam-se, basicamente, aqueles que acreditavam que a miscigenação operada no Brasil levaria à degeneração crescente e à impossibilidade de constituição de um povo brasileiro habilitado à “civilização”, como defendia Nina Rodrigues. Para outros intelectuais mais otimistas, a miscigenação no Brasil correspondia a uma possibilidade de melhoria e regeneração racial que levaria ao desaparecimento progressivo dos negros e mestiços de pele escura, tidos como inferiores, e ao embranquecimento paulatino do conjunto da população, como pensava Sílvio Romero, João Batista Lacerda e Oliveira Viana (SANTOS; SILVA, 2018, p. 8)

Posteriormente, o escritor pernambucano Gilberto Freyre, cristaliza, em *Casa grande e senzala* (1933) o hibridismo racial brasileiro enquanto parte do que tornaria o Brasil um país harmônico nas relações raciais, o que favorece a ideia de uma sociedade “sem cor” promovendo o mito da democracia racial. Segundo Munanga (2004, p. 89):

> [...] o mito da democracia racial: [...] exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência de seus sutis mecanismos de exclusão na qual são vítimas na sociedade.

Nos anos 70 do século XX, a concepção de raça não será mais plausível na biologia e haverá um deslocamento do entendimento entre raça e biologia, para raça e cultura, tendo em vista que os estudos genéticos e biomoleculares não apontaram variáveis entre o fator da raça e o fator psico-cognitivo. O racismo então será uma construção sociológica baseada em aspectos culturais, pois:

> O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, lingüísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são conseqüências diretas de suas características físicas ou biológicas. (MUNANGA, 2004, p.8)

Ainda assim, é preciso salientar que o racismo não pode ser entendido como um dispositivo para explicar todos os fenômenos que relacionem graus de hierarquia entre superioridade e inferioridade a grupos que sofrem injustiça social, pois essa generalização pode acabar favorecendo o surgimento de ideias que banalizam o conceito na medida em que mulheres, jovens, lgbt's, pobres, etc, também sofrem discriminações. É preciso perceber que racismo diz respeito a um grupo étnico cultural que foi essencializado histórica e culturalmente (MUNANGA, 2004).

Contudo, a discussão em torno das políticas de reparação histórica entre os grupos considerados brancos e não brancos provoca tensões no campo intelectual gerando dicotomias que muitas vezes se contrapõem. Com o surgimento das ações afirmativas de cotas no início do século XXI, o debate público em torno da questão das definições de cor e raça foi retomado por diversos setores da sociedade. Entre Demétrio Magnoli e Kabengele Munanga, por exemplo, podemos encontrar alguns desses contrapontos. Magnoli, no artigo "Identidades sociais, sociedade civil e política no Brasil" (2008) define como "radicais" as políticas públicas de ação afirmativa no Brasil iniciadas com Fernando Henrique Cardoso, e que foram expandidas posteriormente pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva. Segundo o autor:

> Os programas, que emanam da Secretaria Especial de Políticas para a Igualdade Racial (Seppir), um órgão federal com estatuto de ministério, abrangem a educação pública, o funcionalismo, o mercado de trabalho, as políticas de saúde e a mídia. O pressuposto de todas as iniciativas é a classificação racial oficial dos cidadãos brasileiros e, em particular, a fabricação oficial do "povo negro" ou dos "afro-brasileiros". O projeto de lei do chamado Estatuto da Igualdade Racial é a síntese mais ambiciosa desse empreendimento. (MAGNOLI, 2008, p.3)

O que Magnoli quer dizer quando fala de "fabricação oficial do povo negro ou afro brasileiro?". Na interpretação do autor reforçar a ideia de que há um "povo negro" no Brasil seria ir contra o processo da identidade nacional que não enxergava cores (CALIXTO, 2020) na lógica freyreana, pois segundo o autor, essa concepção de povo teria sido "fabricada". Ora, de certa forma podemos até concordar e pensar: de fato, houve uma fabricação da ideia do "ser negro" no Ocidente, mas de forma pejorativa pelos sistemas de dominação coloniais. Contudo, o texto continua oferecendo amostras de que o marcador "raça" não faz

mais sentido de ser aplicado, principalmente se for utilizado enquanto um instrumento que possa facilitar a entrada de negros nas universidades. Magnoli apresenta a ideia de que não houve um regime de segregação explícito no Brasil como o apartheid na África do Sul, ou algo como as leis Jim Crow nos Estados Unidos, logo não se justificaria uma política de ação afirmativa aqui aos moldes dos outros dois países.

> A identidade nacional brasileira foi erguida a partir das narrativas não-raciais ou mesmo anti-raciais que se coagularam, com Gilberto Freyre, na idéia-força de mestiçagem. Ao contrário do que acontece nos Estados Unidos, o discurso racialista no Brasil é uma "idéia fora de lugar". O Brasil não produziu leis raciais desde a Abolição e, de modo geral, os brasileiros tendem a rejeitar as classificações raciais rígidas. Contudo, o empreendimento racialista encontra alento na crítica sociológica a Gilberto Freyre desenvolvida, diferenciadamente, por pensadores como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Oracy Nogueira e Carlos Hasenbalg. (MAGNOLI, 2008, p.4)

Chama atenção o fato de ser um texto publicado para um projeto chamado "Nova Agenda de Coesão Social para a América Latina" (2008) proposto pelo IFHC – Instituto Fernando Henrique Cardoso e pela CIEPLAN – Corporación de Estudios para Latinoamérica, com apoio da União Européia e do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Quando Magnoli começa a expor sua visão em relação à coesão social e o papel do Estado, ele traz outros conceitos, como, por exemplo, cidadania, igualdade, identidade:

> No Estado-Nação, a coesão depende essencialmente do conceito contratual de *cidadania*, que se traduz no princípio da *igualdade* política dos cidadãos. A fabricação de *identidades* coletivas oficiais definidas pela "etnia" ou pela "raça" representa um desafio direto a esse princípio e, portanto, uma ameaça à coesão social. (MAGNOLI, 2008, p. 4, grifos meus)

Os conceitos de cidadania, igualdade e identidade mencionados por Magnoli aparecem sem uma contextualização relacionada aos processos que levaram a cabo o surgimento dos mesmos. Não há nesse sentido, nenhuma ressalva ou consideração sobre como cada conceito apresentado foi aplicado, por exemplo, na realidade social brasileira, principalmente no tocante a situação do povo negro tanto no pré-abolição, quanto no pós-abolição. Como vimos anteriormente, no Brasil a ideia de civilização foi concebida tendo como base o eurocentrismo. Negros que não eram livres não foram considerados cidadãos brasileiros na primeira constituição de 1824. A igualdade ficou comprometida posteriormente na República com o incentivo para que imigrantes europeus ocupassem postos de trabalho, colocando o povo negro em uma situação de abandono e desamparo. O processo de afirmação da identidade também foi comprometido a partir do momento em que diversos indivíduos foram retirados dos seus locais de origem, recebem um novo nome, são

separados de sua família, de sua língua e sua cultura. Outro ponto que fica confuso, é quando o autor fala sobre os conceitos de raça e etnia como se fossem a mesma coisa. Raça é um conceito morfo-biológico e etnia é um conceito sócio-cultural. Porém o conceito de raça, quando utilizado por pesquisadores das áreas das ciências humanas ou por movimentos sociais que lutam por direitos políticos, não reivindicam o sentido biológico do termo para afirmar uma realidade, mas reivindicam em um sentido sócio-histórico, para expor o racismo enquanto um sistema de exclusão e dominação. A coesão social de que Magnoli fala contrasta com a visão de Munanga, pois este considera que:

> No Brasil o mito da democracia racial bloqueou durante muitos anos o debate nacional sobre as políticas de "ação afirmativa" e paralelamente o mito do sincretismo cultural ou da cultura mestiça (nacional) atrasou também o debate nacional sobre a implantação do multiculturalismo no sistema educacional brasileiro. (MUNANGA, 2004, p.11)

Há um artigo intitulado "Genocídio racial estatístico" (2004), do renomado historiador José Murilo de Carvalho, publicado em 2004 no jornal *O Globo* e posteriormente, republicado no livro *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo,* de 2007, organizado por Peter Fry, Yvonne Maggie, Marcos Chor Maio, Simone Monteiro e Ricardo Ventura Santos, que discute uma questão: o apagamento racial dos indígenas pela definição "cor" presente no censo do IBGE. Esse artigo também traz uma discussão sobre o conceito de raça. Para Carvalho, somar pretos e pardos como afrodescendentes seria um genocídio da população indígena. Segundo o historiador:

> O IBGE decidiu desde 1940 que o Brasil se divide racialmente em pretos, brancos, pardos, amarelos e indígenas. Os genocidas somam pretos e pardos e decretam que todos são negros, afro-descendentes. Pronto. De uma penada, ou de uma somada, excluem do mapa demográfico brasileiro toda a população descendente de indígenas, todos os caboclos e curibocas. (CARVALHO, 2004, online)

Não querendo entrar no mérito da discussão sobre a questão do pardo enquanto dilema político, o que chama atenção ao longo do texto é que Carvalho parece desconsiderar os processos de embranquecimento levados a cabo pelas elites políticas e intelectuais do Estado brasileiro, além de generalizar o movimento negro. Se há setores do movimento negro que defendem a ideia de que todos os "não-brancos" sejam chamados de negros, onde eles estão? Será que é possível afirmar que os brasileiros foram "deixados livres para definir sua cor" (CARVALHO, 2004, online)?

Segundo o cientista político Luiz Augusto Campos (2013), nos anos de 1970, os pesquisadores Carlos Hasenbalg e Nelson do Vale Silva foram os primeiros a definir "brancos" e "não-brancos", enquanto categoria de estudo estatístico a ser analisada, medindo não só desigualdades de classe, mas também desigualdades de oportunidade:

“Para eles, mesmo quando comparamos pessoas com a mesma origem socioeconômica (mesma classe, nível educacional, renda etc.) as chances de ascensão social dos brancos chegam a ser o dobro daquelas dos “não brancos” (CAMPOS, 2013, p. 84).

Retomando Carvalho (2004), outro dado interessante que podemos observar é a uma aproximação feita entre o entendimento da ideia de raça no contexto brasileiro e no contexto estadunidense:

> A inspiração do genocídio vem naturalmente dos Estados Unidos. Mas a operação é falaciosa. Para corrigir os males de uma sociedade em preto e branco, os americanos começaram a valorizar todas as etnias. Como se sabe, não existem mais americanos. Lá, as pessoas são euro, afro, latino, nativo, asiático-americanas. (CARVALHO, 2004, online)

Quanto a tal afirmação, acredito que algumas considerações precisam ser pontuadas. Lélia Gonzalez (1988) explica que as diferenças de contexto social entre os referidos países são sócio-históricas devido às diferenças situacionais nos processos de colonização aos quais cada país foi submetido. Com isso, Gonzalez diferencia os modos de opressão racial operantes nos dois países em duas categorias: racismo aberto e racismo disfarçado.

> [...] o primeiro, característico das sociedades de origem anglo-saxônica, germânica ou holandesa, estabelece que negra é a pessoa que tenha tido antepassados negros (“sangue negro nas veias”). De acordo com essa articulação ideológica, miscigenação é algo impensável. [...] Já no caso das sociedades de origem latina temos o racismo disfarçado ou como eu o classifico, racismo por degeneração. Aqui prevalecem as teorias da miscigenação, da assimilação e da democracia racial. (GONZALEZ, 1988, p. 72)

Tal sistematização também foi apontada pelo sociólogo Oracy Nogueira (1954) com relação ao modus operandi do preconceito, dividindo em preconceito de origem e preconceito de marca. Onde o primeiro (preconceito de origem) estaria ligado à ascendência e o segundo (preconceito de marca) a cor da pele e traços físicos. Antônio Sérgio Guimarães (2003) aponta que raça para os estadunidenses é um conceito nativo e não um conceito analítico. Dentro do contexto social dos Estados Unidos:

> [...] isso faz imediatamente sentido para as pessoas; não se pode viver nos Estados Unidos sem ter uma raça, mesmo que se tenha que inventar uma denominação — como latino — que designa uma uniformidade cultural e biológica de outro modo inexistente, mas imprescindível para possibilitar o diálogo com pessoas que se designam “negras”, “brancas”, “judias”, etc. Todos os grupos étnicos viram raça nos Estados Unidos, porque raça é um conceito nativo classificatório, central para a sociedade americana. (GUIMARÃES, 2003, p. 93)

Ainda dentro dessa discussão, retomo um dos argumentos utilizados por Magnoli para justificar seu posicionamento contrário às políticas públicas de ações afirmativas e de

reparação histórica, ou a sua incisiva crítica ao Estatuto da Igualdade Racial, na qual o autor intitula tais medidas como racialistas: “Nos termos da Constituição Federal, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (Art. 5º). O Estatuto Racial equivale a nada menos que uma nova Constituição.” (MAGNOLI, 2008, p. 8).

Existem dois contrapontos que gostaria de trazer para tensionar o argumento de Magnoli a respeito do Estatuto da Igualdade Racial ser outra constituição. O primeiro ponto seria questionar a ideia de que “todos são iguais perante a lei”, será mesmo? Segundo Lélia Gonzalez:

> [...] a afirmação de que todos são iguais perante a lei, assume um caráter nitidamente formalista em nossas sociedades. O racismo latinoamericano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. (GONZALEZ, 1988, p.73)

Outro ponto seria no campo do direito. Para Magnoli, parece não haver instituições racistas, sendo o racismo apenas uma prática individual e não coletiva. Porém as instituições reproduzem uma ordem social que tem o racismo como um dos pilares orgânicos na estrutura das relações de poder. Essa ordem social estruturada no racismo afeta de modo sistemático grupos que são historicamente discriminados. Tendo em vista que o racismo é estrutural e estruturante no Brasil (GOMES, 2016), podemos, por exemplo, trazer o que Silvio Almeida aborda no livro *Racismo estrutural* (2018) em relação ao direito:

> A Constituição deu base, especialmente nos artigos 1º, 3º e 5º, para a implementação de políticas de promoção da igualdade racial ou de ação afirmativa. Ações afirmativas são políticas públicas de promoção de igualdade nos setores público e privado, e que visam a beneficiar minorias sociais historicamente discriminadas. Tais políticas podem ser realizadas das mais diversas modalidades e ser aplicadas em inúmeras áreas. As cotas raciais são apenas uma modalidade, uma técnica de aplicação das ações afirmativas, que podem englobar medidas como pontuação extra em provas e concursos, cursos preparatórios específicos para ingresso em universidades ou no mercado de trabalho, programas de valorização e reconhecimento cultural e de auxílio financeiro aos membros dos grupos beneficiados. (ALMEIDA, 2018, p. 89)

Nesse sentido, o racismo será então a prática discriminatória atuando de maneira consciente ou inconsciente, direta ou indireta, e colocando um grupo em vantagem e outro em desvantagem na sociedade e as práticas de ações afirmativas seriam mecanismos utilizados para tornar a relação entre grupos étnicos historicamente discriminados mais equânime. Retomando o raciocínio desenvolvido por Silvio Almeida, temos a seguinte situação:

> O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. Após anos vendo telenovelas brasileiras, um indivíduo vai acabar se convencendo de que mulheres negras têm uma vocação natural para o trabalho doméstico, que a personalidade de homens negros oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou que homens brancos sempre têm personalidades complexas e são líderes natos, meticulosos e racionais em suas ações. (ALMEIDA, 2018, p. 41)

Tanto Magnoli, quanto José Murilo de Carvalho apresentam concepções que contribuem para um reducionismo em relação às questões sobre raça e racismo desenvolvidas enquanto projetos de poder no Brasil. Acreditar que há uma tentativa de segregar a população por parte das políticas públicas promovidas recentemente para negros é desconsiderar os complexos arranjos que partiram dessas relações de poder que fazem, por exemplo, emergir discursos explícitos de racismo nos dias atuais, como dito pelo vice-presidente da República, o general Mourão, a respeito do assassinato de um homem negro, João Alberto Freitas, cometido por seguranças do supermercado Carrefour, em 2020: “no Brasil, não existe racismo”.[5]

Essa percepção nos direciona ao entendimento de que o sistema colonial, enquanto projeto, além de dominar territórios e corpos, também operou na consciência dos indivíduos e, assim, fomentou, através de práticas jurídicas, religiosas e econômicas uma discriminação, colocando brancos e não-brancos em lados opostos. Esse projeto de poder que estrutura a sociedade não terminou na abolição da escravidão. O que gostaria de chamar atenção é que a literatura infantil inicialmente produzida no Brasil serviu a esse projeto nacional e civilizador, como veremos adiante. Como afirma Almeida (2018), o racismo também é reproduzido nos meios de comunicação e no espaço escolar. Se quisermos superá-lo, acredito que seja preciso considerar a infância como ponto de partida para criarmos uma cultura de crianças negras com auto estima elevada, para que não interiorizem o racismo. A literatura, seja ela adulta ou infantil, é um dos caminhos para que isso aconteça. Como pontua bell hooks (2019):

> Apenas mudando coletivamente o modo como olhamos para nós mesmos e para o mundo é que podemos mudar como somos vistos. Nesse processo, buscamos criar um mundo onde todos possam olhar para negritude e para as pessoas negras com novos olhos. (hooks, 2019, p. 39)

A construção do que seria o “negro” passa por vários momentos históricos nos campos sociais e culturais. Na literatura brasileira, a partir de um olhar para o contexto político e social do Brasil, vamos perceber como a representação negra vem aparecendo

[5] “No Brasil, não existe racismo”. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/20/mourao-lamenta-assassinato-de-homem-negro-em-mercado-mas-diz-que-no-brasil-nao-existe-racismo.ghtml. Acesso em: 20. de jul. 2021

seja por meio de diversos estereótipos na construção dos personagens ou pela valorização dos mesmos, observando as particularidades presentes em cada uma delas. Também será importante enxergar que o Movimento Negro contrapôs a cultura hegemônica na medida em que não permitiu que houvesse uma versão única de suas histórias (ADICHIE, 2019) permitindo que possamos questionar, por exemplo, o trecho da canção “Meu Ébano” (2005), presente no título desta seção: a sensualidade não é inerente à raça e, portanto, não é um dom ou condição natural ligada aos negros.

1.2 - Uma longa história de silenciamento na literatura brasileira: Sujeito x Objeto

Pensando na literatura brasileira, parto do pressuposto de que é no século XIX que o Brasil, afirmando-se como Estado Nação independente de Portugal, vai buscar um fundamento que justifique e legitime o que representaria a nação em construção. Dentro dessa perspectiva, a literatura produzida no período posterior a 1822 vai ser importante para entendermos o que era considerado como nacional e brasileiro, já que antes, enquanto colônia de Portugal, não havia um esforço institucional que tentasse desatrelar o Brasil da história e da literatura portuguesas.

A representatividade do negro no campo literário, nesse sentido, durante boa parte do século XIX e início do século XX, estará ligada ao mito da triracialidade, que começou a ser desenvolvido em 1840, no seio do Instituto Histórico e Geográfico (IHGB), com a premiação da monografia do botânico alemão Karl Frederich Von Martius. Nas palavras do historiador Ronaldo Vainfas (1999), essa questão:

> Apareceu pela primeira vez, sob o rótulo da “miscigenação racial”, como proposta vencedora do concurso promovido na década de 1840 pelo recém-fundado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Formulou-a o alemão Karl von Martius, naturalista, botânico, viajante que deixou preciosos registros sobre a natureza e as gentes do Brasil no século XIX. Em Como se deve escrever a história do Brasil, Martius afirmou que a chave para se compreender a história brasileira residia no estudo do cruzamento das três raças formadoras de nossa nacionalidade – a branca, a indígena, a negra –, esboçando a questão da mescla cultural sem contudo desenvolvê-la. (VAINFAS, 1999, p. 2)

A dissertação de Martius aponta para a miscigenação decorrente da presença de índios, portugueses e negros africanos. Para o desenvolvimento de uma história filosófica tão desejada e citada por Martius, era necessário buscar através de pesquisas as “virtudes” de cada uma dessas etnias presentes no território brasileiro. Partindo da origem da história pela chegada (ou invasão) dos portugueses, o trabalho de se escrever história, por assim dizer, sugerido na dissertação do naturalista, seria uma peça-chave para construir uma nação que fosse livre dos possíveis vícios que a miscigenação pudesse causar:

> Jamais nos será permitido duvidar que a vontade da providência predestinou ao Brasil esta mescla. O sangue português, em um poderoso rio, deverá absorver os pequenos confluentes das raças índia e etiópica. Na classe baixa tem lugar esta mescla, e como em todos os países se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio delas se vivificam e fortalecem, assim se prepara atualmente na última classe da população brasileira essa mescla de raças, que daí a séculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes comunicará aquela atividade histórica para a qual o Império do Brasil é chamado. (MARTIUS, 1845, p. 392)

Esse texto, premiado pelos membros do IHGB, chancela para a elite da época um desejo: adotar a política de miscigenação como forma de reverter o "enegrecimento" populacional devido à quantidade de escravizados africanos que se estabeleceu no país. Miscigenar seria uma forma de aprimorar a raça, embranquecer a pele e salvar o povo da degeneração e do pecado. Ao longo do período imperial, essa pouca importância dada ao negro política e socialmente aparecerá nas crônicas, nos livros e em diversas narrativas que buscarão colocá-lo como o "outro" a ser menosprezado, ridicularizado e embranquecido. Pensando nessa condição ao qual o povo negro foi submetido dentro da empreitada colonial, reflito sobre a dicotomia *sujeito x objeto* que é apresentada por Grada Kilomba (2019) no livro *Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano* (2019). Parece-me pertinente observar que quando não há como ignorar o negro e sua presença no território brasileiro, colocam-no como um objeto que não pode falar por si. Nesse jogo entre indivíduos tratados como sujeitos e indivíduos tratados como objetos, Kilomba nos propõe a refletir sobre o quão nociva é a tentativa de colonização das mentes através do silêncio que é imposto ao negro desde a sua chegada enquanto escravo na colônia. Citando bell hooks (1989), Kilomba (2019) apresenta a definição do que seriam sujeito e objeto:

> [...] sujeitos são aqueles que "têm o direito de definir suas próprias identidades, estabelecer suas próprias identidades, nomear suas histórias" (hooks, 1989, p. 42). Como objetos, no entanto, nossa realidade é definida por outros, nossas identidades são criadas por outros, e nossa "história designada somente de maneiras que definem (nossa) relação com aqueles que são sujeitos" (hooks, 1989, p. 42). (KILOMBA, 2019, p. 28)

A autora aborda como é importante ter o direito de poder contar sua própria narrativa em meio a "uma longa história de silêncio imposto" (KILOMBA, 2019, p. 27). Ser protagonista da história, para ela, é um processo de descolonização do eu na medida em que o ato de escrever é "um ato político" (KILOMBA, 2019, p. 28), pensando na realidade de pessoas que foram ao longo da história descritas e tratadas como objetos. Logo, uma narrativa de autoria negra, quando evoca uma escrita de si, coloca em xeque todo o sistema colonialista que vem reverberando ao longo dos períodos históricos uma visão sobre o negro como objeto da história e não como sujeito de si e protagonista da sua própria vida.

Considerando a marcação *sujeito x objeto*, alguns autores que buscam mapear a etnicidade na nossa literatura também vão evidenciar que, durante o desenvolvimento da literatura brasileira, atentando para os séculos XIX e XX, há momentos em que se produz uma representação do negro nas narrativas como objeto. Sem direito a fala, o personagem negro na literatura brasileira referendava a dinâmica social das teorias de embranquecimento e miscigenação. Marcado pela cor da pele, por traços fenotípicos e por um ideário social que o condicionava como raça degenerada, o negro enquanto objeto, na literatura brasileira, carregará estereótipos em relação a sua corporeidade, a sua capacidade intelectual, a sua sexualidade e a sua cor. Essa tradição de silenciamento imposto, somada à relação *sujeito x objeto* que se inicia com Von Martius, perdura até os dias atuais em nossa historiografia e literatura. Domício Proença Filho (2004) nos apresenta uma análise acerca desse panorama, pensando na representatividade negra na literatura. Segundo esse autor:

> Evidenciam-se, na sua trajetória no discurso literário nacional, dois posicionamentos: a condição negra como objeto, numa visão distanciada, e o negro como sujeito, numa atitude compromissada. Tem-se, desse modo, literatura sobre o negro, de um lado, e literatura do negro, de outro. (PROENÇA FILHO, 2004, p.161)

Nesse sentido, quando pensamos na representação[6] negra na literatura, observamos que em quase toda história do Brasil enquanto Estado Nação as narrativas eram sobre o negro e não do negro (PROENÇA FILHO, 2004).

Apresentando exemplos em diversas obras literárias entre o século XIX e XX, Proença Filho (2004) nos mostra algumas características pontuais sobre a presença do negro enquanto objeto, como, por exemplo: o negro vítima (*Escrava Isaura*, 1872, de Bernardo Guimarães), o negro infantilizado (*O cortiço,* 1900, de Aluísio Azevedo), o escravo demônio (*As vítimas algozes*, 1873 e 1896, de Joaquim Manoel de Macedo), o negro pervertido (*O Bom Crioulo*[7], 1885, de Adolfo Caminha), o negro erotizado (*Jubiabá*, 1955, de Jorge Amado), o negro exilado na cultura brasileira (*Urucungu*, 1933, de Raul Bopp). É importante ressaltar que essas caracterizações do negro que aparecem nas obras acima

[6] Segundo Stuart Hall (2006): "Representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos." (HALL, 2016, p.31)

[7] O artigo "Entre Bom-Crioulo e Amaro: pode um sujeito negro homossexual falar?" – revista *Letrônica* – Porto Alegre, v. 14, n. 3, p. 1-16, jul.-set. 2021, escrito por Carolina Marinho Marcílio, Elisamar Pereira Martins, Yago Jose Eloi do Nascimento e Luciana de Mesquita Silva, publicado pela revista Letrônica - PUCRS, trata sobre a representação do personagem Amaro na obra de Adolfo Caminha publicada em finais do século XIX, discutindo a partir dos conceitos de subalternidade no pensamento de Gramsci (1999;2000) e Spivak (1987;2014) questões referentes a masculinidade negra e afetividade considerando a condição de um personagem negro e homossexual na sociedade brasileira, marcada pelo racismo.

foram construídas por autores brancos. Essas produções começam a circular no fim do Segundo Reinado (1839-1889) e passam pela República Velha (1889-1930), Governo Provisório e Constitucional de Vargas (1930-1937), Estado Novo (1937-1945) e Quarta República (1946-1964). Tendo em vista que são períodos em que há um aumento significativo da produção literária no país, também há de se reconhecer que a cultura letrada em sua grande maioria era ocupada por homens brancos que politicamente consentiam o que podia e o que não podia ser publicado. Dessa forma, é preciso olhar atentamente para esses períodos e considerar que as ideias de raça e classe são importantes marcadores para entender que tanto o enredo das obras, quanto a publicação das mesmas, carregam uma evidente distinção entre indivíduos brancos e negros.

Sem querer esgotar as possibilidades de análise, como bem diz Proença Filho (2004), em todas essas obras tem-se uma visão distanciada, ligada a estereótipos negativos, sobrecarregando aspectos de dor e de vícios vinculados ao continente africano. Ao longo do século XX, principalmente no período posterior à Constituição de 1988, a tendência de termos uma presença maior de autores brancos continuou vigorando nos espaços editoriais, algo que irá influenciar diretamente os processos de construção de narrativa, da cor dos personagens e como eles serão tratados nos livros. A pesquisadora Regina Dalcastagnè (2012) fez uma análise de 258 obras do gênero romance no Brasil que foram publicadas entre 1990 e 2004 por três grandes editoras do mercado brasileiro à época: Companhia das Letras, Rocco e Record. Quando o assunto é a cor dos personagens, foi constatado o seguinte: “a pequena presença de negros e negras entre as personagens sugere uma ausência temática na narrativa brasileira contemporânea, que o contato com as obras, dentro e fora do corpus, contos e romances, confirma: racismo” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 175). Sobre a homogeneidade racial dos autores, a pesquisadora também pontua que: “São brancos, 93,9% dos autores e autoras estudados (3,6% não tiveram a cor identificada e os ‘não-brancos’, como categoria coletiva, ficaram em meros 2,4%)” (DALCASTAGNÈ, 2012, p.160).

Ao nos depararmos com o pensamento de Kilomba (2019) e considerarmos a realidade social do Brasil, podemos observar que o racismo cotidiano afeta diversas áreas da sociedade incluindo a representatividade literária e a lógica de publicação em grande parte das editoras. Dessa forma, o ato de falar, de escrever e de publicar, para pessoas negras, é um ato de luta e resistência. Quando há um “sentimento positivo de etnicidade" (EVARISTO, 2009, p. 19) nas narrativas, podemos dizer que há um compromisso com o protagonismo negro no campo literário, dando-lhe condição de sujeito e não de objeto.

Acredito que as ideias apresentadas por Grada Kilomba em relação ao protagonismo negro no ato de escrever se torna um importante elemento de discussão para esta pesquisa que pretende refletir sobre a literatura infantil com personagens negros, principalmente tendo editoras negras e afro-brasileiras como corpus de análise, como veremos adiante no capítulo três deste trabalho.

1.3 - Movimento de literatura negra no Brasil: algumas tensões terminológicas

No âmbito de várias discussões sobre a representatividade negra na literatura brasileira, existem aqueles que acreditam na existência de uma literatura de autoria negra com um corpus próprio no Brasil, como por exemplo, Duarte (2010), Cuti (2010) e Evaristo (2009), que seria desenvolvida a partir das experiências negras, em que, entre outros aspectos, o protagonismo negro seria tomado como ponto de partida para que a narrativa fosse desenvolvida. Como este trabalho tem como um de seus pilares pensar na possibilidade de uma vertente de literatura infantojuvenil negra (CUTI, 2010), faz-se necessário percorrermos alguns caminhos teóricos sobre os movimentos literários de autoria negra no Brasil.

Pensando na realidade brasileira, em que o povo negro foi colocado num espaço de subalternidade (SPIVAK, 2010), essas vozes não tiveram, ao longo de boa parte do desenvolvimento da literatura hegemônica, espaço para que suas estórias fossem contadas a partir de suas próprias realidades. Segundo Florentina Souza (2005):

> Aos negros, africanos ou afrodescendentes, de acordo com a legislação vigente em todo período colonial e extensiva ao século XIX, não caberia escrever, publicar ou mesmo falar de si ou de seu grupo. Embora assim fosse determinado, existem registros de nomes de alguns que falaram de si ou de suas tradições desde o período colonial. (SOUZA, 2005, p. 65)

Enquanto o projeto nacional se desenvolvia ao longo do regime imperial e, posteriormente, do regime republicano, um suposto senso de unidade do que seria a identidade brasileira centralizava a produção literária nos espaços mais prestigiados da elite. Sendo assim, as vozes “marginais” de autores e autoras negros e negras ao longo do tempo acabavam ganhando um reconhecimento menor ou nenhum reconhecimento enquanto autores que reivindicavam a negritude assumidamente em suas obras. Perceber outras trajetórias que não fossem brancas não foi uma prática comum do colonialismo e, por isso, aquele que não é ouvido terá uma percepção de mundo e uma produção de linguagem diferente daquelas que circulam nos espaços de poder da sociedade e que não consideram as diversas multiplicidades de subjetividades do povo negro, por exemplo.

Dessa forma, surgem estudos que irão buscar legitimar toda a produção literária do povo negro em suas trajetórias como sujeitos no Brasil. Esse campo de estudos discute de maneira diversificada sobre quais seriam as particularidades dessa literatura, tanto na estética quanto em suas nomeações e definições. Como boa parte dos estudos étnico-raciais, os estudos sobre a literatura de autoria negra no Brasil discutem sua legitimação a partir da construção étnica do povo brasileiro através da miscigenação. Dentre diversos autores que fazem um levantamento do corpus específico para uma literatura do negro, para o negro e sobre o negro no Brasil, destaco aqui nesta pesquisa, como ponto de partida, uma pergunta que Conceição Evaristo (2009) faz no artigo “Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade"[8]:

> Se, por um lado, tanto as elites letradas como o povo, dono de outras sabedorias, não revelem dificuldade alguma em reconhecer, e mesmo em distinguir, os referenciais negros em vários produtos culturais brasileiros, quando se trata do campo literário, cria-se um impasse que vai da dúvida à negação. Ninguém nega que o samba tem um forte componente negro, tanto na parte melodiosa como na dança, para se prender a um único exemplo. Qual seria, pois, o problema em reconhecer uma literatura, uma escrita afro-brasileira? (EVARISTO, 2009, p.19)

Começar com a pergunta: Qual o problema em reconhecer uma literatura, uma escrita afro-brasileira? Como indaga Conceição Evaristo, permite que a partir deste questionamento também pensemos sobre a necessidade de demarcar a literatura afro-brasileira ou negro-brasileira enquanto um campo específico nos estudos literários.

Uma gama de autores, sobretudo na segunda metade do século XX, começa a publicar suas obras tanto em grandes editoras, quanto em coletivos e periódicos organizados pela própria militância negra enquanto movimento que enxergava a necessidade de aquilombamento para conseguirem divulgar suas obras. Utilizo a palavra aquilombamento enquanto conceito que se relaciona com as ideias de Abdias Nascimento (2002) e Beatriz Nascimento (1984). Aquilombar, nesse sentido, seria uma maneira de reagir ao colonialismo, trazendo a ideia de quilombo enquanto símbolo de resistência às violências históricas produzidas pelos colonos brancos, como afirma Abdias Nascimento: “Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial.” (NASCIMENTO, 2002, p .271). Essa organização no âmbito literário, por exemplo, permite não apenas furar os bloqueios do cânone literário brasileiro, mas, segundo Beatriz Nascimento (1985), fazer com que a necessidade de “autoafirmação e recuperação da identidade cultural” (NASCIMENTO, 1985, p. 291) pudesse ter seu próprio espaço, já que o quilombo “representa um instrumento

[8] Conceição Evaristo, no referido artigo trabalha com as duas concepções: ora utiliza literatura negro-brasilera ora literatura afro-brasileira, sem adotar portanto uma definição específica.

vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira" (NASCIMENTO, 1985, p. 294).

Nesse sentido, Domício Proença Filho (2004) faz um levantamento de vários autores, aos quais, muitos ainda estão em pleno processo de produção. Alguns deles encontram-se no livro *Poesia negra brasileira: antologia* (1992), organizado por Zilá Bernd, como:

> Abelardo Rodrigues (*Memória da noite*, 1979), Adão Ventura (*Abrir-se um abutre ou mesmo depois de deduzir dele o azul*, 1970; *As musculaturas do Arco do Triunfo*, 1976, *A cor da pele*, 1980), Arnaldo Xavier (Pablo, 1975, *A rosa da recusa*, 1980), Cuti (Luís Silva), (*Poemas da carapinha*,1978; *Sol na garganta, contos*, 1979, *Batuque de tocaia*, 1982), Éle Semog (Luiz Carlos Amaral Gomes) (*Atabaques*, 1983, em colaboração com J. C. Limeira), Geni Mariano Guimarães (*Terceiro filho*, 1979), Paulo Colina (*Plano de vôo,* 1984, *Fogo cruzado*, 1980), W. J. de Paula (*Versos brancos, negra poesia*, 1972), José Alberto de Oliveira de Souza (*Cinco poemas vivos*, 1978), Maria da Paixão (*Esparsos*, nos Cadernos negros), Eduardo de Oliveira (*Ancoradouro*, 1960, *Gestas líricas da negritude*, 1967, *Túnica de ébano*, 1980), Oswaldo de Camargo (*Grito de angústia*, 1958, *15 poemas negros*, 1963), Miriam Alves (*Momentos de busca*, 1983, *Estrelas no dedo*, 1985), Oliveira Silveira (*Roteiro dos tantãs*, 1981, *Banzo, saudade negra*, 1970, *Décima do negro peão*, 1974, *Pelo escuro*, 1977), Antônio Vieira (*Areia, mar, poesia*, 1972, *Cantos, encantos e desencantos d'alma*, 1975, *Cantares d'África*, 1980), Jônatas Conceição da Silva (*Miragem do engenho*, 1984), Ronald Tutuca (*O paquiderme com asas de água*, 1981, *Mortoalegrense*, 1982, *Homem ao rubro*, 1983), Carlos Assumpção (*Protesto*, 1982).(PROENÇA FILHO, 2004, p.178)

Chamo a atenção para o fato de que esse livro de Zilá Bernd foi relançado em 2011 com o título: *Antologia de poesia afro-brasileira.* Poderíamos nos perguntar: quais seriam as possíveis razões para a mudança do termo "negra brasileira" para "afro-brasileira" quase vinte anos depois da primeira publicação? Faremos uma reflexão sobre questões como essa adiante.

Em geral, as discussões sobre uma vertente brasileira de literatura negro-brasileira ou afro-brasileira partem de perspectivas que divergem entre si e ao mesmo tempo são repletas de complexidades na medida em que muitos pontos convergem entre si. Para Zilá Bernd: "o conceito de literatura negra não se atrela nem à cor da pele do autor nem apenas à temática por ele utilizada, mas emerge da própria evidência textual cuja consistência é dada pelo surgimento de um eu enunciador que se quer negro" (Bernd, 1988, p. 2). Zilá utiliza "literatura negra", o que seria então literatura afro-brasileira nas visões de pensadores que utilizam o referido termo?

Benedita Gouveia Damasceno (1988) usa o termo "afro-brasileira" para se referir à especificidade temática desta vertente literária. Segundo essa mesma autora, a cor do autor

não é um aspecto relevante para a produção de tal poética. Para alguns pesquisadores, como Duarte (2010), por exemplo, só o critério temático não é suficiente para determinar uma literatura como afro-brasileira, pois o foco específico no aspecto temático pode-se incutir a certo reducionismo em detrimento do pertencimento étnico-racial. Ainda que Damasceno reconheça que "há sensíveis diferenças entre a poesia negra escrita por afro-brasileiros e a escrita por brancos" (1988, p. 125), ela também afirma que "não existe uma estética branca" (1988, p.13). Será mesmo ?

A visão de Damasceno não pode ser considerada um consenso. A pesquisadora Luíza Lobo (2007), por exemplo, já diverge de Damasceno na medida em que busca afirmar que há distinções nítidas entre autores brancos que buscam tematizar sobre o negro e autores negros:

> Poderíamos definir literatura afro-brasileira como a produção literária de afrodescendentes que se assumem ideologicamente como tal, utilizando um sujeito de enunciação próprio. Portanto, ela se distinguiria, de imediato, da produção literária de autores brancos a respeito do negro, seja enquanto objeto, seja enquanto tema ou personagem estereotipado. (LOBO, 2007, p. 315)

Para muitos autores, essa diferença entre a poética negra e a poética branca estaria na narrativa, que se conectaria à vivência e à realidade social do povo negro no Brasil, por isso, seria uma literatura com um corpus específico. Essa literatura mais engajada, a partir de um lugar que reconhece a dimensão da negritude, começa a ter uma maior visibilidade na segunda metade do século XX, por exemplo, nos *Cadernos Negros*[9] (1978). Segundo Proença Filho:

> Os propósitos de afirmação étnica e de identidade cultural, o espírito de grupo, aliados às dificuldades mercadológicas que enfrentaram e enfrentam, levaram-nos a integrar grupos e movimentos, entre eles o grupo Quilombhoje, de São Paulo, criado em 1980, responsável pela publicação dos Cadernos negros, periódicos divulgadores com vários números em circulação, o grupo Negrícia, Poesia e Arte do Crioulo, lançado no Rio de Janeiro, em 1982, e o grupo Gens (Grupo de Escritores Negros de Salvador), que data de 1985. (PROENÇA FILHO, 2004, p.178)

Esse é um ponto importante, pois a terminologia "negro"/"afro" está muito relacionada à identidade e a como se define no Brasil contemporâneo a identidade cultural e étnica dos negros brasileiros.

---

[9]. Criada em 1978 por diversos escritores negros, no contexto da ditadura militar-cilvil, *Cadernos Negros é* uma série de publicações que reúne contos e poesias de autores comprometidos com a trajetória e a perspectiva negra no Brasil, tendo suas publicações lançadas anualmente. Disponível em: https://www.quilombhoje.com.br/site/cadernos-negros/ . Acesso em: 09 de fev. 2021.

Para o pesquisador Eduardo de Assis Duarte (2010), a literatura afro-brasileira seria um “conceito em construção” (DUARTE, 2010, p. 122), que englobaria um sentido mais amplo, colocando afrodescendentes como sujeitos. Duarte lista um conjunto de cinco aspectos que considera relevantes para identificar o que seria a literatura afro-brasileira. Seriam eles: a) *linguagem*, como uma construção do discurso com ritmo, sons e uma semântica própria; b) *ponto de vista*, ou seja, uma perspectiva em que se assuma a problemática ligada às condições do povo negro no Brasil; c) *público-alvo*, que seria um público afrodescendente; d) *temática*, em que o negro enquanto sujeito é central na narrativa; e) *autoria*: o autor é afrodescendente, podendo deixar explícito ou não seu lugar de enunciação.

Aqui temos uma questão, pois um indivíduo afrodescendente pode ser não-negro em relação à cor da sua pele, já que a afrodescendência pode ser fenotípica e/ou ancestral. Será que esse indivíduo encontrará as mesmas dificuldades que um negro no mercado editorial para a publicação de suas obras? Em entrevista a Duarte e outros acadêmicos, Cuti (2007) responde o que para ele seria a diferença entre as terminologias “literatura negro-brasileira” e “literatura afro-brasileira”, atentando para a questão dos fenótipos no Brasil. Segundo ele:

> Parece-me uma questão de tom. A palavra negro é muito mais polissêmica e contundente. Afro-brasileiro é um termo apaziguado de conflitos. Muito menos rico que aquele. No Brasil, a ideologia da democracia racial prefere palavras mais amenas, que não tragam uma conotação conflituosa. Daí que, por detrás dessa similitude semântica, encontra-se uma guerra pela palavra, “guerra sem testemunhas”, em que Osman Lins alertava estar sempre empenhado o escritor. Veja, um afro-brasileiro, não necessita ser necessariamente negro. Ele pode ser branco. É isso: no afro-brasileiro cabe o branco. A polarização criativa perde seu impulso, a crítica ao racismo também. A renúncia à branquitude perde o sentido. (CUTI, apud DUARTE; FONSECA; SOMELARTE; 2007, online)

Na perspectiva de Cuti, o termo “afro-brasileiro” pode abranger sujeitos que não sejam negros, ou seja, brancos, ou mesmo brancos afrodescendentes. Como vimos na seção anterior, tanto Lélia Gonzalez, quanto Oracy Nogueira definem que no Brasil o preconceito racial está atrelado ao racismo disfarçado/preconceito de marca, caracterizado pela cor e aspectos fenotípicos do indivíduo. Essas são percepções sociológicas fundamentais para entendermos que a lógica que sistematiza o racismo no Brasil faz com que as palavras “negro” e “afro” não sejam a mesma coisa.

Em 2018, um caso no Paraná chamou a atenção de setores da imprensa. Um jovem de 26 anos participou de processo seletivo para a Usina Itaipu, concorrendo a uma vaga destinada a cotas raciais. O candidato foi excluído do certame por não ter aparência

afrodescendente. Segundo a banca, o candidato não poderia ser incluído na condição de pessoa preta ou parda, ainda que alegasse afrodescendência. Seus aspectos fenótipicos como formato do rosto, olhos, nariz, boca, tipo do cabelo, além da cor da pele não o caracterizavam como negro. O candidato acionou a justiça através de um mandado de segurança. O Tribunal Regional Federal da 4a Região declarou:

> O critério legal em que se baseou o Estatuto da Igualdade Racial é o da fenotipia, e não o da ancestralidade. A lei é clara ao afirmar que a população negra é formada pelo conjunto de pessoas que se declaram pretas ou pardas. O que valida o uso do privilégio legal é a aparência afrodescendente e não uma alegada ascendência afrodescendente. A autodeclaração não é critério absoluto da condição de ser negro ou pardo. Não apenas a interpretação literal do EIR levam a tal conclusão, conforme acima referido. Numa interpretação teleológica, verifica-se que a finalidade do sistema de cotas raciais vem a se a de compensar candidatos passíveis de discriminação racial, sob a forma odiosa de preconceito racial. *Porém, para se valer do benefício legal, não basta ser afrodescendente: tem que parecer ser afrodescendente, aos olhos do homem médio.* (BRASIL, 2018, p. 8, grifo meu)

Quando pensamos no conceito de literatura afro-brasileira, devemos levar em consideração que a afrodescendência é um caminho discutível em relação ao reconhecimento e a autodeclaração de um autor enquanto negro, pardo ou branco. Pois o fato de parecer negro, como visto na decisão judicial, implicará nas possíveis discriminações que um indivíduo possa sofrer. Se existe uma política mercadológica de epistemicídio[10], como garantir que o negro e o não-negro consigam publicar em pé de igualdade de condições? É importante observarmos a reflexão feita por Cuti (2010) quando discute a respeito da seleção de obras para a leitura em escolas, concursos, vestibulares etc. Partindo do pressuposto de que “os discursos (todos) passam pelo poder dizê-lo" (CUTI, 2010, p. 47), percebemos que, dentro de uma lógica de poder, existem várias instâncias que fazem com que um livro ocupe espaço em uma prateleira ou não. Os filtros feitos em publicações colocadas à nossa disposição carregam a ideologia daqueles que estão no conselho editorial, na livraria, na biblioteca e em outros espaços literários. Dessa forma, a nossa escolha por um livro já foi predeterminada, por exemplo, pela linha editorial que o decidiu publicar.

Pensando na realidade da escrita e publicação no Brasil, Cuti (2010), que defende o uso do termo “literatura negro-brasileira”, nos traz a reflexão de que, devido às diversas

[10] Segundo Aparecida Sueli Carneiro (2005), “o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo” (CARNEIRO, 2005, p. 97).

manifestações de discriminação, essa vertente literária também foi reprimida, assim como a capoeira e as religiões de matriz africana, por exemplo. Sendo assim, passar por diferentes filtros editoriais necessariamente poderia implicar que o autor negro não se autodeclarasse como tal, pois, assim, sua obra poderia ser mais bem recebida, já que os espaços de poder em sua maioria no Brasil são ocupados por brancos (SANTANA; TORRES, 2019).

Cuti apresenta diversos escritores, entre eles, Solano Trindade, Joel Rufino, Geni Guimarães e Maria Tereza Moreira de Jesus que, em seus escritos, afirmam-se como negros. Dizer-se negro na perspectiva de Cuti é redefinir as camadas de estereótipos negativos sobre os quais a negritude foi pensada pelo viés do brancocentrismo. Esse mudança de redefinição da ideia negritude ganha notoriedade na década de 1960, por exemplo, com o movimento *Black is beautiful*[11], nos Estados Unidos, que pregava a valorização da beleza negra e de suas características fenotípicas, já que as práticas racistas atingem o campo do desejo e da atração, fazendo com que pessoas negras possam se sentir menos desejáveis. No Brasil, na década de 1970, surge no Rio de Janeiro o movimento *Black Rio*, que reunia diversas produções culturais na cena musical influenciadas pela *soul music* estadunidense, aliando-se a diversas tendências do campo artístico e performático. Retomando Cuti (2010), o autor destaca:

> O dizer-se “negro”, além de desdizer o que foi dito, é um dizer-se: “Sou humano!”. O espanto que fica é: “Alguém disse que não?”. A pergunta suscita a resposta: “Sim!” e nos conduz direto para o primeiro passo da consciência despertada com essa afirmação: “Então o racismo existe e não podemos negar a sua existência nem cruzar os braços diante dele”. (CUTI, 2010, p. 56)

Dessa forma, para Cuti, a literatura negro-brasileira seria aquela em que a perspectiva da narrativa está relacionada à vida dos negros no Brasil. A autodeclaração do autor como negro, nesse sentido, é fundamental para que se considere tal perspectiva, o que na verdade não é uma exigência caso o escritor negro não queira se declarar como tal, ou tratar de outro tema, pois o que importa é não censurar as diversas formas de expressão. Contudo, Cuti considera que, além das características fenotípicas, a consciência racial é fundamental para que possamos falar de literatura negro-brasileira. Nesse processo de produção, o ser negro é um marcador importante, pois, ainda que o autor tenha um comprometimento com as causas dos afrodescendentes no Brasil, o fato de ser branco, por

[11] Segundo Luciana Xavier de Oliveira (2018), “conta-se que o autor do lema Black is Beautiful foi John Swett Rock, abolicionista negro norte-americano (além de professor, médico e advogado), que usou a expressão pela primeira vez em um discurso proferido em 1858, na cidade de Boston [...] Pouco depois a frase foi reapropriada pelo movimento da Consciência Negra na África do Sul, liderado por Steve Biko, e chegou ao Brasil por conta do Movimento Black Rio, cena musical configurada em torno de um circuito de bailes de soul que mobilizavam milhares de jovens negros nos subúrbios do Rio de Janeiro nos anos 1970” (OLIVEIRA, 2018, p.188).

exemplo, simbolicamente o coloca em um espaço de privilégio em um lugar historicamente marcado pela opressão do branco sobre o negro e a recepção do seu texto pode ganhar mais abertura para publicação. Em se tratando de um autor negro, como vimos anteriormente, podemos dizer que a recíproca não é verdadeira nesse caso. Cuti (2007) afirma:

> O branco, por mais que tematize o negro, ainda não teve distensão psicológica para chegar a essa empatia na criação. O leitor negro não passa em seu horizonte criativo. A subjetividade intransferível ainda continua sem o exercício mimético por parte dos autores brancos. Daí que um querer-se negro no momento da criação é o que mais importa no tocante à consideração do que é Literatura Negra. Tematizar é fácil. Essencializar é um outro exercício que passa, sobretudo, pelo despojamento da brancura. (CUTI, apud DUARTE; FONSECA; SOMELARTE; 2007, online)

Em contraposição à visão de Cuti sobre “literatura negra”, Duarte (2010) ressalta que:

> [...] pode-se deduzir que, da militância e celebração identitária ao negrismo descomprometido e tendente ao exótico, passando por escritos distantes tanto de uma postura como de outra, literatura negra são muitas, o que, no mínimo, enfraquece e limita a eficácia do conceito enquanto operador teórico e crítico. E isto sem entrar na cadeia semântica do adjetivo que, desde as páginas da Bíblia, carrega em praticamente todas as línguas faladas no ocidente as marcas de negatividade, inferioridade, pecado, morte e todo tipo de sortilégio. (DUARTE, 2010, p. 118)

Para Duarte (2010), portanto, a terminologia “literatura negra” enfraqueceria a criação de um conceito, já que o termo “negro” carrega uma simbologia dentro do processo sócio-histórico brasileiro que estaria ligada a uma marca substancial pejorativa de negatividade, inferioridade e pecado. Contudo, é preciso problematizar a denominação do conceito “literatura afro-brasileira” reivindicada por Duarte, pois se pensarmos que o Brasil sofreu um intenso projeto de miscigenação no contexto da ideologia do embranquecimento e que existem dificuldades para que o negro se entenda como negro nesse país, até que ponto utilizar o termo “afro” nos espaços de poder nos forneceria uma instrumentalização para combater “o sono dos injustos”? (EVARISTO, 2007, p. 21)

Desse modo, a palavra “negro” serve como afirmação da identidade do sujeito que, em determinado momento, foi ligada a uma desqualificação, a um mau julgamento, mas que na contemporaneidade se ressignifica quando se faz a seguinte pergunta: “quem eu sou?” Se pensarmos na realidade do Brasil, qual seria a resposta: "sou afro-brasileiro” ou "sou negro”? Se, por um lado, em sua perspectiva, Duarte (2010) prefere deixar “de lado polêmicas de fundo sociológico, político ou antropológico” (DUARTE, 2010, p. 119), Cuti

(2010), por sua vez, confronta a terminologia “afro” considerando o processo de mestiçagem ao qual o povo negro foi submetido no Brasil:

> Quanto ao nome dado a esta produção, estamos diante de um projeto de “engenharia” ideológica, cujo o objetivo é esvaziar o sentido das lutas da população negra no Brasil, sobretudo, seu principal fator: a identidade, este querer-ser negro, este assumir-se negro, este gostar-se negro. Ninguém escreveu em nenhuma camisa “100% afro-brasileiro”. Essa expressão não provoca qualquer entusiasmo. (CUTI, 2010, p. 43)

Retomo o exemplo do livro de Zila Bernd, que teve seu título alterado de *Poesia negro brasileira: antologia* (1992) para *Antologia de poesia afro-brasileira* (2011) e utilizo mais uma vez o pensamento de Cuti (2010) para refletir sobre possíveis respostas para a pergunta feita anteriormente nesta seção: quais seriam os possíveis motivos para a mudança do termo quase vinte anos depois? Seriam as políticas editoriais? Escolha pessoal da organizadora? Perguntas que acredito necessitarem de uma investigação que esteja para além desta pesquisa. De todo modo, são perguntas que provocam respostas quanto à alteração semântica, mas que também altera o sentido do conceito para Cuti:

> Creio que toda alteração terminológica traz em si uma intenção de enfraquecer o termo de maior significância e empregado para arregimentação. Ninguém no mundo é discriminado por ser afro-brasileiro ou afro-descendente, mas, sim, por ser negro, trazer inscrito em seu físico os traços da ascendência africana subsaariana. E esses traços, a partir dos embates cotidianos, ganham dimensão subjetiva, pois acabam se tornando até símbolos, como por exemplo o cabelo crespo nessa época em que até as brancas fazem o alisamento chamado escova. (CUTI, apud DUARTE; FONSECA; SOMELARTE; 2007, online)

Ora, Cuti apresenta aqui algo que também vai contrastar com a visão do historiador José Murilo de Carvalho (2004), como visto na primeira seção. A construção da raça passa pela discursividade a partir da cor e dos traços do indivíduo, algo que não é definido livremente, como afirma o historiador, mas que se definiu, que se define e se antecipa, mediante o racismo à brasileira.

Das mais variadas formas, percebemos que as disputas epistemológicas em relação aos conceitos como os de literatura afro-brasileira e literatura negro-brasileira seguem em aberto. De qualquer forma, na presente dissertação me sinto mais contemplado com o conceito de literatura negro-brasileira para pensar uma “vertente de literatura infantojuvenil negra” (CUTI, 2010), e penso que é preciso considerar as problematizações a serem feitas quanto à hibridização presente na expressão “afro-brasileiro(a)”, em um país onde a definição identitária passa pela problemática da miscigenação, sendo importante dialogar com outras áreas do conhecimento para que façamos um debate com profundidade e com um olhar atento às questões étnico-raciais do Brasil. Além disso, é necessário reconhecer o

conjunto de escritores negros que vêm, ao longo da história do Brasil desde o século XVIII, construindo, nas palavras de Miriam Alves (2020), movimentos literários, que englobam a discussão, o pensar, a leitura e a publicação. Nesses contextos, cabe discutirmos, de Machado de Assis a Conceição Evaristo, passando por Otávio Júnior[12], o quão poderosa é a escrita que pode fazer com que esses autores ganhem visibilidade e reconhecimento nacional e internacional.

[12] Otávio Júnior é morador do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. Escritor negro de literatura infantil, foi vencedor do prêmio Jabuti 2020 na categoria Literatura Infantil, com o livro *Da minha janela* (2019).

2 - A literatura infantil no contexto social brasileiro

Neste capítulo, dividido em três seções, busco apresentar algumas considerações sobre a literatura infantil enquanto campo teórico, fazendo uma análise do seu surgimento e da multiplicidade de caminhos possíveis que permitem traçar um diálogo entre obra e sociedade. Discuto sobre o surgimento do gênero e algumas de suas especificidades, as questões que envolvem essa produção de literatura infantil no Brasil dentro do contexto étnico-racial e, por fim, trago uma reflexão sobre os possíveis caminhos pelos quais uma literatura com personagens negros pode percorrer através da afetividade como ponto central das narrativas, aproximando crianças negras da experiência do afeto e recuperando a dimensão de cuidado e carinho que foi retirada da infância negra historicamente.

2.1 - Considerações sobre o gênero "literatura infantil"

Podemos nos questionar, inicialmente, se a literatura infantil, por ser destinada a crianças, seria vista como uma espécie de vertente menor da literatura. No entanto, cada vez mais o mercado editorial brasileiro vem nos mostrando o quão relevante tem sido o universo literário infantil, já que essas produções circulam entre as mais vendidas do país nos últimos anos, segundo a pesquisa "Produção e vendas no setor editorial brasileiro", realizada pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros em 2019.

Não quero partir aqui de uma lógica mercadológica para considerar que o estudo da literatura infantil seja importante e relevante, mas essas informações nos permitem pensar que o aumento no consumo de livros infantis também pode ter relação com o aumento do interesse do público em geral em apresentar a literatura na infância. Partindo do pressuposto de que a literatura infantil é uma importante ferramenta para a construção de sentidos e valorização da leitura e da escrita no espaço escolar e na sociedade, percebe-se que o avanço das políticas públicas relacionadas ao livro, como a criação do Fundo Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) e da Lei 10.753/035[13], por exemplo, permite uma maior amplitude para entendermos que há um movimento no Brasil que busca promover e pensar a literatura infantil não só como livro ilustrado, mas enquanto gênero literário em toda sua relevância, principalmente pensando no seu potencial transformador nas áreas criativa, afetiva, imaginativa e cognitiva. Segundo Marisa Lajolo e Regina Zilberman (2011):

[13] A Lei 10.753, de 30 de outubro de 2003, propõe diretrizes gerais a respeito do acesso que todo cidadão brasileiro deve ter aos livros entre as quais estão promover projetos de incentivo à leitura em escolas públicas ou privadas, incentivar a manutenção e a criação de bibliotecas públicas e assegurar os direitos de autores e editoras, oferecendo condições aos mesmos para que a lei possa ser cumprida. (BRASIL, 2003)

> Multiplicam-se, nos anos 60, instituições e programas voltados para o fomento da leitura e a discussão da literatura infantil. É por essa época que nascem instituições como a Fundação do Livro Escolar (1966), a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (1968), o Centro de Estudos de Literatura Infantil e Juvenil (1973), as várias Associações de Professores de Língua e Literatura, além da Academia Brasileira de Literatura Infantil e Juvenil, criada em São Paulo, em 1979. (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007, p. 120)

É preciso observar que a literatura é um importante campo de construção do imaginário e a literatura infantil está contida nesse processo. Podemos pensar que uma história destinada a crianças seja boba, rasa ou limitada, já que, dependendo da obra, pode se dirigir a um público que ainda não fala, não lê, não escreve ou ainda está iniciando seu processo de alfabetização. Ainda se debate nos círculos acadêmicos a questão de uma faixa etária destinada para a literatura infantil, mas é uma questão complexa e que é: "refutável, uma vez que as próprias editoras já questionam a 'faixa etária', quando explicitam a "leitura compartilhada" para uma determinada idade e 'leitura individual' para outra, assim as editoras procuram atender o mercado consumidor de livros infantil" (SILVA; FREITAS; BERTOLETTI, 2006, p. 69).

Muitas vezes estabelecemos nosso próprio padrão de adultos como juízo de valor para considerar a literatura infantil como uma literatura que produz um significado reduzido e menor. Porém, uma literatura feita para crianças, assim como uma obra de literatura adulta, pode carregar diversos valores éticos, civilizacionais e morais (CANDIDO, 1999) e também produzir uma estética própria, contribuindo para a formação do imaginário de um grupo. A literatura infantil surge inclusive com esse intuito "moral" de apresentar o que é bom, o que é mau, o que é belo e o que é feio. Ou seja, não podemos olhar para um livro sem percebermos a função que ele pretende ocupar. Nesse sentido, partindo dessa perspectiva, não há como analisar a literatura infantil fora de um contexto histórico-social.

Por volta do século XVII, começam a surgir na Europa as primeiras publicações destinadas ao público infantil (LAJOLO, 1984), tais como contos, crônicas e transcrições de narrativas orais e folclóricas. Alguns nomes como Charles Perrault, na França, Hans Christian Andersen, na Dinamarca e Irmãos Grimm, na Alemanha, são importantes marcos históricos, sendo considerados patronos da literatura infantil. Inclusive o prêmio Hans Christian Andersen é considerado uma espécie de Nobel da literatura infantil. É preciso levar em consideração que nesse momento (séculos XVII e XVIII) algumas transformações sociais, principalmente no âmbito familiar da burguesia emergente, permitem que a infância possa ser entendida como uma fase a ser percebida, valorizada e protegida (ZILBERMAN,1985). O processo escolar vai sendo ampliado e estendido, bem como a

leitura e a escrita vão sendo cada vez mais difundidas e aliadas a uma noção de sacralização da infância.

Essas transformações no campo social, aliadas às transformações tecnológicas como o surgimento da imprensa, ampliam as possibilidades para produção e circulação em série de diversas obras literárias, algo que não era possível em outros tempos e que será importante elemento para que mais pessoas possam ter acesso à leitura ou, ao menos, reivindicar esse acesso. Dessa forma, a construção de uma literatura para crianças vem acontecendo e se consolidando cada vez mais enquanto um gênero tão significativo quanto à literatura feita para adultos.

Segundo Peter Hunt, em seu livro *Crítica, teoria e literatura infantil* (2010), a ideia de um cânone literário se constrói com teóricos da literatura dentro da universidade através de certos padrões que decorrem de um sistema cultural que é definidor do que pode ser considerado como boa literatura ou não. Desse modo, a literatura, para ascender como cânone, deveria ter que se tornar parte dessa estrutura de poder. Hunt (2010) também questiona o fato de que há uma literatura para crianças que é lida por adultos e escrita por adultos. O modo de ler um livro infantil acaba implicando uma série de critérios que são estabelecidos por adultos como a preferência pessoal, o conteúdo, a finalidade e a complexidade linguística. Separar o leitor adulto de sua experiência adulta é de certo modo imensurável dentro da perspectiva desta pesquisa, mas ressaltar esses aspectos acaba sendo importante para pensarmos no modo como a literatura infantil apresenta elementos múltiplos para análise. Nesses termos, Hunt (2010) apresenta outra problemática interessante: “Estamos lidando com textos destinados a um público não adulto, textos que são criados por adultos num ambiente social complexo. Em termos do que isso significa para uma sub ou anticultura, equivale a ler uma *tradução*.” (HUNT, 2010, p. 57, grifo meu)

Quando Hunt compara a literatura infantil à tradução de uma linguagem adulta para uma linguagem não-adulta, podemos aproximar o pensamento dele ao de André Lefevere (1985), quando este último desenvolve o conceito de patronagem na tradução, apresentando três componentes: o ideológico, o econômico e o de status. Para o autor, esses mecanismos definem um determinado controle sobre a veiculação das obras traduzidas dentro da sociedade:

> A ação do mecanismo de controle interno (ou seja, dos agentes de reescrita) pode ser no sentido tanto de reprimir certas obras que contrariam as concepções de literatura (poética) e de mundo (ideologia) predominantes numa dada sociedade, num dado momento, quanto de adaptar as obras literárias de modo a fazê-las corresponder à poética e à ideologia da sua época. (LEFEVERE, 1985, p. 226)

Nesse sentido, a tradução, para Lefevere, seria a reescrita de uma obra de uma língua para outra. No caso da literatura infantil, para Hunt, a tradução se daria no campo da linguagem enquanto modo de compreensão de mundo, na medida em que é um livro escrito e ilustrado por um adulto, mas destinado a uma criança, que, dependendo da faixa etária, ainda não lê texto escrito e não escreve.

Quando falamos sobre literatura infantil, precisamos entender que o produto “livro infantil” pode ser compreendido de várias maneiras, considerando-se o seu formato, a qual público se destina, entre outros elementos. O professor José Yuste Frías, no artigo intitulado “Paratextualidade e tradução: a paratradução da literatura infantil e juvenil” (2014), apresenta três diferentes tipos de grupos de livros infantis "considerando o tipo de material resistente do suporte físico e o grau de manipulação do livro por parte da criança" (YUSTE FRÍAS, 2014, p. 21). Vejamos a tabela a seguir:

GRUPO	TIPOS DE LIVRO	DESCRIÇÃO
1	**LIVRO BRINQUEDO OU LIVRO JOGO**	“São livros destinados a crianças menores, ávidas por descobrir, entrar em contato e interagir com tudo o que os rodeia para levar imediatamente à boca.” (YUSTE FRÍAS, 2014, p. 22)
2	**LIVRO CONCEITO**	“busca despertar a capacidade verbal e visual da criança com pequenos ‘estudos’ dedicados às formas, às cores, às letras e aos números.” (YUSTE FRÍAS, 2014, p. 22)
	LIVRO DE LEITURA FÁCIL	“pensado para quando chega o momento em que a criança gosta de ouvir estórias e descobrir personagens que lhe sejam familiares ou que lhe comovam. São projetados para que o aspecto verbal seja lido por um adulto, mas não o aspecto visual, em que o olhar da criança se movimenta de forma completamente autônoma.” (YUSTE FRÍAS, 2014, p. 23)
	LIVRO SEM ALGUMAS PALAVRAS OU COM JOGOS	“São projetados com espaços em branco nos quais a criança aplica sua leitura visual das imagens que substituem as palavras não ditas pelo adulto enquanto lê em voz alta” (YUSTE FRÍAS, 2014, p. 23)

3	**LIVROS IMPRESSOS EM PAPEL COM UMA RESISTÊNCIA NORMAL**	"São livros editados para crianças que dominam a leitura de forma autônoma, sem qualquer ajuda de um adulto. As estórias contadas se traduzem em imagens que ilustram desde temas tradicionais da literatura oral (contos) ou os realismos mágicos de personagens antropomórficos ou teriomórficos, até estórias tão reais quanto as da própria vida (a morte, o câncer, a homossexualidade, a adoção e a Aids), passando por pequenas enciclopédias para crianças editadas em cores." (YUSTE FRÍAS, 2014, p.23)

Tabela 1 - Classificação de livros infantis segundo Yuste Frías (2014)

Fonte: Elaborado pelo autor

Desse modo, para cada tipo de livro, há um objetivo por parte do autor, do ilustrador e da própria linha editorial. Cada livro apresenta um formato e um material específicos e, de acordo com esses aspectos, as narrativas se modificam, podendo conter mais ou menos palavras, mais ou menos imagens, mais ou menos páginas, já que, para cada etapa da formação humana na infância, há um desenvolvimento particular. Assim como existem etapas no oferecimento da alimentação infantil, com base em diferentes idades, na literatura também haverá um processo para que a leitura e a escrita se desenvolvam de maneira saudável e adequada. Assim, segundo Yuste Frías (2014), para cada livro publicado, há um determinado propósito tanto na tradução quanto na paratradução[14] e, em se tratando de livros infantis, os elementos paratextuais podem muitas vezes ocupar mais espaço que os elementos textuais.

Os conceitos de tradução e paratradução podem ser interessantes para nos fazer pensar sobre a validade da literatura infantil enquanto gênero frente a um padrão estético estabelecido pelos agentes envolvidos na produção e circulação de literatura, partindo de pressupostos que já estão estabelecidos dentro de um sistema com variadas regras que definem o que vai se tornar literatura ou não e, a partir daí, irão selecionar o que pode ou

[14] Segundo Yuste Frías (2014): "O estudo detalhado das entidades iconotextuais, a análise minuciosa das produções verbais, icônicas e verbo-icônicas que acompanham, cercam, envolvem, introduzem e apresentam o texto de um trabalho de tradução impuseram a criação de uma nova noção nos Estudos da Tradução: a "paratradução". Houve a necessidade de uma nova terminologia tradutológica para chamar a atenção sobre a tradução do que, até então, havia ficado em segundo plano na tradutologia: os paratextos (YUSTE FRÍAS, 2014, p. 25).

não ser veiculado para a infância. Conforme mencionei no capítulo anterior, Cuti (2010) faz uma reflexão importante sobre os filtros pelos quais um livro passa até chegar a ser publicado, o que seria de certa maneira uma escolha feita antes da nossa própria escolha para obter um livro: “Desde o conselho editorial até o balconista de uma livraria ou atendente de biblioteca, o texto pede passagem e dele são exigidos certos pressupostos” (CUTI, 2010, p. 48). A visão de Cuti nesse caso se aproxima do pensamento de Hunt quando este trata da constituição de um cânone cultural:

> Existem vários problemas com essa abordagem. De fato, ater-se a um cânone e a uma “cultura” significa priorizar um grupo e um discurso e, com isso, alienar o resto (nesse caso, a literatura infantil). O segundo problema é que estamos agora efetivamente num desses pântanos, exceto que as interpretações e preferências pessoais intuitivas acabam sendo as estabelecidas por um grupo isolado. (HUNT, 2010, p. 64)

De algum modo, pensar sobre literatura infantil requer que cheguemos a uma definição que atenda e sirva aos propósitos e necessidades da infância. Sendo assim, para Hunt (2010): “A literatura infantil, por inquietante que seja, pode ser definida de maneira correta como: livros lidos por; especialmente adequados para; ou especialmente satisfatórios para membros do grupo hoje definido como crianças.” (HUNT, 2010, p. 68). Assim, podemos considerar que o livro infantil precisa ter uma linguagem que busque desenvolver e favorecer o enunciatário que é a criança, desde aquela que ainda esteja passando pela mediação do adulto na leitura e/ou acompanha a leitura da criança, até aquela que ao longo do tempo vai se percebendo como sujeito autônomo no processo de formação e alfabetização.

A literatura infantil apresenta uma particularidade que a torna diferente da literatura para adultos: a ilustração. Nesse sentido, podemos pensar que a construção do texto escrito e os diversos elementos visuais contidos em cada página podem trazer uma experiência significativa ao leitor quanto ao ritmo da leitura e à percepção da narrativa. Além disso, o projeto gráfico em um livro infantil ganha uma relevância maior, pois é um livro cujo público-alvo é infantil, logo, elementos como capa, contracapa, tipo de papel, fonte e o formato do livro precisam ser pensados de acordo com a faixa etária ao qual o livro se destina. Para as crianças, ver e ler são estímulos à própria imaginação, o que facilita o seu processo de iniciação à leitura. Para Lajolo e Zilberman (2007): “Se a literatura infantil se destina a crianças e se se acredita na qualidade dos desenhos como elemento a mais para reforçar a história e a atração que o livro pode exercer sobre os pequenos leitores, fica patente a importância da ilustração nas obras a eles dirigidas.” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007, p.12)

Nesse ponto, a linguagem escrita, aliada à linguagem visual, propicia uma inter-relação que Dick Higgins, em 1996, pensando no livro artístico, vai chamar de *intermídia.* Esse conceito está vinculado a ideia de livro ilustrado, ou seja, aquele que contém texto-escrito e texto-imagem, tornando-se indissociáveis para o entendimento da narrativa. Em contraste a isso, o livro com ilustração é aquele em que há texto e ilustração, porém esta última não necessariamente alimenta a narrativa de informações, servindo apenas como um acompanhamento do texto. Nessa dinâmica, o conceito de intermídia pode ser utilizado para pensar o livro ilustrado como uma obra literária que aborda conceitualmente texto e imagem para ser compreendido. Assim, no terceiro capítulo, pretendo discutir se os livros selecionados para esta pesquisa são exemplos de *intermídia* (livro ilustrado, como mostra Higgins) ou *multimídia* (livro com ilustração), segundo a conceituação apresentada por Júlio Plaza no livro *Tradução intersemiótica* (2001).

No artigo “O diálogo entre texto escrito, ilustração e projeto gráfico em livros de literatura infantil premiados” (2018), a pesquisadora Marta Passos Pinheiro dialoga com essa conceitualização de Higgins, mostrando como essa dinâmica se relaciona com a função interdisciplinar que a literatura infantil tem. Somam-se ao autor do texto profissionais como o ilustrador e o designer do projeto gráfico, considerados, nessa visão, como co-autores (ou co-enunciadores) da narrativa. Pinheiro destaca cinco importantes elementos que caracterizam um livro como livro infantil e, pensando na análise de algumas obras que farei posteriormente, entendo que ajudarão a compreender se a narrativa, além de ser infantil, pode ser entendida como representativa da literatura negra. Segundo a autora, esses elementos são:

> 1- Formato do livro e tipo de papel;
> 2- Capa e quarta capa;
> 3- Cores;
> 4- Composição do texto escrito: tipografia (tipo e tamanho de letra) e composição tipográfica: entrelinhas, largura da coluna e alinhamento do bloco de texto;
> 5- Composição texto escrito + imagem: disposição na página (tipos de diagramação: mesma página, páginas alternadas, etc.) e relação texto escrito/imagem (redundância, colaboração e disjunção). (PINHEIRO, 2018, p.142-143)

Considerando que esta pesquisa tem como objetivo analisar obras de literatura infantil negra (e explicarei mais obre esse conceito ao longo do trabalho) a partir de um recorte de paternidade e masculinidade, na próxima seção, farei uma reflexão sobre como o debate conceitual pode ser aplicado para se pensar a literatura infantil com personagens negros no Brasil de hoje, relacionando essa perspectiva com a ideia de função da literatura (CANDIDO, 1999), para buscar responder à seguinte questão: Onde estão os pais dos meninos negros e das meninas negras representados na literatura infantil?

2.2 - Literatura infantil e questões étnico-raciais: Era uma vez...

Nesta seção, trarei algumas reflexões acerca do campo da literatura infantil com personagens negros no Brasil. Busco também trazer alguns apontamentos sobre as representações de personagens negros após a promulgação da Lei n° 10.639/037[15], mostrando alguns avanços e, ao mesmo tempo, algumas particularidades dentro da discussão conceitual do movimento literário negro brasileiro.

Como visto no primeiro capítulo desta proposta de dissertação, é necessário lembrar que o período do século XVI ao século XIX foi determinante para a construção de uma hierarquização das raças. Pensando em uma literatura infantil que seja desenvolvida na Europa, os padrões estéticos serão europeus e brancocentrados, logo, a circulação das produções europeias no Brasil serão reproduções de um padrão em que o negro estaria ausente ou seria representado de forma caricaturizada. Desse modo, é preciso considerar o desenvolvimento dessa literatura no Brasil e como os valores sociais vigentes, dentre eles o racismo, implicam na produção das obras e na circulação das mesmas.

No contexto brasileiro, a literatura infantil começa a se delinear no final do século XIX com algumas traduções de obras clássicas da Europa. Alguns poemas e contos também são publicados, mas a configuração desse gênero de forma autônoma, principalmente no mercado editorial, acontece durante a década de 1920. Como dito anteriormente, em 2020 foi publicado na Revista *Antares* um artigo de minha autoria escrito em conjunto com minha orientadora Luciana de Mesquita Silva, intitulado “Masculinidade negra, paternidade e afetividade na literatura infantil: O menino Nito, de Sônia Rosa”. Sobre o desenvolvimento literário infantil, discorremos do seguinte modo:

> O Brasil começa sua produção literária infantil no início do século XX, no momento em que busca uma redefinição política enquanto nação, já que havia se tornado uma república em 1889. Em um curto intervalo de tempo (1889-1921), entre a Proclamação da República e a publicação de *A menina do narizinho arrebitado* (1921), de Monteiro Lobato, considerado um marco inicial da literatura infantil no país, temos um cenário literário que irá caminhar ao lado dos processos de modernização social e urbana aos quais o país estava submetido. (NASCIMENTO; SILVA, 2020, p. 210)

As formas de representação negra na literatura infantil desse período serão um retrato do que se entendia do negro como parte de uma sociedade que não o enxergava como membro dela. O mito das três raças iniciado com o texto de Von Martius propagava a

[15] A Lei 10.639/03 versa sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nos estabelecimentos públicos e privados principalmente nas disciplinas de Educação Artística, História e Literatura. Também versa sobre a inclusão do dia 20 de novembro no calendário escolar.(BRASIL, 2003)

ideia de que a raça negra seria inferior às outras. Quando se aproxima o fim do século XIX e o processo político se modifica com a implantação da República, essas ideias engrossam um caldo composto por teorias do darwinismo social e do racismo científico. Somam-se a esse processo concepções propagadas por eugenistas como Renato Kehl, fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo em 1918, da qual Monteiro Lobato foi membro. As ideias de hierarquização das raças circulam no Brasil não só no período da escravidão colonial e imperial, mas também são discutidas e se reformulam amplamente no período pós-abolição:

> Algumas delas existiam pelo menos desde a metade do século XIX e tentavam explicar a experiência histórica em torno das populações escravas. Outras, espetacularmente desenvolvidas após 1870, almejavam construir um mundo moderno e científico, colocando o Brasil nos trilhos do progresso. (SANTOS, 2012, p. 4)

O pensamento eugênico no Brasil buscou difundir a ideia de miscigenação, políticas de esterilização, principalmente em locais periféricos, pois acreditava-se que era preciso higienizar as raças que seriam degeneradas. O negro, nesse caso, era visto como uma ameaça e atraso ao desenvolvimento e progresso do país e precisava ser eliminado ou branqueado. Um dos expoentes desse pensamento eugênico e racista foi o então diretor do Museu Nacional na época, João Batista de Lacerda, médico que representou o Brasil em um congresso de raças realizado em 1911 na cidade de Londres. Lacerda defendia na tese "Os mestiços do Brasil" (1911) que, em 100 anos, isto é, em 2011, os negros desapareceriam da população brasileira, e os mestiços estariam reduzidos a 3% do total. Isso nos mostra o quanto a ciência brasileira era influenciada por esse tipo de pensamento, já que até o diretor do Museu Nacional era um defensor do apagamento do negro na sociedade. Sobre esse fato, a historiadora Lilia Moritz Schwarcz (2011) argumenta que:

> Assim, em três gerações, ofereceríamos um exemplo ao mundo: mostraríamos uma redenção e 'redução' étnica, bem no alvorar do novo século. A raça negra desapareceria entre os brasileiros e, junto com o incentivo à imigração europeia, a nação seria definitiva e finalmente branca. Com essa etapa alcançada, o país estaria pronto e preparado para transformar-se num dos "principais centros civilizados do mundo", na mesma condição que os EUA e os "povos Anglo-Saxões do Velho Continente". Enfim, uma nova Europa! (SCHWARCZ, 2011, p. 231)

A cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil na época da gestão de Pereira Passos como prefeito (1902 a 1906), é exemplo desse processo. Nesse período, a cidade passava por profundas transformações estruturais, políticas, sociais e culturais. Uma dessas transformações se deu pelo "embelezamento" do centro cidade, movimento que ficou conhecido como "Belle Époque". Essa estética concebia o progresso associado aos padrões franceses, em que a cultura e os saberes da população negra e indígena teriam que ser superados, já que soavam como sinônimo de atraso. Diante dessa perspectiva, a produção

literária se limitou ao entretenimento da alta sociedade brasileira, em que não havia espaço dentro do cânone para uma outra literatura, a respeito do outro, que eram os negros e negras livres. Considerando a literatura infantil, acredito que é urgente a redefinição da imagem da criança negra na literatura, pois essa, ao longo do processo histórico, foi invisibilizada ou pensada como um corpo para ser mão-de-obra. Em 2016, na proposta de inscrição do sítio arqueológico do Cais do Valongo como patrimônio da humanidade, foi criado um dossiê que investigou toda a área considerada como local de desembarque de escravos no Rio de Janeiro. De acordo com o documento em questão:

> Cerca de 780 mil crianças foram escravizadas para o Brasil a partir de meados do século XIX, porque eram mais "maleáveis" que os adultos e suportavam melhor as travessias. Nos estertores do tráfico, em especial no Rio, um em cada três escravos era criança. (DOSSIÊ DE CANDIDATURA CAIS DO VALONGO, 2016, p. 281)

Assim, todo um projeto de trabalho infantil foi pensado quando falamos de criança negra, que muitas vezes tinha sua infância ligada ao trabalho exaustivo e a castigos violentos. No Brasil da República Velha, quando se começa a publicação de literatura infantil no país, essa política epistemicida continua. As primeiras publicações traziam muitas vezes traduções de obras já consagradas pelo cânone literário europeu e, ao longo do processo de produção, principalmente no período do modernismo, iniciado em 1922 com a Semana de Arte Moderna, veremos que os personagens negros que entrarão para o cânone clássico da literatura infantil no Brasil são Tia Nastácia e Saci-Pererê, de Monteiro Lobato. E aqui gostaria de traçar um paralelo com o que foi discutido anteriormente no primeiro capítulo.

Uma das autoras presentes no livro *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo* (2007) é a historiadora Mônica Grin. Em uma entrevista dada ao portal Café História em 2010, a historiadora é questionada sobre o posicionamento de Demétrio Magnoli em relação à questão do multiculturalismo enquanto pauta identitária sendo cooptada por movimentos sociais e se tornando política pública através da criação do Estatuto da Igualdade Racial. Grin responde o seguinte:

> [...] o multiculturalismo exibe sua força quando, uma vez disseminado em vários órgãos do governo brasileiro, ou instituições brasileiras, acaba por transformar temas caros à nossa cultura, em objeto de tribunal racial. Parte da obra de Monteiro Lobato (e quantos outros virão) é considerada pelos adeptos do multiculturalismo que hoje estão à serviço do Estado brasileiro, como politicamente incorreta, uma vez que se refere de forma "racista" a sua personagem negra, Tia Anastácia, por exemplo. (GRINN, 2010, online)

Monteiro Lobato é um dos escritores mais populares da literatura infantil brasileira. É considerado canônico. Em alguns momentos de sua obra fica evidente que havia por parte do autor um sentimento de menosprezo e repulsa em relação aos personagens negros. Por

vezes podemos identificar como Monteiro Lobato define Tia Nastácia animalizando-a e hostilizando-a com seu “enorme beiço, desajeitada” podendo até ser tratada como membro da família, mas que seu lugar, de fato, é na cozinha, como explicitado no trecho a seguir:

> Cale a boca! – berrou Emília. – Você só entende de cebolas e alhos e vinagres e toicinhos. Está claro que não poderia nunca ter visto fada porque elas não aparecem para gente preta. Eu, se fosse Peter Pan, enganava Wendy dizendo que uma fada morre sempre que vê uma negra beiçuda…– Mais respeito com os velhos, Emília! – advertiu Dona Benta. – Não quero que trate Nastácia desse modo. Todos aqui sabem que ela é preta só por fora. (LOBATO, 2012, p. 22)

A conotação negativa em relação à cor, e o status dado a Tia Nastácia como alguém que só entende de “cebolas e alhos”, ou seja, tendo a cozinha como um único espaço possível para ocupar, reverbera parte do pensamento da elite brasileira daquele período. Ao meu ver, a obra de Lobato serve como matéria de estudo das relações sociais que se produziram no início do século XX no Brasil, sendo reflexo do mito da trirracialidade, posteriormente recuperada com a ideia da miscigenação através das políticas de embranquecimento disfarçadas pelo ideal de democracia racial. Monteiro Lobato tem sua importância e relevância dentro da cultura brasileira e do segmento literário infantil, mas tratar como herói ou como sujeito incontestável, alguém que tem em suas obras expressões nítidas de racismo é continuar permitindo que a lógica de histórias negativas com personagens negros se perpetue. Lobato tem seu discurso alinhado ao pensamento eugenista presente em parte das oligarquias paulistas, enquanto membro da Sociedade Eugênica de São Paulo, fundada por Renato Kehl:

> [...] a literatura lobatiana nos revela as preocupações e debates travados no Brasil das primeiras décadas do século XX. E sua relação de amizade com Renato Kehl não por acaso nos proporciona a chave interpretativa para uma discussão mais ampla sobre o movimento eugênico brasileiro. Certamente, a literatura de Monteiro Lobato contribuiu para que a eugenia no Brasil fosse divulgada e conhecida do grande público. Portanto, a literatura como objeto de estudo para uma melhor compreensão do movimento eugênico brasileira mostra-se relevante, uma vez que nos apresenta as idéias eugênicas de uma maneira não institucionalizada e principalmente, “vulgarizada” em jornais, revistas e livros de grande circulação. (HABIB, 2007, p.7)

A partir dessa citação e entendendo que a literatura pode servir para o historiador como fonte de análise para observar como pensava a sociedade de um determinado período, é possível apontar que a crítica de Mônica Grin em relação ao revisionismo feito nas obras de lobato como pautas "identitárias" ou “politicamente incorretas” reduz uma série de debates que podem ser feitos por um prisma científico, historiográfico e com uma metodologia bibliográfica que permita relacionar teorias sobre raça e racismo aos discursos presentes em trechos da obra lobatiana. Algo que inclusive vem sendo feito e já foi feito. A

dissertação de mestrado: “Eis o mundo encantado que Monteiro Lobato criou: raça, eugenia e nação” (2003), de Paula Arantes Botelho Briglia Habib, por exemplo, concentrou-se em investigar as relações de Lobato com as teorias raciais vigentes na época da eugenia.

Contudo, não apenas Lobato, mas outros autores buscaram construir suas literaturas no ideário vigente de modernização do Brasil e nacionalização da literatura infantil. A cultura da Belle Époque do Rio de Janeiro permitiu com que a produção literária desse período trabalhasse em suas narrativas o senso de patriotismo. Desse modo, desde as primeiras obras traduzidas para o português em maior quantidade a partir de 1882 - como *Contos seletos das mil e uma noites* (1882), de Carlos Jansen e Figueiredo Pimentel, até a chamada nacionalização da literatura infantil com Olavo Bilac e Coelho Neto (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007) - o negro na literatura é quase que ausente das produções por não representar a modernização nacional e também por não se ter a percepção da criança negra como uma criança com direito de acesso à leitura e à escrita, sendo colocada à margem desse processo de modernização. Com o crescente desenvolvimento do mercado consumidor, após o lobatismo, surgem novos autores ao longo das décadas de 40, 50 e 60 do século XX, que trazem como tema na literatura infantil um Brasil rural, do sertão e que ressalta valores cada vez mais ligados a uma elitização cultural. Com o golpe militar-civil em 1964, o cenário de produção artística começa a se modificar, tomando um eixo de cunho mais político:

> Mas a elaboração de um modelo artístico que expressasse a pobreza do país tanto está presente na música, que procura incorporar uma temática politicamente mais agressiva a uma melodia mais aproximada aos ritmos populares, sobretudo os rurais e nordestinos, como na poesia, que se deseja popular e revolucionária, conforme proclamam os participantes da série Violão de Rua, patrocinada pelos Centros Populares de Cultura (CPC), entidades filiadas à União Nacional dos Estudantes (UNE). (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007, p. 96)

É na coleção “Violão de Rua” que se encontram textos de Solano Trindade (1908-1974), autor, por exemplo, do poema “Tem gente com fome” (2006), que em 2008 foi publicado como livro infantil pela editora Nova Alexandria. Com o aumento de políticas para infância e para o livro, além de um grande crescimento urbano e industrial, a dinâmica da literatura infantil aos poucos vai se modificando e passando a evidenciar situações ligadas a uma nova concepção de infância, agora mais ligada à vida urbana e à cultura das telas (TV e cinema), a partir da década de 1970. O desenvolvimento do mercado do livro também proporciona um aprimoramento das técnicas de ilustração, desenho e produção de livros em diferentes tipos de papel:

> Através de obras como *Flicts* (1969), de Ziraldo, *Domingo de manhã* (1976), *Ida e volta* (1976), ambos de Juarez Machado, *O ponto* (1978), de Ciça e

> Zélio, *Depois que todo mundo dormiu* (1979), de Eduardo Piochi e *O menino maluquinho* (1980), de Ziraldo, que livros infantis brasileiros contemporâneos têm o visual como centro, e não mais como ilustração e/ou reforço de significados confiados à linguagem verbal. (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007, p.125)

Dialogando mais uma vez com Hunt (2010), para quem a literatura infantil é uma espécie de tradução da linguagem adulta para a linguagem infantil, e com Lefevere (1985), para quem os processos de tradução são influenciados por sistemas de valores estabelecidos por um grupo social, o tipo de narrativa desenvolvido nesse período (final do século XIX e início do século XX) irá servir aos interesses de uma parte da população brasileira ligada ao processo de modernização do país e que considerava o negro como algo a ser apagado da história ou apenas ocupando um único lugar que seria o da subalternização.

Um longo caminho será percorrido para que a literatura infantil se estabeleça sem carregar de estereótipos negativos os personagens negros. Acredito que tanto a luta por direitos civis nos anos 60 do século XX nos Estados Unidos quanto a luta por libertação e independência dos países africanos no mesmo período, somadas à resistência promovida pelo Movimento Negro Unificado[16] em plena ditadura militar, favoreceram uma valorização da negritude e do que é ser negro. A abertura política do Brasil com a promulgação da Constituição de 1988 é um momento importante para a retomada das discussões étnico-raciais no país. Grandes escritores da literatura infantil no campo da temática negra publicam com maior frequência nesse período. São os casos, por exemplo, de Rogério Andrade Barbosa, com os livros *La-le-li-lo-luta: um professor brasileiro na Guiné-Bissau* (1984), e *Bichos da África* (1988), e de Júlio Emílio Braz, com *Nossa Senhora Aparecida em quadrinhos* (1989).

Na década de 1990, um passo importante para a publicação de livros infantis com personagens negros no país foi dado no ano de 1995, com a publicação da coleção "Orgulho da raça", organizada pela escritora Heloísa Pires de Lima. Sônia Rosa, uma das escritoras de literatura infanto-juvenil com maior volume de publicações de temática afro-brasileira e também pesquisadora em relações étnico-raciais, afirma: "Finalmente, após oito anos de luta e persistência, consegui publicar o livro *O menino Nito*, que integrou a coleção Orgulho da Raça – com vários livros com a temática negra e/ou protagonismo negro e diversos autores – da extinta editora Memórias Futuras" (ROSA, 2019, p.17). Além de ser o primeiro livro infantil de Sônia Rosa publicado, talvez *O menino Nito* (1995) seja o primeiro

[16] O Movimento Negro Unificado contra a Discriminação, posteriormente MNU, é fundado no período da ditadura militar-civil, em 1978, reunindo no dia 18 de junho, em São Paulo, mulheres e homens negros de diversas áreas da arte, política e intelectualidade, reivindicando o fim da violência policial contra a juventude negra e a igualdade de direitos nas esferas institucionais brasileiras.

livro de literatura infantil com temática afro-brasileira a tratar sobre questões de masculinidade e paternidade negras e a problemática do choro na infância negra. Acredito ser importante destacar que a Pallas Editora fez o relançamento, em 2002, do livro *O menino Nito*, de Sônia Rosa, com ilustrações de Victor Tavares, após a editora Memórias Futuras, responsável pela primeira publicação do livro, ter sido extinta.

Em 1996, é criada a Lei no 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que estabelece até hoje políticas para o currículo nacional. Nessa lei, não constava a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira como parte do currículo das escolas. Porém, com os avanços das lutas do movimento negro e de diversos movimentos sociais, em 2003 é aprovada a Lei 10.639/03, sendo uma espécie de desmembramento mais específico da LDB, que irá tratar sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura dos africanos e as lutas do povo negro no Brasil, como mencionei anteriormente. Para Sônia Rosa, esse momento é um marco importante para aquecer a publicação de livros infantis:

> A lei nº 10.639/2003 foi um divisor de águas no mercado editorial voltado para crianças. Os títulos lançados a partir de então visavam atender escolas que encontravam neles muitas possibilidades de trabalhar os "novos" saberes que a lei orientava e exigia. (ROSA, 2019, p. 20)

No intervalo entre 1996 e 2003, uma série de livros infantis afro-brasileiros continua sendo publicada, mas, a partir de 2003, o mercado editorial cresce e mais narrativas negras começam a circular, ainda que de maneira pouco significativa frente ao cânone literário dentro das grandes editoras. Contudo, esse crescimento do mercado editorial também é fruto de várias políticas públicas promovidas no Brasil desde o início do século XX, como por exemplo, a fundação do Instituto Nacional do Livro, criado em 1937 durante o Estado Novo (1937-1945), no governo de Getúlio Vargas, que era responsável por organizar a melhor circulação do livro no país. O instituto durou até 1989, porém sua atuação é um tanto quanto controversa, por ser um órgão ligado ao governo, o que permitia ao mesmo tempo difundir e distribuir recursos para melhor divulgação do livro e ter o controle sob o que poderia ser publicado ou não (MICELI, 1979). A Lei Rouanet - Lei n° 8.313/91 - e a Lei do direito autoral - Lei n° 9.610/98 - são outros dispositivos que avançam no sentido de promover a cultura e o acesso aos bens culturais, tendo o livro como um dos elementos para estimular o mercado da cultura no país. Além da Lei do livro, 10.753/03, citada anteriormente, outras medidas foram sendo implantadas para aquecer a indústria livreira no país, fazendo uma ponte entre o livro e escola:

> Sob a tutela do governo federal, por intermédio do MEC, existem ainda os programas específicos voltados para aquisição do livro didático para as escolas públicas – Programa Nacional de Livro Didático (PNLD), Programa

> Nacional de Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) – e para as bibliotecas escolares – Programa Nacional de Biblioteca Escolar (PNBE). (ROSA; ODDONE, 2006, p.190)

Apesar dessas medidas, ainda há uma série de desafios para serem superados, principalmente em relação aos baixos índices de leitura que o país apresenta. Apesar de todos esses dispositivos citados, o analfabetismo no Brasil ainda é grande, segundo Rosa e Oddone (2006): “O baixo índice de leitura de sua população talvez seja o obstáculo mais comprometedor para a superação das dificuldades e é uma conseqüência das condições socioeconômicas e educacionais da população do país” (ROSA; ODDONE, 2006, p.183). [17]A partir dessa afirmação, podemos supor que o acesso à leitura nas periferias é menor do que nos grandes centros, logo, a população negra tende a ter um maior índice de baixa escolaridade, comprometendo assim a dinâmica de superação do racismo e de ascensão social através da educação.

Antes de encerrarmos esta seção, é importante ressaltar que trabalhar com personagens negros na literatura infantil também requer uma reflexão conceitual sobre a definição terminológica adotada pelas editoras em relação a ser uma literatura infantil ou a ser uma literatura infantil afro-brasileira ou negro-brasileira, tendo sua especificidade definida. Fazer alguns apontamentos sobre esse campo de análise é importante e acredito que possam somar à discussão crítica sobre literatura infantil, já que cada vez mais esse gênero tem ganhado atenção de pesquisadores e o próprio mercado editorial evidencia o interesse do público em consumir esse tipo de leitura e apresentá-la às crianças.

Existe uma tradição de pesquisa em relação à literatura infantil de personagens negros no campo teórico há pelo menos quatro décadas, desde a segunda metade do século XX. E chama atenção o fato de que a grande maioria dessas pesquisas são levadas a cabo por mulheres. Um dos primeiros estudos em relação aos personagens negros na literatura infantil data de 1979. Um artigo chamado “Discriminações étnico-raciais na literatura infanto-juvenil brasileira”, de Fúlvia Rosemberg. Foi um artigo que teve o apoio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, o INEP, na qual 168 livros publicados entre 1950 e 1975 foram analisados. Dos resultados apontados a autora concluiu que:

> A discriminação contra grupos não-brancos aparece na literatura infanto-juvenil brasileira constantemente, tanto de forma aberta quanto latente, sem, porém, que a nenhum momento se valorize um discurso declaradamente preconceituoso. Na verdade, o que se observa com maior

[17] Pesquisa do IBGE aponta que Brasil ainda tem 11 milhões de analfabetos. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-07/taxa-cai-levemente-mas-brasil-ainda-tem-11-milhoes-de-analfabetos. Acesso em: 21 Dez. 2021.

> frequência é a associação entre um discurso igualitário (por exemplo, o narrador condena o preconceito)· e a veiculação de discriminações mais ou menos latentes (por exemplo, a cor negra estigmatizada). (ROSEMBERG, 1979, p.159)

Nas décadas seguintes, surgem mais pesquisas, das quais destaco algumas, como: o artigo “Preconceitos e discriminações Raciais em livros didáticos e infantojuvenis” (1988), de Esmeralda Negrão e o livro *De Olho no Preconceito: um guia para professores sobre racismo em livros para criança* (1990), de Esmeralda Negrão e Regina Pahim. No início do século XXI, há produção de alguns artigos como: “Personagens negros: um breve perfil na literatura infanto-juvenil” (2000), de Heloísa Pires de Lima, “A tessitura dos personagens negros na literatura infantojuvenil brasileira” (2003), de Maria Anólia de Jesus, “Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica” (2005), de Maria Cristina Soares de Gouvêa e “Literatura negra infanto-juvenil: discursos afro-brasileiros em construção” (2016), de Luena Pereira, por exemplo.

Entre 2008 e 2009, a pesquisadora Eliane Debus fez um mapeamento de livros infanto-juvenis em mais de dez editoras. A pesquisa intitulada “A cultura africana e afro-brasileira na literatura de recepção infantil: um diálogo singular em pluralidades” analisou 2.417 publicações, entre as quais apenas 117 apresentavam personagens negros masculinos e femininos ou elementos vinculados à cultura afro-brasileira. A pesquisadora afirma que, em relação à produção literária para a infância e a juventude, “[...] essa discussão ainda é novidadeira, mas os títulos que circulam no mercado editorial brasileiro estão divididos em três grandes categorias: 1) literatura que tematiza a cultura africana e afro-brasileira; 2) literatura afro-brasileira; 3) literatura africana” (DEBUS, 2017, p. 33). Não é uma convenção, mas a pesquisa de Debus constata que o termo “literatura infantil afro-brasileira” vem sendo utilizado em maior escala para definir produções que trazem personagens negros, abordando assuntos relacionados a memória, ancestralidade e contribuição africana na identidade brasileira.

Pensando no conceito desenvolvido por Duarte (2010), os cinco fatores que ele destaca como aquilo que definiria o corpus específico da literatura afro-brasileira (temática, autoria, ponto de vista, linguagem e público) não são suficientes para se refletir sobre uma literatura desenvolvida para crianças. A partir daí, como contribuição ao campo dos estudos de literatura com personagens negros para infância, acredito que seja preciso considerar um sexto fator: a ilustração. No caso da literatura infantil de temática étnico-racial, as ilustrações são preponderantes para definirmos se ela pode ser considerada afro-brasileira ou não, pois, em muitos livros infantis, o texto escrito pode não ser suficiente para entendermos que se trata de uma literatura infantil com personagens negros. Em muitas narrativas, o texto

escrito pode deixar em aberto se os personagens da narrativa são negros, mas através da ilustração (texto-imagem) conseguimos identificar essa característica, importante principalmente quando a temática desenvolvida não é diretamente ligada ao legado afro-brasileiro na cultura do senso comum como, por exemplo, a capoeira, o samba ou a culinária. Sendo assim, dialogar com o conceito de *intermídia* (HIGGINS, 1996) aqui é importante. Entendendo a literatura infantil como parte, e não uma vertente menor da literatura, a ilustração serviria como um recurso de linguagem visual que nos facilitaria reconhecer o que está sendo construído na narrativa. Se em um livro infantil o texto escrito não diz diretamente que o personagem é negro, mas as ilustrações, a capa, as cores e os demais elementos gráficos nos mostram essa perspectiva, podemos sim, ao meu ver, considerá-lo como um livro de literatura infantil afro-brasileira. Chamo atenção para o fato de que a pesquisa sobre o conceito de literatura afro-brasileira e sua análise faz parte de um estudo da literatura negra não-infantil. De qualquer forma, considerando a problemática desenvolvida por Cuti (2010) em relação à terminologia afro ou negro, é preciso ponderar que, ao se pensar no contexto sócio-histórico de políticas de embranquecimento e dos processos de imigração e miscigenação como forma de clareamento do povo brasileiro, entender-se negro no Brasil acaba sendo um processo complexo e, ao mesmo tempo, construtivo e que pode acontecer de maneira dolorosa, principalmente na infância.

Partindo desse pressuposto, entendo que o campo de estudos de literatura afro-brasileira ou negro-brasileira não-infantil precisa ampliar seu olhar para alguns aspectos que fazem a literatura infantil ser pensada enquanto um campo específico de linguagem e de projeto político não menos importante ou inferior, tendo na ilustração uma forma de elucidar novos caminhos para a teorização.

2.3 - Por uma literatura infantil negro afetiva

Sobre a teorização da literatura infantil com personagens negros, partindo do que já abordamos em relação à literatura afro-brasileira e negro-brasileira, nesta seção irei abordar alguns aspectos que podem nos elucidar quanto a “vertente de uma literatura infantojuvenil negra” (CUTI, 2010) ou ainda, como destaca Sônia Rosa no artigo “Literatura infantil negro afetiva para crianças e jovens” (2021).

No Brasil, o combate ao racismo se dá em diversas instâncias e nesta pesquisa quero ressaltar a importância desse combate já na infância. No âmbito social, as primeiras percepções de que se é negro ou negra acontecem muitas vezes no campo escolar podendo ser esse primeiro contato não só com a negritude e o entendimento de que se é negro, mas também sendo muitas vezes o primeiro contato com a experiência do racismo.

Uma literatura infantil que se destine à desconstrução de imagens negativas para crianças negras precisa considerar que o racismo nos atravessa violentamente através de um conjunto de práticas que se estabelecem na nossa história enquanto país que foi colonizado. Essas violências discriminatórias nos afetam de modo externo, mas também interno. A internalização do racismo ao longo da nossa vida acarreta uma série de traumas que afetam profundamente a experiência negra no mundo branco. Segundo Grada Kilomba (2016):

> Poderíamos dizer que no mundo conceitual branco é como se o inconsciente coletivo das pessoas negras fosse pré-programado para a alienação, decepção e trauma psíquico, uma vez que as imagens da Negritude às quais somos confrontados(as) não são nem realistas nem gratificantes. (KILOMBA, 2016, p.175)

Quando penso na infância, em específico na infância negra, percebo que no Brasil a representação da criança negra historicamente se encontra atrelada à experiência da escravidão e do racismo. Ainda que estejamos avançando atualmente com políticas no campo institucional para que haja a inserção da memória da negritude na educação, a desconstrução desse processo de violência ainda permeia o cotidiano de milhares de crianças em formação que diariamente estão tendo suas identidades forjadas dentro de um sistema branco, patriarcal e racista.

Na contemporaneidade, a partir da flexibilização política iniciada no fim da ditadura militar-civil, da promulgação da Constituição de 1988 e da reabertura democrática do país, novos grupos sociais a partir de movimentos como o feminismo e os movimentos negro e LGBTQIA+ puderam ampliar suas lutas e protagonizar as narrativas sobre suas próprias histórias. Contudo, é um processo recente e, no caso da literatura infantil com personagens negros, por exemplo, algumas publicações como *Menina bonita do laço de fita* (1986), de Ana Maria Machado, e *O menino marrom* (1986), de Ziraldo, apesar de colocarem personagens negros como centrais e trabalharem questões estéticas relacionadas à cor da pele ou ao cabelo, reproduzem a ideia da democracia racial em que não importaria a raça, já que “todos são iguais”.

Ainda que encontremos valores afetivos nessas produções, precisamos nos questionar se as narrativas reproduzem conceitos ligados à meritocracia num país com tamanha desigualdade social e racial, ou se apresentam algum reducionismo na figura do personagem negro como central, devido a suas “qualidades”. O livro *O cabelo de mola* (2012), de Alexsander Rezende, publicado pela editora Paulinas, por exemplo, apaga totalmente a questão do preconceito racial sofrido pelo personagem negro Eduardo, uma vez que este é aceito pelos colegas que praticavam bullying com ele - devido a seu cabelo e fenótipo - pelo fato de ser um bom jogador de futebol. É válido ressaltar que todos os

autores citados acima são brancos e partem de um lugar onde a experiência da negritude não é vivida em seus cotidianos, apesar de trazerem a temática do negro em seus trabalhos, mas, como já vimos no capítulo anterior, tematizar o negro não é algo suficiente para dizermos: “é literatura negra”.

Desse modo, penso que afetividade precisa ser um dos valores mais importantes dentro de um livro infantil com personagens negros pois, historicamente, a criança negra comparada a uma criança não-negra só passou a ser considerada como uma criança com afetos recentemente, já que a infância negra carregou a marca da escravidão e do translado no Atlântico Negro, sofrendo consequências que estarão presentes na sua formação e na sua identidade enquanto sujeito negro em um país como o Brasil.

O estudo da afetividade no desenvolvimento infantil vem há algum tempo sendo objeto de pesquisa de muitos autores que consideram a infância um momento importantíssimo de espaço para trocas psíquicas que interferem na construção de afetividade e socialização de sujeitos que estão no mundo e possuem seus interesses, motivações e vontades a partir do envolvimento afetivo e da socialização com o outro no mundo (OLIVEIRA, 2018). Além disso, perceber que o racismo causa um grande impacto no desenvolvimento afetivo e na autoestima de crianças negras é motivo de trabalhos que vêm mapeando como o “fracasso” no desempenho escolar tem relação com raça. Os trabalhos de Marília Pinto de Carvalho como “Quem são os meninos que fracassam na escola?” (2004), “Quem é negro e quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos” (2005), são indicadores de que a cultura escolar é totalmente impactada pela cultura social, que carrega diversos valores discriminatórios de raça, classe e gênero. Dessa forma, o resgate estético feito na literatura infantil de personagens negros precisa passar pela afetividade como um valor que possa recuperar a autoestima de uma criança que tem seus traços fenotípicos como cabelo, olhos, nariz, boca e cor da pele tidos como feios ou ruins, gerando sempre uma série de reprovações que minam a identidade desse sujeito em formação.

Nesse sentido, me sinto muito contemplado com o conceito desenvolvido pela escritora e intelectual negra Sônia Rosa em relação à literatura infantil. Sônia Rosa, é uma das autoras de literatura infantil mais conhecidas nacionalmente. É uma mulher negra, pedagoga formada na UERJ, contadora de histórias e Mestra em Relações étnico-raciais pelo Cefet/RJ. Também foi professora do ensino básico no município do Rio de Janeiro.

O artigo se intitula: “Literatura infantil negro afetiva para crianças e jovens” e foi publicado na revista África e africanidades (2021, n° 39) e no portal Geledés (2021). A

autora nos convida a entender o conceito partindo da sua própria perspectiva enquanto escritora de literatura infantil com personagens negros, se aliando ao pensamento de Cuti (2010). Nas palavras da autora:

> Após a defesa da dissertação do Mestrado ocorrida em maio de 2019, os meus estudos sobre os aspectos ligados à afetividade dentro das histórias com temática negra e/ou personagens negros e/ou em protagonismo se intensificaram e as reflexões ficaram mais profundas E desde então, neste pós defesa, não conseguia mais encaixar os meus livros, a "minha literatura", o meu modo frequente de abordar e retratar os meus inúmeros personagens, em textos e imagens, em "literatura afro brasileira", simplesmente. Este conceito "literatura afro brasileira" é um bom porto. Ele ancora a minha literatura, já que sou uma mulher negra que escreve livros com temática negra, personagens negros, mas este conceito de literatura "afro brasileira" não me contemplava integralmente. Sentia a ausência, nesta nomeação de minha literatura, de um ponto específico que anunciasse uma particularidade da minha escrita, isto é, o seu aspecto "afetivo e amoroso" marcante e presente nos textos que inventava. Uma demanda foi então instaurada: percebi uma necessidade da criação de uma nova nomenclatura que evidenciasse esse *amor* que emerge e se destaca em meus livros oferecidos à infância. (ROSA, 2021, p. 10)

A autora, que tem uma dissertação de mestrado baseada em sua própria história, utilizando uma metodologia teórica autobiográfica, percebe a partir da sua experiência enquanto professora, educadora, contadora de histórias e escritora de livros infantis a necessidade de criar algo novo que pudesse colocar a literatura infantil num espectro específico para se enxergar com maior detalhe a complexidade e a multiplicidade que um livro infantil carrega enquanto um instrumento de leitura e de formação de identidade. E no caso de livros infantis com personagens negros, Sônia reivindica que as narrativas precisam estar carregadas de humanidade, já que corpos negros na experiência da escravidão e na diáspora foram e são constantemente desumanizados por práticas discriminatórias.

Da terminologia, Sônia Rosa concorda com Cuti (2010) em relação ao discurso branco presente na literatura brasileira e adota o termo "negro" em detrimento de "afro" para elaboração do seu conceito: "O conceito novidadeiro Literatura negro afetiva se configura e se amplia a partir dos estudos do conceito de Literatura negro brasileira de Cuti e ganha peculiaridades dentro da literatura voltada para crianças e jovens" (ROSA, 2021, p. 12). E aqui, quero ressaltar que retomaremos a discussão de alguns pontos principais desse conceito após a análise dos livros selecionados para esta pesquisa. Contudo, é importante trazer para esta seção que a literatura negro afetiva para crianças e jovens se configura principalmente pela centralidade de personagens negros nas narrativas e também por:

> [...] histórias diversas de vivências e experiências carregadas de carinho, ternura, abraços, laços de amizade, rede de afetos, acolhimento, risos, choros e alegria. Mesmo com enredos espinhosos, mesmo com abordagens de temas indigestos, o amor e os sentimentos de "não estar sozinho ou abandonado" deverão estar presentes. (ROSA, 2021, p.14)

E ainda:

> Quanto ao texto propriamente dito, deverá ter, majoritariamente, personagens negros com representatividade positiva, assim como a contemplação da temática africana no que diz respeito à cultura e à religiosidade. A narrativa deverá descrever com respeito os personagens negros, mesmo os vilões e aqueles que não estejam em protagonismo. As descrições referentes às características físicas (fenótipo) e psicológicas dos personagens deverão ser apresentadas buscando exaltar a beleza e a potência dos mesmos, sem desmerecê-los ou humilhá-los. (ROSA, 2021, p. 15)

As observações de Sônia são precisas e se aproximam dos apontamentos feitos por bell hooks em seu livro *Tudo sobre o amor novas perspectivas* (2021), no qual a autora estadunidense aborda no capítulo 2 – Justiça: lições de amor na infância – que é na infância que nós aprendemos inicialmente a amar e que o seio familiar é como se fosse uma primeira escola do amor. Nesse sentido, é preciso proteger as crianças de qualquer tipo abuso ou abandono, bem como garantir ações que promovam justiça e que assegurem os direitos da criança, para que assim possam crescer com os devidos recursos necessários e se tornarem mais tarde, adultos que não reproduzam práticas de violência, mas que expressem carinho nas suas interações familiares:

> Enquanto não começarmos a ver a criação amorosa em todos os tipos de família em nossa cultura, muitas pessoas continuarão acreditando que só se pode ensinar disciplina com punição, e que a punição severa é uma forma aceitável de se relacionar com as crianças. Como são capazes de oferecer afeição instintivamente ou reagem ao cuidado carinhoso retribuindo-o, geralmente se pressupõe que as crianças sabem como amar e, portanto, não precisam aprender essa arte. Embora o desejo de amar esteja presente em todas as crianças pequenas, ainda assim, elas precisam de orientação quanto às formas de amar. Adultos podem orientá-las. (hooks, 2021, p. 71)

Desse modo, a afetividade passa, sobretudo por lições de amor que começam a aparecer no início da vida humana, e posteriormente no seio da família. Essa perspectiva nos ajuda a entender a importância de uma literatura que, ao colocar personagens negros nas narrativas, possa incluir nas imagens e nos textos o carinho, a doçura, o cuidado, o bem-querer, a afabilidade, a simpatia, o orgulho e tantos outros adjetivos positivos que tenham essa função de tornar o afeto um ato de resistência ao preconceito racial.

Pensando na dinâmica desta pesquisa, que envolve questões referentes aos homens negros e as masculinidades, é cada vez mais importante que se tenha um olhar para a importância do afeto no desenvolvimento da paternidade e que a mesma seja pensada enquanto local de cuidado consigo mesmo e com o outro, não sendo unicamente um lugar de provimento de bens materiais, mas um espaço de acolhimento, de aprendizado e de parceria. Narrativas de abandono paterno ainda são muito comuns na nossa

sociedade, bem como homens, que muitas vezes são presentes, mas não sabem lidar com suas emoções e com seus sentimentos e se distanciam do compromisso paterno. Logo, a paternidade vai sendo desenvolvida ao longo do caminho de maneira improvisada, muitas vezes sem preparo, sem planejamento e sem interesse. Como aponta bell hooks (2021), o caminho da violência já se torna normativo e com isso não aprendemos outras técnicas que possam facilitar o processo de disciplina e de autonomia de uma criança. Assim, um pai de primeira viagem transfere muitas vezes aquilo que recebeu de seu próprio pai ocasionalmente acreditando que aquela é a forma de demonstrar carinho e cuidado, pois foi assim que ele aprendeu, percebeu e foi ensinado. Contudo, é preciso nos questionarmos quanto aos modelos de criação de nossas crianças, como provoca hooks. A paternidade é um lugar onde a construção de uma ideia de masculinidade sustentada no machismo favorece a busca pela fuga da responsabilidade afetiva e o cuidado com um outro ser:

> A relação de afetividade entre pais e filhos tende a ser permeada por uma construção agressiva e autoritária de masculinidade. Além disso, a figura do pai, quando ausente, pode gerar angústia, dor, tristeza e mágoas. O que nossa sociedade fez para gerar homens que não sabem amar? (NASCIMENTO; SILVA, 2020, p. 217)

Nesse contexto é necessário que o autoconhecimento seja um caminho para que a afetividade não seja vista como uma vilã para os homens que são ou se tornarão pais e que essas referências de afeto possam estar presentes na literatura infantil de modo que esses homens percebam a possibilidade de encararem suas falhas no amor (hooks, 2018) com um sentimento sincero de abertura a reconstrução de suas masculinidades. E se tratando de homens negros:

> [...] [eles], particularmente, tiveram suas masculinidades construídas a partir de ideais patriarcais colonialistas. Na constituição de famílias, ser um pai negro dentro de uma sociedade em que existe um forte racismo estrutural implica na sua condição de existência, no lugar que ocupa e na forma como é percebido [...] Se queremos que os pais cuidem de seus filhos, precisamos repensar a construção de masculinidades que têm sido desenvolvidas até o presente momento e, sobretudo, a partir de uma perspectiva que trate de questões como família e ancestralidade, entender como a figura do homem negro como pai se apresenta na literatura. (NASCIMENTO; SILVA, 2020, p. 219)

Para que entendamos melhor essas ideias, discutiremos no próximo capítulo, questões que se referem especificamente aos homens, às masculinidades, às masculinidades negras, o exercício da paternidade e seus desafios para homens negros. Partindo do conceito de literatura infantil negro afetiva, observaremos como alguns livros infantis vêm abordando a representação desses homens e de que modo essas narrativas podem contribuir ou não para que a responsabilidade e o afeto sejam as bases de uma narrativa que reformule a ideia preconceituosa sobre homens negros serem maus pais.

3 - Masculinidades e paternidades negras na literatura infantil: analisando obras de editoras negras e afro-brasileiras

Para adentrarmos o segmento da paternidade negra na literatura infantil, é preciso partir de uma perspectiva que dialogue com a construção do imaginário social a respeito dos homens negros no Brasil e o quanto que isso afeta sua própria constituição enquanto individuos no mundo. Neste capítulo, na primeira seção, buscarei abordar o tema das masculinidades negras como campo de estudo, trazendo algumas perspectivas para pensarmos na realidade brasileira, sobretudo em como se deu a construção de representatividade desse homens. Já na segunda seção, buscarei discutir sobre as múltiplas paternidades e a representação da paternidade negra em alguns filmes e séries, buscando refletir sobre o que esses modelos transmitem quando colocam a figura de um homem negro como pai. Assim, faço um diálogo com alguns autores que vêm estudando tanto o campo das masculinidades, quanto o das paternidades. Na última seção apresento um mapeamento feito através dos catálogos online de editoras negras e afro-brasileiras onde a paternidade aparece na literatura infantil. Por fim, faço algumas discussões em relação às editoras, representação de paternidade em cada livro, autores e ilustradores.

3.1 - Por que falar de masculinidades negras?

Para iniciarmos uma reflexão sobre as masculinidades negras é preciso, antes de tudo, salientar que houve uma longa trajetória seguida de profundas tensões políticas e sociais norteado por movimentos feministas para se chegar a uma discussão crítica dos papéis de gênero. Após o advento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as perspectivas eurocêntricas de superioridade racial branca começaram a ser revistas por diversos intelectuais e principalmente por aqueles que se encontravam no chamado “Terceiro Mundo". Nesse momento, algumas transformações sociais, como, por exemplo, a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, fizeram com que o eixo de conhecimento científico se ampliasse da Europa para outros continentes e que também houvesse uma busca por novas epistemologias que fugissem ao eurocentrismo, já que esse era de majoritário domínio de homens brancos e heterossexuais.

A partir de então, grupos sociais e étnicos que foram subalternizados passaram a criticar uma versão “oficial” da história que não os contemplava. Após o advento da Segunda Guerra mundial e os horrores causados pelo totalitarismo nazista, as concepções

de memória dos povos historicamente oprimidos pela colonização, foram sendo resgatadas, como nos aponta o historiador Pierre Nora:

> A maior parte da memória dessas minorias depende de três tipos de descolonizações: a descolonização global, que possibilitou a sociedades que vegetavam na inércia etnológica da opressão colonial o acesso à consciência histórica e ao resgate ou fabricação de lembranças; em sociedades tradicionais ocidentais, e por meio de integração, a descolonização interna de minorias sexuais, sociais, religiosas e regionais, para as quais a afirmação de suas memórias, são de fato a afirmação de suas histórias e meio de terem a si próprios reconhecidos em suas particularidades pela comunidade em geral que até então lhes negou a garantia de seus direitos; e finalmente, com o fim dos regimes totalitários do século XX, a descolonização ideológica e a emergência de povos cujas memórias antigas e tradicionais esses regimes confiscaram, destruíram e manipularam: Rússia, Balcãs e África. (NORA, 2009, p.2)

Ao avançarmos para a segunda metade do século XX, vamos nos deparar, por exemplo, com a luta pela independência tardia dos países africanos que até então ainda eram colônias de países europeus. A independência de países como República Democrática do Congo (1960), Argélia (1962), Guiné-Bissau (1974), Moçambique (1975), Namíbia (1990), dentre tantos outros, coloca em questão o tema da descolonização e da decolonialidade[18] em todo o mundo.

As independências produzidas no continente americano e africano não foram suficientes para superar o domínio cultural eurocêntrico, havendo uma colonização epistemológica (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p.19). O sociólogo peruano Aníbal Quijano comenta que, no caso dos países da América, a experiência histórica deu-se de forma diferente, pois a aglutinação entre europeus, nativos indígenas e africanos possibilitou a formação de uma "identidade geocultural moderna e mundial" (QUIJANO, 2005, p.127), Contudo, segundo esse mesmo autor: "[...] cada categoria usada para caracterizar o processo político latino-americano tem sido sempre um modo parcial e distorcido de olhar esta realidade" (QUIJANO, 2005, p.138) e essa distorção gerou uma ocidentalização, ou seja, uma sobreposição cultural de grupos eurocêntricos em relação a grupos subalternos como os indígenas, asiáticos e africanos. Nesse sentido, para a construção de um outro mundo possível, seria necessário superar o colonialismo enquanto sistema que domina a política, a economia, as culturas e as sexualidades.

[18] Aqui utilizo os termos descolonização e decolonialidade mas em definições diferentes. As duas formas geralmente são aceitas nas pesquisas acadêmicas enquanto conceitos teóricos, contudo, quando utilizo o termo descolonização, me refiro à definição clássica da expressão, no sentido político do processo de independência dos países submetidos a tal regime. Por decolonialidade entendo, assim como Walsh (2009, p. 15-16), que suprimir o "s" marca uma distinção e ao mesmo tempo sugere uma perspectiva epistemológica transgressora e insurgente que supere o domínio cultural de viés eurocêntrico dominante.

Nos Estados Unidos, durante toda década de 60 do século XX, a luta por direitos civis dos cidadãos negros encabeçada por lideranças como Martin Luther King Jr., Malcolm X e Angela Davis ganhou uma reverberação e notoriedade mundiais. A luta pelo fim do Apartheid, regime de segregação racial implantado na África do Sul que durou de 1948 até 1994 e resultou na eleição de Nelson Mandela para presidente, foi mais um momento de grande comoção mundial para que se rompesse com os sistemas de dominação racial presentes em diversos lugares do mundo. No mesmo período, nos Estados Unidos, ocorrem também diversos movimentos de luta por respeito e reconhecimento das diferenças de gênero.

No contexto estadunidense, as teorias sobre gênero vão começar a aparecer com maior evidência, partindo do pressuposto de que o movimento feminista será fundamental na luta contra a dominação masculina, ou seja, contra o patriarcado[19]. Esse padrão de dominação é composto por homens brancos, cis, héteros, cristãos e de classe média, já que, dentro da lógica do sistema capitalista e do próprio patriarcado, seriam esses os sujeitos que detêm os principais privilégios políticos, econômicos e sexuais, seja na esfera pública ou na privada.

A partir da década de 70 do século XX, os estudos e teorias a respeito do gênero, principalmente, vão questionar os padrões de masculino e feminino essencializados na sociedade a partir da ideia de alteridade.[20] Dessa forma, gênero e sexo masculinos e femininos passam a ser repensados como uma construção social e, com isso, pesquisas específicas em torno das masculinidades surgem para entender e questionar a ideia de "homem" e a relação dos homens e suas masculinidades com o poder patriarcal, bem como sua afirmação de identidade enquanto indivíduos no mundo.

---

[19] Segundo Mariana Pombo (2018), "no dicionário de psicanálise de Roudinesco e Plon (1998), 'patriarcado' é definido como um sistema político-jurídico no qual a autoridade e os direitos sobre os bens e as pessoas se concentram nas mãos do homem ocupando a posição de pai fundador. Ou seja, patriarcado pressupõe poderes desiguais e relações hierarquizadas entre o pai e os outros membros da família. Pressupõe, desse modo, a dominação masculina e a subordinação da mulher." (POMBO, 2018, p. 449)

[20] Entende-se por alteridade aquilo que constitui o outro. Dentro de uma sociedade e cultura os princípios que norteiam as identidades e as diferenças são diversos e a ideia de alteridade é uma das perspectivas que permitem entender identidades e diferenças como sendo subjetivas, fugindo de uma perspectiva determinista, naturalizante e estática de cultura. Segundo Nilma Lino Gomes (2003): "A cultura negra possibilita aos negros a construção de um 'nós', de uma história e de uma "identidade. Diz respeito à consciência cultural, à estética, à corporeidade, à musicalidade, à religiosidade, à vivência da negritude, marcadas por um processo de africanidade e recriação cultural. Esse 'nós' possibilita o posicionamento de negro diante do outro e destaca aspectos relevantes da sua história e de sua ancestralidade" (GOMES, 2003, p. 79).

Cabe ressaltar que, se, por um lado, a luta dos movimentos feministas possibilitou a desnaturalização dos gêneros, por outro lado, gerou um incômodo em muitos homens que acreditaram ter perdido de certa forma algum direito, fazendo com que houvesse uma reação à chamada crise do patriarcado. Essa crise teria sido desencadeada pela contestação dos costumes sexuais e do autoritarismo exercido pelos homens enquanto detentores de poder político e econômico (POMBO, 2018).

Existem alguns movimentos levados a cabo por homens que se colocam contra os movimentos feministas e que também buscam pensar as masculinidades de um modo específico. Um dos exemplos é o MGTOW (*Men going their own way*), que traduzido para o português seria "homens seguindo seu próprio caminho". Segundo o jornalista Mack Lamoreaux, em artigo publicado no site da revista Vice: "A história da comunidade MGTOW é obscura, mas isso geralmente se liga ao meio dos anos 2000 e a dois homens que usavam os nicknames Solaris e Ragnar. Pouco mais de uma década atrás, um manifesto MGTOW foi escrito" (LAMOREAUX, 2015, online). O movimento tem como característica fazer com que os homens não tenham relações duradouras com mulheres, não engravidem uma mulher e busquem o prazer individual sem que se constituam famílias, por exemplo. Essas ações vêm crescendo principalmente na Internet - na chamada manosfera[21] - e se enquadra em uma espécie de corrente contrária ao feminismo denominada masculinismo. Segundo Barbara:

> O que chamo aqui de masculinismo é um conjunto bem específico de crenças referidas ao âmbito da sexualidade humana em sentido amplo, e que aparece, para os indivíduos que adotam tais crenças, como uma resposta aos problemas que afetariam os homens no contexto presente. Para resumir o máximo, podemos dizer que um masculinista típico acredita que vivemos em um mundo que gira ao redor das mulheres - uma ginocracia, para usar um termo empregado por muitos masculinistas - , no qual a própria masculinidade está em crise. (BARBARA, 2018, p. 493)

Evidenciar esse modo de pensar a masculinidade, que muitas vezes revela preconceito e misoginia, conforme a autora supracitada, permite perceber que esse campo de estudos é complexo e contraditório e que existem movimentos que nem sempre buscam dialogar com as teorias feministas ou com ideias mais progressistas. Essas correntes masculinistas têm um discurso de acolhimento e de cuidado em relação ao homem, mas se constroem colocando a mulher como adversária, tratando o sexo masculino como superior ao feminino e muitas vezes propiciando o cultivo de uma cultura ofensiva, repressiva e

[21] Segundo Barbara (2018), "manosfera é o nome que se dá ao conjunto difuso de plataformas on-line de discussão - composta por fóruns, blogs pessoais, portais de opinião com vários colaboradores, canais de vídeo (ou "vlogs"), etc. - focadas no debate de questões ligadas a masculinidade. O grosso dessas discussões é conduzido em língua inglesa, embora haja ramos da manosfera em vários idiomas, inclusive em português." (BARBARA, 2018, p.496)

violenta dentro dos espaços que os homens pretendem ocupar, gerando uma cultura masculinista.[22]

Do ponto de vista crítico aos papéis de gênero, existem diversos autores que trabalham no campo dos estudos de homens e masculinidades como Andrea Lacombe, Jack Halberstam, Raewyn Connell e Michael Kimmell. Dentro dessa dinâmica, existem diversas perspectivas sobre as masculinidades que são bem amplas e bastante complexas. Nesta pesquisa, decidi trabalhar com os conceitos de masculinidades hegemônicas e masculinidades subalternas desenvolvido por Connell (2013) e Kimmell (1998) para poder pensar as masculinidades em sua pluralidade quanto a classe social, idade, sexualidade e raça. Acredito que a relação entre homens brancos e homens negros no Brasil historicamente tem o racismo como elemento que segregaciona um grupo em detrimento de outro, tornando a masculinidade para homens negros racializada e subalternizada. Raewyn Connell, cujo nome de batismo é Robert Connell, é uma mulher transexual e socióloga australiana que em 1995 publicou o livro *Masculinities* [*Masculinidades*, em português], sendo uma de suas publicações mais conhecidas e pioneiras no campo dos estudos críticos das masculinidades. Nesse livro, Connell faz uma reflexão a partir da realidade social dos homens australianos, questionando e tensionando as formas de "ser homem" na sociedade australiana e no mundo, debruçando-se, principalmente, nas inter-relações entre masculinidade e poder.

Em um artigo intitulado "Políticas da masculinidade", publicado em 1995, Connell propõe primeiramente definir o conceito de masculinidade, que seria "uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero" (CONNELL, 1995, p. 188). Sobre o conceito de masculinidade hegemônica, o artigo "Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito" (2013), de Raewyn Connell e James Messerschimidt aponta que a definição do termo masculinidade hegemônica tem relação direta com as transformações históricas de cada localidade. O conceito advém da teoria gramsciana de hegemonia cultural, e dessa forma: "A masculinidade hegemônica foi entendida como um padrão de práticas (i.e., coisas feitas, não apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade) que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse." (CONNELL; MESSERSCHIMIDT, 2013, p. 245). Esses dois conceitos -

[22] No vídeo "Energia masculina", por exemplo, é possível perceber um pouco do ideal masculinista e de ares quase que medievais que o mentor Wendell Carvalho tenta propor aos homens que estão reunidos em um auditório: https://www.youtube.com/watch?v=zMeRWYUlN_E. Ao longo do vídeo, o mentor usa termos como "homem masculino" e "energia primal, primitiva", que dão a entender que o "ser homem" significa ser bárbaro, como um homem das cavernas. Essa associação fica evidente quando o mentor, que é uma espécie de "guru", pede para que todos os homens presentes se levantem e gritem para liberar a verdadeira energia masculina.

masculinidade hegemônica e masculinidade subalterna - podem nos ajudar a compreender como os homens se comportam dentro de uma determinada sociedade e cultura. Para Silva:

> [...] o conceito de masculinidade hegemônica está calcado nos modelos tradicionais e dos predicativos da personalidade do homem, qual seja, "machista, viril e heterossexual", do mesmo modo em que este deve apresentar distanciamento emocional, agressividade e comportamento de risco no seu dia a dia, ou seja, um homem bem mais próximo dos modelos do cavaleiro medieval, do guerreiro oitocentista e dos grandes soldados, ao passo que os novos modelos de masculinidade têm colocado em evidência uma preocupação quanto à redefinição do papel de pai, marido, amante, trabalhador e cidadão. (SILVA, 2006, p.2)

O sociólogo estadunidense Michael Scott Kimmel, por sua vez, em seu artigo "A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas" (1998), trabalha dentro de uma perspectiva que alia o estudo das masculinidades a uma crítica ao capitalismo e ao desenvolvimento dos países da América Latina. Inspirado pelos estudos do economista André Gunder Frank, Kimmel argumenta que:

> [...] desenvolvimento e o subdesenvolvimento econômico não eram simplesmente estágios pelos quais todos os países passam, não havendo um continuum único com relação ao qual as nações individuais poderiam ser posicionadas. Ele disse que, ao contrário, havia uma relação entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, em que, na realidade, o desenvolvimento de alguns países implicava o subdesenvolvimento deliberado e específico de outros. A criação da metrópole foi simultânea a e engrenada com a criação da periferia. (KIMMEL, 1998, p. 104)

Para esse autor, as relações de gênero também são construídas sócio-historicamente no escopo binário que contrapõe desenvolvimento a subdesenvolvimento. A ideia de hegemonia vai ser pensada e criada a partir de uma visão que coloca um "outro" como inferior ou incapaz. Kimmel (1998), partindo de um pensamento que não essencializa o gênero, supõe que a construção das masculinidades varia: 1) de cultura para cultura; 2) em qualquer cultura, no transcorrer de um certo período de tempo; 3) em qualquer cultura, através de um conjunto de variáveis, outros lugares potenciais de identidades e 4) no decorrer da vida individual de qualquer homem. Além desses quatro fatores, o autor também acredita que a construção das masculinidades não se estabelece apenas em relação a um "outro" feminino, mas também a "outros" homens nas inter-relações de poder:

> Entendo que as masculinidades são construídas simultaneamente em dois campos inter-relacionados de relações de poder – nas relações de homens com mulheres (desigualdade de gênero) e nas relações dos homens com outros homens (desigualdades baseadas em raça, etnicidade, sexualidade, idade, etc.). (KIMMEL, 1998, p.105)

Partindo dessa perspectiva, através de um olhar interseccional, suponho que seja possível considerar as masculinidades negras como subalternas, pois historicamente

homens negros foram vistos como: “homens dependentes e indefesos, incapazes de defender as suas próprias mulheres e crianças, incapazes de sustentar uma família e completamente “escravos” de seus próprios desejos carnais e da violência bestial.” (KIMMEL, 1998, p.114). Podemos pressupor que homens negros constroem suas masculinidades nessa conjuntura de inter-relação com os “outros” e esses “outros” seriam os sujeitos (homens) brancos, que estão em situação de privilégio racial na cultura ocidental e que, através do racismo, se sobrepõem de modo hegemônico ao grupo de homens negros. Segundo bell hooks (2015):

> Mais do qualquer outro grupo de homens em nossa sociedade, os homens negros são muitas vezes concebidos como sujeitos desprovidos de habilidades intelectuais. Sob a visão estereotipada do racismo e do sexismo que os vêem como mais corpo do que mente, homens negros estão propensos a serem recebidos pela sociedade da supremacia branca capitalista, imperialista e patriarcal, como sujeitos que parecem ser idiotas ou, como nós que crescemos nos anos 1950 costumávamos dizer, pessoas lentas (isto é, pouco inteligentes). (hooks, 2015, p. 678)

O texto de bell hooks é bem interessante, no sentido de nos fazer pensar sobre um processo de exclusão dos homens negros no que diz respeito às questões educacionais. A escola acaba reproduzindo uma disputa entre os privilegiados e os desprivilegiados. Em um sistema educacional obcecado por avaliações, o fracasso de meninos negros na escola acaba sendo tratado como algo naturalizado. Segundo Marília Pinto de Carvalho, em seu artigo “Quem são os meninos que fracassam na escola?” (2004):

> (...) podemos deduzir que os problemas de aprendizagem nessa escola – da forma como são percebidos pelas professoras, levando-as a indicar a criança para o reforço – estão relacionados à renda familiar até cinco salários mínimos, ao sexo masculino e à heteroclassificação como negro (preto ou pardo). Em linhas gerais, esse resultado tem semelhanças com o que se encontra no país como um todo e mesmo no plano internacional, quando se mede o desempenho das crianças por meio de testes padronizados. (CARVALHO, 2004, p. 29)

Segundo os estudos apontados pela pesquisadora, na maioria dos trabalhos sobre desempenho escolar, são os meninos, de baixa renda e pertencentes às minorias raciais e étnicas que tendem a apresentar maior dificuldade na escola, sendo considerados como violentos, rebeldes, machistas, entre outros (CARVALHO, 2004). Quando não há uma cultura escolar preocupada com essas questões (raça, classe e gênero), a tendência é que as desigualdades na escola continuem sendo reproduzidas. Nesse sentido, pessoas negras continuarão ocupando postos inferiores de trabalho por falta de qualificação, algo que está relacionado com a baixa taxa de escolaridade. O Brasil ainda é um país que reproduz a lógica colonialista de manter pessoas negras em situação de subalternidade, e nesse caso,

os meninos negros não são vistos como alunos com potencial, mas como mero produto do meio.

Desse modo, precisamos pensar: Se há um campo de estudos sobre homens e masculinidades, o que sabemos sobre a trajetória dos homens negros no Brasil? O antropólogo Rolf Malungo de Souza é um dos especialistas no tema das masculinidades no Brasil e, em seu artigo “As representações do homem negro e suas consequências” (2009), o autor nos convida a observar que homens negros, pelo menos desde o século XIX, foram pensados a partir do falo:

> Embora no Brasil haja pouquíssimos trabalhos tratando especificamente da masculinidade negra, esta masculinidade sempre foi motivo de preocupações por parte de intelectuais das mais diversas áreas do pensamento social brasileiro desde pelo menos o final do século XIX. Para estes pensadores os homens negros eram motivos de desconfiança e temor, e este temor foi constante no decorrer da História do Ocidente desde que os europeus fizeram os primeiros contatos com o continente africano; nesse processo tenso e por vezes doentio, o pênis negro tornou-se o ponto de referência das relações que seriam estabelecidas a partir daí entre homens negros e brancos (Friedman, 2001:98). O pênis negro foi medido, pesado e dissecado por cientistas ávidos, sendo guardado em recipiente com formol e exibido na Europa causando frisson em uma platéia que ao mesmo tempo se espantava e desejava o que via. (SOUZA, 2009, p. 10)

Estudar as masculinidades negras é considerar que foram masculinidades subalternizadas ao longo da história do Ocidente. Observando especificamente o Brasil, no período pré e pós-abolição (final do século XIX e início do século XX), as ideias eugenistas baseadas no racismo científico e no darwinismo social contribuíram para que o homem negro fosse afastado de um processo de representatividade da identidade nacional. Segundo Lotierzo e Schwarcz (2013):

> O século XIX leva ao extremo o desejo de diferenciação e de estabelecimento de hierarquias, ao adotar modelos explicativos assentados sobre o darwinismo social, o evolucionismo e o determinismo, que consideram a inferioridade dos não-brancos como uma característica biológica essencializada. (LOTIERZO; SCHWARCZ, 2013, p. 8)

Falar de masculinidades negras no Brasil, portanto, é partir de um contexto em que o projeto de nação e de construção de uma ideia de cidadão brasileiro não contempla homens negros como parte desse processo. Esse apagamento dos homens negros pode ser percebido, por exemplo, no quadro “A redenção de Cam” (1895), do pintor espanhol Modesto Brocos:

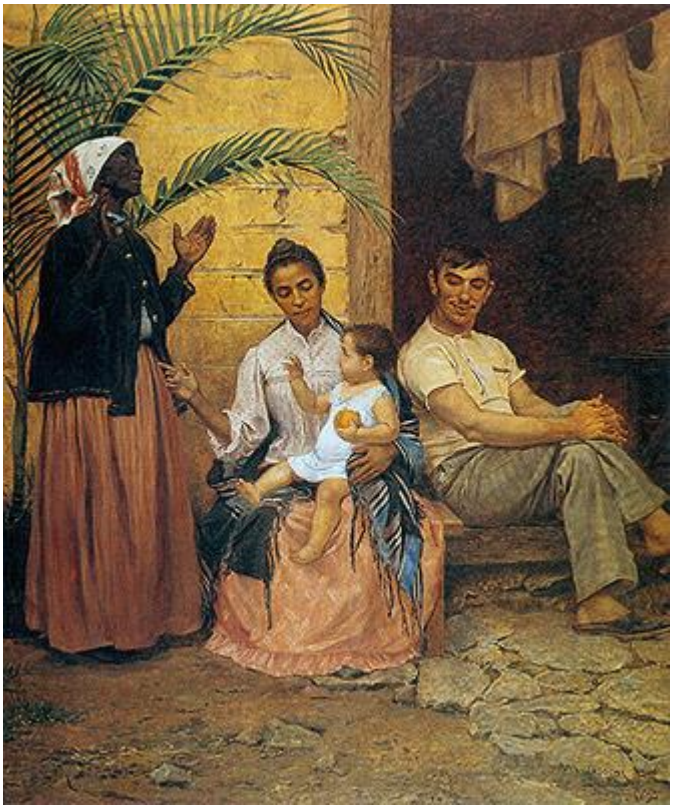


Figura 1 – Quadro A Redenção de Cam, 1985, por Modesto Brocos

Fonte: enciclopedia.itaucultural.org.br

Esse quadro é carregado de simbologias no que diz respeito ao pensamento social brasileiro vigente do final do século XIX. A começar pelo nome da obra, que remete a uma história bíblica narrada em Gênesis, no capítulo 9. Nessa narrativa, Noé tinha três filhos: Sem, Cam e Jafé. Seus filhos seriam os responsáveis por povoar a terra. Em um dado momento, após se embriagar com vinho, Noé teria deitado nu em sua tenda. Cam teria visto a nudez de seu pai e contado para seus irmãos. Quando Noé soube disso, amaldiçoou Cam, condenando sua descendência à eterna escravidão. Essa história, com o passar do tempo, ganhou uma interpretação teológica que atendeu aos propósitos coloniais empreendidos por países cristãos na Idade Moderna para escravizar o povo negro africano. A crença fundamentalista para explicar a pigmentação da pele negra e justificar a escravidão moderna parte da ideia de que os negros do continente africano seriam os descendentes de Cam amaldiçoados por Noé. No Brasil, ao final do período oitocentista, o quadro de Modesto Brocos retoma a narrativa do mito bíblico em seu título, porém, dentro de um projeto embranquecedor, onde a redenção ocorreria na medida em que houvesse um cruzamento entre a mulher negra e o homem branco, como apresentado na tela. Como salientam Lotierzo e Schwarcz (2013, p. 7), “a redenção de Cam propõe uma leitura original

do episódio bíblico, mostrando um caminho para reverter a maldição de Noé, pois ao invés de "enegrecidos", os supostos descendentes de Cam são branqueados na imagem".

Penso que o lugar da redenção presente no quadro acima coloca a mulher negra como voluntária passiva dentro desse processo e exclui os homens negros na medida em que estes estão ausentes na obra que propõe ser redentora da civilização brasileira. Tanto a ideia de masculinidade quanto a de paternidade apresentadas como referenciais nessa imagem colocam o homem branco e a criança branca, ambos do sexo masculino, como possibilidade de núcleo familiar no processo civilizatório, tendo na raça e no gênero posições que sustentam elementos que não podem variar para que a redenção aconteça. Como nos explicam Lotierzo e Schwarcz:

> Se é verdade que o movimento percorrido pela obra vai do negro ao branco, em conformidade com as projeções de uma vertente do pensamento racista do período, que apostava no branqueamento, é possível pensar que o quadro tem gênero definido: uma vez que o futuro racial da família em cena é um menino branco, o quadro procura exprimir, através da configuração raça/gênero, um certo olhar masculino de cumplicidade entre cavalheiros, assentado no impulso a confirmar a paternidade (branca) da criança. Além disso, a tela privilegia uma mestiçagem ordenada pelo par mãe negra/mulata e pai branco – e não o contrário, o que coloca a figura masculina no papel de elemento definidor do processo. (LOTIERZO; SCHWARCZ, 2013, p. 5)

As rupturas históricas que alteraram o curso da intelectualidade e do poder na história política brasileira e que irão perpassar o ideal de uma masculinidade que seja contrária à feminilidade e a relações de homens com outros homens colocaram o homem negro num processo que o caracterizará apenas como homem-objeto para o trabalho braçal e sexual. Segundo o pesquisador Osmundo Pinho (2004):

> [...] o corpo negro masculino é fundamentalmente corpo-para-o-trabalho e corpo sexuado. Está, desse modo, decomposto ou fragmentado em partes: a pele; as marcas corporais da raça (cabelo, feições, odores); os músculos ou força física; o sexo, genitalizado dimorficamente como o pênis, símbolo falocrático do plus de sensualidade que o negro representaria e que, ironicamente, significa sua recondução ao reino dos fetiches animados pelo olhar branco. (PINHO, 2004, p. 67)

O pênis vai ocupar uma centralidade dentro dessa construção de masculinidade para homens negros. Mas não somente ele. Outro componente presente é o da violência. No artigo "O corpo do homem negro e a guerra dos sexos no Brasil" (2019), o pesquisador Osmundo Pinho traz alguns dados do mapa da violência de 2010 que são relevantes para apresentarmos aqui. Segundo Pinho:

> [...] no período de cinco anos, de 2002 a 2007, o número de vítimas brancas na população total por ano caiu de 18.852 para 14.308, representando uma queda significativa na ordem de 24,1% (WAISELFISZ, 2010). Entre negros

> (que significa pretos e pardos), no entanto, o número de vítimas de homicídio cresceu durante o mesmo período, de 26.915 a 30.193 por ano, o que equivale ao aumento de 12,2%. (PINHO, 2019, p.119)

Além de serem o principal alvo das mortes por homicídio, corpos negros são mais presentes também nas cadeias penitenciárias. Recentemente, no ano de 2020, foi publicado no 14° Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que em 15 anos o número de negros cresceu 14% no sistema carcerário, enquanto que o número de brancos diminuiu 19%. Sobre a população carcerária, a pesquisadora Amanda Pimentel, associada ao Fórum, em entrevista ao portal G1, afirma que:

> Em geral, são homens jovens, negros e com baixa escolaridade. Apenas em 2019, os homens representaram 95% do total da população encarcerada. No que se refere ao gênero, portanto, existe uma sobrerrepresentação masculina na população prisional, explicada em grande parte pela intensa associação existente entre 'mundo do crime' e valores viris, exercidos primordialmente por homens. (PIMENTEL, apud ACAYABA; REIS, 2020, online)

Essa realidade afeta diversos jovens que residem nas periferias brasileiras, e nesse sentido, a cultura da violência tende a se naturalizar. Alguns movimentos culturais que surgem nesses guetos periféricos como hip hop, rap e o funk, enquanto estilos musicais, podem servir como referência para que se pense a realidade social de homens e mulheres negros e negras inseridos em um contexto de violência e que podem ser catalisadores na emancipação econômica e de consciência crítica de vários jovens negros que têm o crime como uma possibilidade de ganhar a vida em seus cotidianos. Um dado interessante é apresentado pelo professor e pesquisador Waldemir Rosa, em sua dissertação de mestrado "Homem preto do gueto: um estudo sobre a masculinidade no rap brasileiro" (2006). Nesse estudo, Rosa aponta que, das diversas canções analisadas por ele em sua pesquisa, boa parte delas possui um cunho autobiográfico. A violência, usada como elemento figurativo nas narrativas, reflete a realidade social a qual homens negros estão submetidos:

> Os valores da masculinidade negra desenvolvidos a partir dessa realidade remetem à noção de perigo e da violência, assim como da sexualidade exacerbada, atributos presentes nos mitos e estereótipos que favorecem o relato unilateral favorável ao fortalecimento do status quo da dominação racial e sexista das sociedades que emergiram do colonialismo e do escravismo. (ROSA, 2006, p. 75)

Não é uma pretensão desta pesquisa ousar determinar como são os homens negros brasileiros ou colocar a categoria das masculinidades negras dentro de uma caixa fixa e fechada. Essa é uma categoria plural e complexa que apresenta muitas contradições, como mencionei anteriormente. O que pretendo trazer aqui, depois de fazer uma breve contextualização histórica do campo, é pensar que há uma particularidade para se analisar

homens negros enquanto grupo social. E esse grupo não é homogêneo. Homens negros possuem particularidades relativas às suas subjetividades que podem variar ao longo do tempo e da vida na construção de suas masculinidades (KIMMELL, 1998).

Quando Frantz Fanon diz: "[...] *o negro não é um homem*. Há uma zona de não-ser, uma região extraordinariamente estéril e árida, uma rampa essencialmente despojada, onde *um autêntico ressurgimento pode acontecer*" (FANON, 2008, p. 26, grifos meus), revela que nessa zona de "não-ser" o homem negro encontra-se deslocado enquanto homem para a sociedade ocidental, já que, o fato de ser negro coloca esse homem em um lugar de tensão entre vantagens e desvantagens no sistema patriarcal.

É importante também trazer para o escopo da pesquisa que o que Fanon chama de "autêntico ressurgimento", ao meu ver, pode estar relacionado com as redefinições que vêm acontecendo nos últimos anos para que homens negros possam repensar suas masculinidades. Iniciativas como, por exemplo, esta pesquisa, coletivos de homens negros, rodas de conversa são, de alguma forma, movimentos que pretendem discutir e refletir sobre autocuidado, saúde da população negra e responsabilidade afetiva e social. Além disso, o campo de estudo das masculinidades negras no Brasil não é uma novidade. Existem alguns pesquisadores negros brasileiros que vêm trabalhando com o tema há alguns anos como, por exemplo: Rolf Malungo de Souza (2003); Osmundo Pinho (2004); Waldemir Rosa (2006); Deivison Mendes Faustino (2014); Henrique Restier (2017); Alan Augusto Moraes Ribeiro (2017), entre tantos outros. Em 2019, foi lançado o primeiro livro dedicado ao estudo das masculinidades negras no Brasil, intitulado *Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades,* organizado por Rolf Malungo e Henrique Restier, que reúne textos de uma série de pesquisadores, com certa tradição no referido campo, como Osmundo Pinho e Deivison Mendes Faustino, mas também traz uma leva de novos pesquisadores do assunto. São eles: Caio César, Lucas Veiga, Bruno Santana, Túlio Augusto Custódio, Thiago Soares, Douglas Araújo e Airan Albino.

Sobre o estudo das masculinidades negras, teoricamente, Ribeiro e Faustino (2017) propõem alguns caminhos possíveis para sistematizar esse campo em três abordagens: 1) masculinidades negras: raça e gênero; 2) masculinidades negras: gênero e raça; e 3) masculinidades negras: intersecção. A primeira abordagem parte de discussões que centralizam o debate em torno da raça sobre o gênero, através do "status antropológico da subordinação", onde prevalece a posição de marginalização à qual homens negros estão submetidos dentro do sistema colonialista; a segunda abordagem parte das relações do "status antropológico do privilégio" de ser homem em um sistema patriarcal, machista e sexista e a terceira abordagem parte de uma análise na qual:

> as duas primeiras abordagens aparecem imbricadas e complementares, fortalecendo-se mutuamente e permitindo uma abordagem que destaque tanto as experiências sociais complexas difusas, contraditórias, paradoxais e descontínuas vividos nestas masculinidades negras, como os estereótipos de virilidade, coisificação sexual, brutalização, criminalização e suspeição criminal atribuídos aos homens negros como categorias perceptuais e imagens culturais. (RIBEIRO; FAUSTINO, 2017, p. 176)

De maneira consciente ou inconsciente são várias as formas de representar ou de apagar o homem negro na história brasileira. O imaginário social é permeado pelos estereótipos referentes à cor da pele como quando dizem “negão”, “neguinho”, “nego”, “criolo” e cada código desse vem acompanhado de uma dimensão sexista e racista, o que pode revelar uma tentativa de, ora inferiorizar, ora desumanizar o negro, como escreve o sociólogo Deivison Faustino Mendes (2014): “o elogio ao (descomunal, excessivo e animalizado) pênis e/ou desempenho sexual do negro muitas vezes esconde justamente a impossibilidade de reconhecer sua humanidade em outras instâncias da vida” (MENDES, 2014, p. 85).

Sendo os homens negros aqueles que não gozam dos mesmos privilégios do homem branco no patriarcado por estarem situados no que eu chamo aqui de “masculinidades deslocadas”, reitero que, enquanto grupo heterogêneo, dentro da categoria das masculinidades negras também há uma inter-relação de construção de poder baseada no gênero, tendo o machismo como um fortíssimo elemento de segmentação dentro desse grupo, já que nem todos os homens negros são identificados como homens cisgênero e heterossexuais. Há homens negros cis que podem ser homossexuais ou bissexuais, por exemplo, e há homens negros trans que também podem ser homossexuais ou bissexuais. E ainda há um outro fator que está diretamente relacionado à especificidade desta pesquisa: ainda que seja um homem negro hétero, caso o mesmo apresente características que fujam do que seja considerado padrão (o “negão”, forte e retinto), esse homem pode não ter sua masculinidade validada dentro de um grupo. Esse pensamento se fundamenta na visão de Rolf Malungo de Souza (2012), para quem a masculinidade é construída e validada por outros homens.

Ainda trabalhando nessa perspectiva de raça e gênero, trago uma indagação importante feita pela filósofa Djamila Ribeiro. No primeiro capítulo de seu livro *O que é lugar de fala?* (2017), a autora, ao abordar a situação das mulheres negras como *outsider within*[23]

[23] A filósofa Simone de Beauvoir, no livro *O segundo sexo* (1949), faz uma reflexão sobre como as mulheres são pensadas em comparação com os homens e nunca a partir de si. O artigo de Patricia Hill Collins “Aprendendo com o outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro” (2017), busca fazer uma análise sobre a particularidade das mulheres negras dentro do movimento feminista, onde a autora reflete sobre o lugar que a mulher negra ocupa na sociedade e o quanto que o movimento feminista na sua gênese reproduzia desigualdades de raça e classe.

(traduzido como “forasteira de dentro”) dentro do movimento feminista hegemônico, aponta que, quando falamos de homens, precisamos pensar que “a realidade dos homens negros não é a mesma da dos homens brancos, ou seja, evidencia que também em relação a esses é necessário fazer a pergunta: de quais homens estamos falando?” (RIBEIRO, 2017, p. 24) e, do ponto de vista econômico, Ribeiro traz os seguintes dados:

> [...] ainda é muito comum a gente ouvir a seguinte afirmação: “mulheres ganham 30% a menos do que homens no Brasil”, quando a discussão é desigualdade salarial. Essa afirmação está incorreta? Logicamente, não, mas sim do ponto de vista ético. Explico: mulheres brancas ganham 30% a menos do que homens brancos. Homens negros ganham menos do que mulheres brancas e mulheres negras ganham menos do que todos. Segundo pesquisa desenvolvida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de 2016, 39,6% das mulheres negras estão inseridas em relações precárias de trabalho, seguidas pelos homens negros (31,6%), mulheres brancas (26,9%) e homens brancos (20,6%). (RIBEIRO, 2017, p. 25)

Ao tratar da realidade e das dinâmicas do mercado de trabalho, bell hooks, no contexto estadunidense, faz uma importante reflexão que é útil ao caso de homens negros brasileiros. Para a autora, o campo econômico é um dos fatores que fundamentam a construção das masculinidades. No capítulo 6, intitulado “Redefinindo a masculinidade negra”, do seu livro *Olhares negros* (2019), a autora afirma que:

> O capitalismo avançado promoveu mudanças na natureza dos papéis de gênero para todos os homens nos EUA. A imagem do patriarca e chefe da casa, líder desse miniestado chamado “família”, desbotou no século XX. Mais homens do que antes trabalhavam para alguém. O Estado começou a interferir nos assuntos domésticos. O tempo do homem não era dele, pertencia ao seu empregador, e os termos em que comandava a família mudaram. Antigamente, um homem que não tinha dinheiro ainda poderia estabelecer um domínio tirânico sobre sua família e parentes pela virtude de seu status patriarcal, geralmente reforçado por sistemas de crenças cristãos. Dentro de uma florescente economia capitalista, era o poder de ganhar dinheiro que determinava até que ponto um homem poderia dominar a casa, ainda que essa regra fosse limitada pelo Estado. (hooks, 2019, p.182)

Nessa perspectiva, para hooks há homens negros que buscam ser reconhecidos como patriarcais. Porém, no pós-abolição, ainda que livres, em uma economia que buscava explorar seus corpos e seu trabalho, muitos desses homens tentaram, sem sucesso, obter tal status. Se ser o provedor da família é algo que forja a masculinidade, para homens negros esse fator se torna um fardo social, pois em muitos casos o desemprego é enorme. Desse modo, o status masculino caminha para o falocentrismo excessivo, no qual “[...] um homem não era mais um homem porque sustentava sua família: era um homem simplesmente porque tinha um pênis” (hooks, 2019, p. 183).

No caso do Brasil, chama a minha atenção o fato de que um espaço que costuma ser um habitat comum da construção da masculinidade é o campo de futebol. Um lugar que é ocupado histórica e majoritariamente por homens, com suas próprias regras e códigos. Um lugar onde quase todos os homens brasileiros não conseguem evitar serem iniciados enquanto “homens”. Lembro-me bem de que, aos oito anos de idade, nutria o sonho de ser jogador de futebol. Acredito que, para a maioria dos garotos que nascem no subúrbio, essa seja uma das primeiras aspirações que temos enquanto indivíduos. A pergunta “o que você quer ser quando crescer?” era rapidamente respondida da seguinte forma: “jogador de futebol”. Naquele momento, final dos anos 90 do século XX e início dos anos 2000, o Brasil vivia um auge no futebol mundial: campeão do mundo em 1994, vice-campeão em 1998 e novamente campeão em 2002.

Percebi que, no meu caso, de alguma maneira a construção da minha masculinidade já começava na infância pelas referências culturais que me eram atravessadas enquanto uma criança nascida no subúrbio do Rio de Janeiro. Criar minha auto afirmação através de um esporte, sendo jogador de futebol, era algo que contemplava o que imaginava ser a realização de uma vida. Jogar futebol me dava prazer. Saber conduzir a bola e colocá-la onde eu quisesse era algo que me motivava a treinar muitas vezes sozinho, descalço, logo depois do almoço, debaixo de sol. Acredito que essa realidade seja a de muitas crianças que moram na periferia ainda hoje. E o que quero destacar é que, no espaço do campo de futebol, existem algumas circunstâncias que vão forjando nossa construção enquanto “sujeito homem”.

Entre oito e dez anos de idade comecei a treinar futebol no Centro Esportivo Miécimo da Silva, um dos maiores complexos esportivos da cidade do Rio de Janeiro, que se localiza em Campo Grande, região onde resido. Já nos primeiros treinos, enquanto aguardava para entrar em campo, estava com outros colegas - todos meninos - agrupados na arquibancada. Certo dia, um deles se levantou, pegou um pedaço de madeira que estava caído no chão e disse: “ih, olha aqui, achei um pau, esse aqui é meu pau”. Nesse momento uma chave virou. Imediatamente os meninos mais velhos começaram a gritar e zombar desse outro que tinha pegado em um pau. Ali eu percebi que a palavra “pau” tinha uma dupla conotação. Até então, para mim e para esse colega que foi zombado, pau era um pedaço de madeira. Mas, para os outros meninos, mais velhos que nós, o pau era referência para o pênis. Na cabeça daqueles meninos, era inconcebível que você pudesse segurar um outro pau a não ser o seu. Dessa forma, segurar um outro pau é uma prática que foge à conduta padrão de masculinidade a ser construída.

No ambiente do campo de futebol, acabei percebendo que existiam e existem muitos códigos necessários de serem aprendidos pelos indivíduos para não serem excluídos, caçoados ou considerados “viados”. Acredito que esses códigos podem ser particulares por uma questão local, mas em cada canto da cidade e do Brasil eles são ressignificados e adaptados de acordo com a linguagem e a cultura do lugar. No subúrbio do Rio de Janeiro, como é o meu caso, nas ruas, nos bares e nos churrascos aos finais de semana, como aponta Rolf Malungo de Souza em seu livro *A confraria da esquina. O que os homens de verdade falam em torno de uma carne queimando: uma etnografia de um churrasco numa esquina do subúrbio carioca* (2020):

> O espaço onde esses homens de verdade celebram, reforçam e afirmam sua masculinidade não poderia ser jamais um espaço feminino e/ou feminilizante, como o interior da casa, mas um espaço onde os homens encontram o que procuram: reconhecimento e prestígio de outros homens através de rituais de trocas e reciprocidade. (SOUZA, 2020, p.160)

Desse modo, a masculinidade desde a infância é colocada à prova a partir do momento em que existem brincadeiras consideradas de “menino” e brincadeiras consideradas de “menina”. Assim, dentro de um grupo, a masculinidade vai sendo validada e o espaço do campo de futebol, ou do bar, ou do churrasco, como ressalta Rolf Malungo, vai ser um desses possíveis lugares de afirmação.

Chego até aqui procurando evidenciar que existem algumas problemáticas no estudo das masculinidades negras que tornam o campo complexo. Aponto que essas complexidades estão ligadas a uma construção de um ethos do “ser homem” que foi forjada durante os períodos pré e pós-abolição no Brasil, nos ideais de construção de uma nação que precisava embranquecer. O que foge ao padrão hegemônico precisa ser olhado com ressalvas no debate de masculinidades. Ser homem, branco, hétero e de classe média é o que na maioria das vezes permeia o pensamento coletivo no que diz respeito a ser considerado como referência para amar, para se relacionar e para confiar. Dessa forma, homens negros encontram-se num espaço tênue entre adotar suas máscaras brancas, reforçando o que afirma Fanon (2008, p. 69): “da parte mais negra de minha alma, através da zona de meias-tintas, me vem este desejo repentino de ser branco. Não quero ser reconhecido como negro, e sim como branco”, ou abraçar sua negritude dentro de uma sociedade que constrói uma imagem de homem negro violento, inseguro, desequilibrado, criminoso e hipersexualizado. Sobre violência e encarceramento, por exemplo, são inúmeras as pesquisas que fazem um recorte racial mostrando quão problemático é o racismo estrutural quando o maior número de desempregados, presos, moradores de rua e vítimas de homicídio são homens e na sua maioria negros.

O que isso significa? Qual o impacto e a influência que as imagens que circulam na mídia podem gerar na construção dos afetos e do desejo? Sobre essas provocações trago um trecho de um capítulo do geógrafo Caio César, no livro *Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades* (2019): “Lá pelos anos de 2010, o grande padrão de beleza masculino se resumia a Justin Bieber, Bonde da Stronda e Colírios da Capricho que nitidamente não tinham nada a ver comigo, com a minha realidade social, como a minha aparência etc.” (CÉSAR, 2019, p. 65-66). Assim como aconteceu com Caio Cesar, na minha construção de masculinidade, passei por esse processo de ser impactado pelos referenciais da mídia durante a adolescência e me sentir deslocado, não conseguindo me enxergar dentro desse padrão.

Os estereótipos ligados à figura do homem negro desconsideram muitas vezes que a masculinidade negra é deslocada da masculinidade hegemônica. Entendo aqui a palavra “deslocamento” como algo fora do seu lugar comum. Dessa forma, o que busco tratar aqui como masculinidades deslocadas tem fundamento no campo de construção das masculinidades negras, tendo em vista que essas são masculinidades subalternas e marginalizadas, ou seja, não-hegemônicas (CONNELL, 1995; KIMMEL 1998). O fator do deslocamento é importante para que se consiga entender que existem algumas diferenças, por exemplo, entre ser um homem branco e ser pai e ser um homem negro e ser pai na sociedade ocidental. As discussões sobre paternidade precisam abraçar um recorte de raça que possibilite uma reflexão sobre os direitos e deveres de homens negros na sociedade, bem como o autocuidado e saúde coletiva da população negra, tendo em vista que “[...] grande parte das formulações conceituais de diretrizes estratégicas e da atuação em saúde da população negra teve origem fora do sistema de saúde, a partir da atuação de sujeitos negros organizados, de suas análises, conhecimentos e valores.” (WERNECK, 2016, p.539). Segundo os pesquisadores Thiago Soares e Douglas Araújo, no artigo “Homem negro, corporeidade e saúde: perspectivas históricas e sociológicas” (2019), os resultados sobre pesquisas que relacionassem saúde pública e homem negro na biblioteca virtual SciELO são escassos já que apenas oito artigos foram encontrados. Quando faço a opção por um recorte de gênero da literatura infantil, busco justamente entender se esses homens estão sendo representados e como são, já que a sociedade constrói uma ideia de paternidade em que originalmente o homem negro não é contemplado.

Na próxima seção, irei tratar sobre como é necessário que observemos as representações de paternidades que propõe fugir de um estereótipo nocivo e negativo em relação aos homens negros, bem como, os desafios que tal temática apresenta quando atentamos para a realidade social brasileira.

3.2 - Reflexões sobre paternidades negras e suas representações: “Nunca tive exemplo, agora eu sou um.”

Para falar sobre paternidade, e especificamente sobre paternidade negra, é preciso antes compreender que, ao longo do século XX, o entendimento do que é uma estrutura familiar vai sendo percebido de formas diferentes. Quando olhamos para as décadas de 60 e 70 do século XX, principalmente nas lutas do movimento feminista, gay e negro e os questionamentos em relação à naturalização dos gêneros masculino e feminino, iremos perceber que novos arranjos familiares vão reivindicar seu lugar e reconhecimento, tendo em vista o padrão de família burguesa concebido no século XIX. De acordo com Mariana Pombo:

> É parte importante dessa passagem histórica a “revolução dos costumes sexuais” ocorrida na segunda metade do século XX, sobretudo na década de 1960, com Maio de 1968 em Paris. O movimento de 1968 foi, de modo geral, uma revolta antiautoritária, que contribuiu concretamente para a modificação das relações entre os sexos e do lugar do pai da dinâmica familiar. É reflexo dessa revolta uma modificação da lei francesa, em 1970, que substituiu o termo autoridade paterna por autoridade parental, exercida em conjunto pela mãe e o pai, rompendo com a referência patriarcal da família. (POMBO, 2018, p. 449)

Nesse contexto, a compreensão da categoria “paternidade” passa a ser repensada, pois, se antes, o pai era aquele definido geneticamente pelo DNA, hoje em dia, a socioafetividade e a parentalidade são elementos que também definem o ambiente parental e a construção da noção sobre o que é ser pai. Assim, para se discutir a paternidade é preciso que se pense nessa categoria de forma plural, ou seja, paternidades. Em 2019, foi realizado pelo Instituto Promundo[24] um dossiê intitulado “A situação da paternidade no Brasil - tempo de agir”. Nesse documento, há uma proposta de refletir sobre a paternidade partindo de recortes que levem em consideração as masculinidades, pautando gênero e raça:

> O fato de algumas populações específicas com frequência não serem foco de pesquisas e iniciativas aponta para uma falha do campo — muitas vezes reflexo de fenômenos como o racismo institucional, o classismo, o machismo, a heteronormatividade, a LGBTIfobia, a discriminação contra pessoas com deficiência (PcD) e o fundamentalismo religioso — e não por falta de necessidade ou relevância. Apenas tomando três exemplos, a população negra, as PcD e a população LGBTI, estamos falando, respectivamente, de 54,9% (pretos e pardos), 23,4%8 e 10% (estimado) da

[24] O Intituto Promundo é uma ONG, fundada em 1997, que tem como objetivo a promoção da equidade dos gêneros. Desde 1999 o instituto desenvolve ações a fim de pensar as masculinidades e os seus variados atravessamentos, incluindo ai a questão da paternidade, olhando sempre para a realidade social brasileira. A cada ano, diversos debates, fóruns e pesquisas são realizadas no intuito de debater com a sociedade civil questões referentes às desigualdades de gênero. Algumas organizações como a ONU, a OMS e o Banco Mundial já desenvolveram projetos em parceria com o instituto. Disponível em: https://promundo.org.br Acesso em: 16 out. 2021

> população total brasileira. Mesmo assim, pouco se fala sobre pais negros, sobre a pais de filhos/as com deficiência e sobre pais gays, bissexuais e trans. (INSTITUTO PROMUNDO, 2019, p.19)

Como exposto no trecho acima, ainda é muito comum que a ideia de paternidade não seja entendida enquanto um lugar plural, múltiplo, se abrindo a novas possibilidades de arranjo familiar. É frequente que se associe a paternidade à figura de um homem cis, hétero, e de forma similar, no campo da maternidade, costuma ocorrer uma associação de que é um lugar para mulher cis e hétero. Porém, os estudos sobre a paternidade vêm avançando no sentido de pensar e questionar certos padrões impostos sócio-historicamente. Esse campo vem sendo tema de pesquisas há alguns anos. Segundo Ribeiro, Gomes e Moreira:

> Pode-se dizer que o tema da paternidade tem sido posto à luz pelas Ciências Sociais e Humanas desde os anos 1980. Segundo Valente, entre 1987 e 1990 as discussões sobre a paternidade estavam inscritas nos campos do Direito e da Psicologia, sendo ampliadas na década de 1990, tornando-se tema de pesquisas também das áreas de Saúde Pública, Antropologia, Educação, Enfermagem e Sociologia, por exemplo. E o tema ganha ainda outros campos nos anos 2000, como o da Comunicação, Saúde da Mulher e da Criança, Filosofia, Neurociências, Saúde Coletiva e das Ciências. (RIBEIRO; GOMES; MOREIRA, 2015, p. 3590)

Se, por um lado, ter um filho envolve aspectos do direito reprodutivo e sexual, por outro lado, atualmente pensa-se também sobre os deveres dos pais no cuidado com a criança. A partir disso, esbarrar em expectativas referentes a certos padrões sociais de masculinidade e paternidade acaba sendo inevitável, já que, no caso das mulheres, por exemplo, "ainda predomina a expectativa da maternidade, o que não corresponde ao que ocorre com a masculinidade hegemônica" (RIBEIRO; GOMES; MOREIRA, 2015, p. 3591). A visão dos autores citados abre a possibilidade de pensarmos na parentalidade[25] como uma categoria que amplie a definição de paternidade, que geralmente é associada a um padrão cisheteronormativo. Dessa forma, os autores apresentam quatro dimensões na relação adulto-criança que são importantes serem discutidas:

> 1) o vínculo biológico, dado pela concepção e origem genética; 2) o parentesco, vínculo que une dois indivíduos em relação a uma genealogia, determinando o seu pertencimento a um grupo; 3) a filiação, reconhecimento jurídico desse pertencimento de acordo com as leis sociais do grupo em questão; 4) *a parentalidade*, o exercício da função parental, implicando cuidados com alimentação, vestuário, educação, saúde, etc., que se tecem no cotidiano em torno do parentesco. (RIBEIRO; GOMES; MOREIRA, 2015, p. 3592, grifo meu)

[25] Parentalidade (originalmente "parenting", em inglês) seria, segundo Hoghughi, um conjunto de "actividades propositadas no sentido de assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento da criança" (Hoghughi, 2004,p. 5), cuidando, estimulando e preparando a mesma para que seja mais autônoma.

Faz-se necessário pensar o conceito de parentalidade tendo em vista que os arranjos familiares são diversos, e que nem sempre as famílias são compostas por laços genéticos que definem, por exemplo, a paternidade. Hoje as noções sobre a paternidade se ampliaram, principalmente no campo jurídico, e o reconhecimento da paternidade pode acontecer mediante a laços construídos afetiva e socialmente, ultrapassando a questão biológica através de reconhecimento por DNA.

Como veremos na última seção deste trabalho, em alguns livros infantis homens negros como avôs ou tios são vistos nas narrativas como protagonistas, estabelecendo uma relação de afetividade com as crianças que são colocadas como personagens centrais. Por mais que nessas obras não se explicite a fundo qual o teor dessas relações, acredito que o conceito de parentalidade é útil para pensarmos nos casos em que o pai biológico não aparece. Essa ausência do pai biológico, ao meu ver, abre margem para discutirmos a parentalidade enquanto perspectiva que também dialoga com aspectos étnicos e culturais, já que: “a cultura e a etnicidade tendem a delinear a forma como as pessoas pensam, se comportam, tomam decisões e definem eventos e experiências, entre as quais a sua parentalidade” (BARROSO; MACHADO, 2010, p. 222). Esse fato amplia as possibilidades de debate sobre a temática da paternidade e da parentalidade e conversa com o que foi trabalhado no capítulo anterior, quando abordamos a tematização da literatura infantil e sua dimensão negro afetiva, tendo em vista que a parentalidade está relacionada a laços de zelo, de responsabilidade e de afeto e não somente a laços sanguineos.

Pensando nas paternidades negras especificamente, parto do pressuposto de que a sociedade brasileira, que se fundamenta no racismo, faz com que as masculinidades negras sejam atravessadas por esse mesmo sistema racista, o que de certa forma pode penetrar o ambiente parental. Essa relação impacta diretamente na constituição e estruturação das famílias negras brasileiras.

Quando se pensa na figura do pai, faço as seguintes perguntas: Mas por que paternidades negras? Quando se pensa na palavra “pai”, qual cor vem no nosso imaginário? Um pai branco ou um pai negro? Segundo o pesquisador Henrique Reistier, no artigo “Como é ser um homem negro no Brasil?”, publicado no blog *Justificando*:

> O investimento representacional no homem negro em estereótipos e estigmas sociais é recorrente nos conglomerados midiáticos da indústria cultural brasileira, tais como: o bandido, o vagabundo, o moleque, o bêbado, o estuprador, etc. Ora, isso faz todo o sentido, visto que o grande rival do homem branco pela masculinidade socialmente valorizada é o homem negro. (RESTIER, 2017, online)

No campo das mídias, o quanto que as imagens de filmes, propagandas, clipes, comerciais, entre outros, podem contribuir para uma construção do imaginário social que reforce interpretações estereotipadas de homens negros? Essas escolhas podem ser cada vez mais comuns se pensarmos que os algoritmos[26] atuais usados no funcionamento das redes sociais e da mídia online favorecem certos padrões estabelecidos socialmente. Por exemplo, segundo Carreira e Carvalho (2019), em alguns bancos de imagens da Internet, quando se usa a palavra "*family*" para pesquisas, percebe-se que homens negros aparecem mais sozinhos do que homens brancos. E, ainda, conforme as autoras:

> [...] preconceitos, identidades, justiça e poder seriam moduladores sistematicamente emaranhados à tecnologia e, portanto, não podem ser tratados de forma generalizada, abstrata ou até serem apagados do processo produtivo, como comumente é feito. (CARREIRA; CARVALHO, 2019, p. 5)

Pensando na ideia das imagens e na representatividade negra no campo da comunicação visual, gostaria de trazer algumas produções cinematográficas (filmes/séries) que vão trabalhar com a temática da paternidade, seja como central ou como pano de fundo dentro das tramas. Acredito que, através delas, seja possível discutir como homens negros estão sendo apresentados exercendo o papel de pai.

Há uma recente produção cinematográfica estadunidense, de 2021, distribuída pelo serviço de streaming *Netflix,* intitulada *Fatherhood* (que traduzido em português seria "Paternidade"), com o ator afro-americano Kevin Hart no papel principal, que, ao meu entender, contrasta bastante com uma lógica de se reproduzir apenas imagens de homens brancos como pais. O filme retrata um drama de um pai que se vê tendo que criar sua filha após o falecimento da mãe. Durante o filme, Matt (Kevin Hart) se vê confrontado por seus pais, sogros, colegas de trabalho e amigos sobre como irá cuidar de uma criança - uma menina - sozinho. Dentro do filme se apresentam tensões que envolvem questões relacionadas à paternidade responsável e à afetividade de um pai com sua filha. A paternidade de Matt se relaciona com o conceito de paternagem e famílias patrifocais, apresentado por Flávia Abade e Geraldo Romanelli, no artigo "Paternidade e paternagem em famílias patrifocais" (2018). Famílias patrifocais seriam aquelas onde o pai vive com seus filhos sem a companhia da mãe ou de cônjuge. Segundo esses dois autores: "Nos vários arranjos familiares, mas especialmente nas famílias patrifocais, as atribuições

[26] No artigo "Racismo algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código" , o autor Tarcízio Silva (2019) apresenta a seguinte definição para o termo: "Apesar de não ser um conceito novo, remontando à história da matemática e computação, algoritmos poderiam ser definidos a princípio como "a finite sequence of precise instructions that are implementable on computing systems" (Osoba & Welser IV, 2017, p.5). Na era computacional digital, em sistemas de big data, a lógica algorítmica foi expandida para processos de inteligência artificial estreita, presente nos sistemas informacionais do cotidiano." (SILVA, 2019, p.5)

paternas ganham novo desenho. Nessas famílias, a ausência da mãe leva o pai a exercer a paternagem e propicia maior aproximação afetiva entre ele e os filhos." (ABADE, ROMANELLI, 2018, p.3). A paternagem seria quando o pai biológico busca: "suprir as necessidades físicas e emocionais dos filhos, o que inclui cuidados com alimentação, higiene, saúde, amparo e doação de afeto." (ABADE; ROMANELLI, 2018, p.3). Aqui cabe ressaltar que há uma diferença entre parentalidade e paternagem. A paternagem se refere exclusivamente ao cuidado do pai em relação à criança - seja esse biológico ou adotivo. O artigo de Abade e Romanelli traz a ideia de homem-pai, para estudar a paternagem - Já a parentalidade diz respeito ao cuidado exercido pelos adultos de referência em relação à criança, não se restringindo única e exclusivamente ao homem-pai.

Em *Fatherhood* é perceptível a relação de paternidade e de paternagem. Além do pai, outros personagens como os avós, paternos e maternos, são referências para Maddy (Melody Hurd). Matt se demonstra dedicado e quer arcar sozinho com os cuidados em relação a sua filha, às vezes abrindo mão das necessidades de lazer ou de envolvimento amoroso com outra mulher. O filme também aborda os desafios que Matt encontra para alimentar, trocar as fraldas e se adaptar aos horários da criança, tendo que conciliar essas atividades com os afazeres domésticos e de trabalho. Inicialmente Matt tem ajuda de seus sogros e sua mãe, mas depois de alguns meses, ele decide encarar sozinho tal tarefa.

Fatherhood contribui para que a lógica da paternidade pautada nas imagens de homens brancos como pais dê lugar a outros tipos de referências de paternidade, colocando homens negros em cena, já que é um filme que circula em um dos maiores serviços de streaming do mundo. Hoje, por exemplo, quando se pesquisa a palavra "paternidade" no Google, as imagens do filme são as primeiras a aparecer nas buscas.

Em 2006, um outro filme estadunidense que gerou uma boa repercussão, colocando a paternidade negra como central na trama, foi o *The Pursuit of Happyness* (traduzido no Brasil como "A procura da felicidade"), com Will Smith e seu filho Jaden Smith nos papéis principais. O filme traz uma história real baseada na vida de Chris Gardner (Will Smith), contando como ele se tornou um grande empresário e corretor de Chicago. Essa obra nos apresenta uma história de superação, pois Chris se separa de sua esposa, tendo que cuidar de seu filho Christopher (Jaden Smith), de apenas cinco anos, e enfrentar dificuldades como desemprego e às vezes até a falta de moradia. O enredo apresenta uma relação entre um homem negro e uma criança negra baseada na afetividade, colocando no personagem principal a referência de homem e de pai responsável. Neste filme, o conceito de paternagem e de família patrifocal também aparece. Chris tenta conciliar a criação de Christopher com a busca por uma melhor condição de vida. Essa busca faz com que Chris

tenha que se mudar várias vezes de local, dormindo em abrigos públicos e chegando a passar uma noite em um banheiro de metrô. Contudo, todas as decisões de Chris são tomadas pensando em seu filho, sem nunca cogitar a possibilidade de abandoná-lo. A repercussão do filme rendeu a Will Smith indicações para o Oscar (2007) e o Globo de Ouro (2007) na categoria de melhor ator.

Em ambos os filmes, homens negros são repensados em seus papéis em relação aos estereótipos de um homem negro que foge da paternidade ou que é um mau pai, mas é preciso lembrar que as tensões, por serem negros, bem como suas particularidades não se apagam. Por um lado, há o racismo, por outro lado tem-se a resistência negra através das referências apresentadas como a música, o esporte e a fé, características que aparecem em ambos os filmes. Mas talvez o papel da afetividade seja um dos principais motores das duas tramas. Homens negros que choram, que não são máquinas e que são estimulados a aprender com seus filhos sobre a vida. Chama atenção o fato de que ambos os filmes retratam a dificuldade que os homens têm ao exercerem a paternagem e conciliarem essa realidade com seus empregos, tendo sido colocados em muitas situações em que precisam escolher ou o trabalho, ou os filhos. Ainda que sejam filmes que retratem a paternidade de homens negros, em contextos ficcionais, também é preciso lembrar que se tratam de filmes inseridos na realidade social estadunidense.

No caso do Brasil, perante o Estado, homens negros brasileiros começam a exercer uma paternidade livre da escravidão após 1888. Antes disso, não havia a condição de ser considerado como um homem ou como um cidadão e sim como um objeto. Mas esse status de certa forma permanece com a construção racial que se estabeleceu socialmente. O que é ser um homem e constituir uma família tendo o racismo como um elemento atravessador? E nas relações de família, qual será o comportamento desse homem negro?

Considerando tais questionamentos e observando que a subalternização se tornou um lugar comum para o povo negro no Brasil, muitos homens negros, quando pais, exercem a paternidade em uma condição social e econômica diferente do que é representado em *Fatherhood*, por exemplo, no qual Matt é um homem negro que possui trabalho e é bem sucedido nele. Os contextos são diferentes e nos EUA a luta do movimento negro por ascensão social criou e vem criando oportunidades e algumas conquistas no âmbito da saúde, educação, emprego e moradia. No Brasil, o mito da democracia racial, somado a diversos problemas socioeconômicos, faz com que haja uma perpetuação da estrutura racista na ordem política, social e econômica.

Outra situação que acredito ser um contraponto à realidade estadunidense a partir da ótica desses dois filmes é que, em *The Pursuit of Happyness*, Chris é um homem negro, pai de um menino, que busca emprego, consegue arranjá-lo e se torna bem sucedido. Sua história não pode ser encarada como uma representação do que geralmente ocorre com homens negros que são pais, seja no Brasil ou até mesmo nos Estados Unidos. Na série *Everybody hates Chris* ("Todo mundo odeia o Chris", em português), por exemplo, a paternidade negra é um dos elementos que mais atravessam a trama. Julius (Terry Crews) é um homem negro que precisa ter dois empregos para dar conta de sustentar uma família com três filhos. A série é uma das poucas que apresentam uma relação de paternidade negra de maneira positiva e não violenta, visto que Julius é apresentado como um pai presente, amoroso, e dedicado às tarefas domésticas mesmo tendo dois empregos. Esse fato já contrasta bastante com uma ideia de masculinidade hegemônica do homem que trabalha e não tem tempo para se dedicar à casa ou aos filhos. Baseada na vida pessoal do ator Chris Rock, a série se passa nos anos de 1980, em Nova York, no Brooklyn, em uma região periférica. Uma das principais propostas da série, ao meu ver, é mostrar ao público uma representação de família negra que, por exemplo, senta-se à mesa durante as refeições, - o que não era comum, tendo em vista que a maioria das séries reproduz um núcleo de família branca com padrões burgueses que se senta à mesa - mas enfrenta dificuldades para se estabelecer no mundo, dificuldades essas ligadas ao racismo, à violência e à condição social as quais estão submetidos. Ainda assim, essa é uma das séries que consegue trabalhar com êxito a afetividade e o humor contrastando com as questões de opressão racial e de violência urbana. Talvez esse possa ser um dos fatores que expliquem o tamanho sucesso da série no Brasil.

Observando a realidade social brasileira, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizada no quarto trimestre de 2020, pretos e pardos representam 62% dos desocupados do país. Atentando para esses dados citados sobre a taxa de desemprego, percebo que a informalidade no mercado de trabalho é um campo comum de atuação para muitos homens negros desde o período pós-abolição até os dias de hoje. A população negra acabou sendo submetida a uma conjuntura de insalubridade no que diz respeito à qualidade de vida e à ocupação de postos de trabalho no período pós-abolição. Essa marginalização contribui para que se crie no imaginário social um estereótipo negativo relacionando negritude a pobreza e decadência. Segundo Pereira, Santos e Silva:

> Tais condições sustentam e são produtoras do racismo estrutural que, como afirma Werneck (2016), penetra os diversos campos da vida social, organiza a nossa democracia e o caminho de êxito de algumas políticas públicas, criando iniquidades nas mais diversas áreas, como as áreas do

> trabalho e da escolaridade, que determina oportunidades desiguais e injustas para os homens negros e isso, de certa forma, influencia na paternidade negra que, assim como a mulher negra, também terá uma preocupação não só com a formação de suas filhas e filhos, mas também com as condições sociais para o crescimento e reconhecimento profissional. (PEREIRA; SANTOS; SILVA, 2019, p. 85)

Tendo em vista que a paternidade no Brasil tem sido uma questão necessária para ser debatida, em 2010, o Conselho Nacional de Justiça instituiu o programa “Pai presente” para que houvesse a possibilidade do reconhecimento paterno. Segundo dados do Censo Escolar de 2011 divulgados pelo portal do Conselho Nacional de Justiça, no Brasil havia 5,5 milhões de crianças registradas sem o nome do pai na certidão de nascimento. O reconhecimento pode se dar segundo iniciativa do pai, de um representante legal ou do próprio filho, desde que seja maior de 18 anos. Chama atenção o fato de que a campanha de divulgação que consta no site do CNJ não inclui homens negros nos cartazes ou nos vídeos para divulgação na Internet e na televisão. Ainda que seja uma iniciativa que reconheça a questão da ausência paterna na certidão, a campanha não engloba a pluralidade que há no Brasil em relação à paternidade, dentro de recortes de raça e gênero. A imagem abaixo (Figura 2) é um dos cartazes de divulgação da campanha, apresentando um pai e seu filho no balanço. Não só esse, como os demais cartazes da campanha presentes no site não mostram, por exemplo, homens negros como possibilidade de paternidade presente. Nesse sentido, fazendo uma ligação com o primeiro capítulo desta pesquisa, podemos observar como o conceito de racismo institucional pode ser entendido a partir desse exemplo. Por mais que Demétrio Magnoli (2008), ao criticar a criação do Estatuto da Igualdade Racial, cite o artigo 5° da constituição que diz “todos são iguais perante a lei”, é possível que ainda assim desigualdades sociais estejam sendo reproduzidas dentro do próprio Estado e das suas instituições. Segundo o Instituto promundo (2019) no Brasil 63,64% da população de pais/parceiros/cuidadores é composta de pretos e pardos. Sendo assim, olhando para a literatura infantil, busco pensar “onde estão esses homens?” já que pelo que podemos observar, são maioria da população.

Podemos olhar para a imagem abaixo e questionar: Por que apenas colocar homens e crianças não-negras em uma campanha de divulgação sobre presença paterna? Será que o CNJ não reconhece a diversidade étnico-racial da nossa população? Ou será que não se reconhecem as desigualdades sociais, de gênero e raça da população brasileira? Ou ainda, será que acreditam que homens negros abandonam suas crias?



Figura 2 - CNJ - Campanha Pai Presente - Imagem de divulgação cartaz A3

Fonte: cnj.jus.br

Retornando ao campo cinematográfico, para nos provocar a pensar a realidade brasileira, o filme *Cidade dos homens* (2008) consegue explorar muito bem certos aspectos das masculinidades e das paternidades dentro do contexto social do Brasil. O filme conta a história de dois meninos negros da periferia do Rio de Janeiro, que precisam aprender a crescer sem pai e se tornarem homens em uma sociedade que busca violentar seus corpos e os tratar como objetos. Suas masculinidades são construídas dentro de um contexto de violência, exposição a drogas e sexualização. Ao longo do filme, a paternidade circula como elemento de destaque no enredo: Laranjinha (Darlan Cunha) quer conhecer seu pai e Acerola (Douglas Silva) se vê como pai durante o final de sua adolescência. O filme é baseado na série que teve sua estréia em 2002 e durou até 2005 na rede Globo de televisão. Segundo a dissertação de mestrado de Ananda Stücker intitulada “A periferia nos seriados televisivos Cidade dos homens e Antonia” (2009), na série também acontece uma discussão sobre paternidade no quinto episódio da terceira temporada (2004): “O quinto [episódio], *Pais e filhos*, fecha a história iniciada com essa temporada a respeito da paternidade. Os dois rapazes penam para conseguir achar um emprego, o filho de Acerola nasce, Laranjinha procura o pai que não conhece” (STÜCKER, 2009 p.33). Stücker comenta sobre a ligação e a temática da paternidade entre a série e o filme: “E é a partir do gancho da paternidade que o filme homônimo buscará estabelecer uma continuidade. A questão da paternidade traz um tom mais sóbrio a série, o caráter divertido da aventura perde espaço. No filme isso parece ainda mais latente.” (STÜCKER, 2009, p. 33)

No início do filme há um diálogo bem interessante. Os dois amigos conversam sobre a maioridade. Acerola estava completando dezoito anos. Nessa conversa chamo atenção para a discussão de paternidade que acontece entre os dois:

> LARANJINHA: - Já reparou acerola, playboy quando faz dezoito anos já tira logo a carteira de motorista, e pobre, a carteira de trabalho. Esculacho.
> ACEROLA: - Irmão, to fazendo dezoito anos e tu acredita que só comi uma mulher cara. E ainda por cima minha mulher. Olha isso.
> ACEROLA: - É maluco... A Cristiane engravidou logo de primeira. Pensou nisso?
> LARANJINHA: - Vou fazer 18 anos e ainda nem conheci meu pai. Pior que não tem jeito Acerola, 18 ano e ta lá ó, carimbado: pai desconhecido.
> ACEROLA: - Esquece esse bagulho de pai irmão. Faz que nem eu. O meu já esqueci ó, faz tempo.
> LARANJINHA:- Po não consigo Acerola, não consigo.
> ACEROLA: - Bora dá um mergulho pra relaxar irmão.
> (CIDADE DOS HOMENS – O Filme, 2008)

A trama é toda baseada na questão da paternidade. E aqui chamo atenção para um filme que busca apresentar o drama de milhares de homens negros brasileiros: a constante ausência paterna e suas consequências. Segundo Waldemir Rosa, em seu estudo sobre as masculinidades no rap, a questão da ausência e do abandono paterno é muito comum:

> A ausência da figura masculina na história de vida das personagens masculinas é um fato corriqueiro. As famílias são descritas basicamente como compostas por mulheres e crianças. As letras de cunho autobiográfico indicam a ausência de referências masculinas na vida dos *rappers*. (ROSA, 2006, p. 64)

A ausência paterna e a falta de uma referência de masculinidade que busque se redefinir em meio a sociedade machista vem sendo naturalizada na vida de meninos negros brasileiros que futuramente se tornarão homens e possivelmente pais. Há então uma questão que se coloca para a maioria destes, que é reproduzir ou romper com essa cultura.

Nesse sentido, trago como contraponto a essa lógica e como referência a ideia de paternidade, a canção “Ameixa” (2021), da cantora Luedji Luna com participação do rapper Zudizilla. Foi desta canção que retirei um trecho que compõe o título da presente seção. Luedji Gomes Santa Rita, ou simplesmente Luedji Luna, como é conhecida artisticamente, é uma mulher negra, nascida na Bahia, cantora e compositora. Em 2017 estreou no mercado com seu primeiro álbum “Um corpo no mundo” e em 2021 lançou seu segundo disco, “Bom mesmo é estar debaixo d’água”. Luedji vem se estabelecendo no mercado fonográfico brasileiro como uma das revelações da nova MPB. A sonoridade de seu trabalho circula por elementos rítmicos brasileiros e africanos.

Júlio Cesar Correa Farias, conhecido como Zudizilla, é um homem negro, rapper, designer e artista plástico, natural do Rio Grande do Sul. Possui dois álbuns lançados: “Faça a coisa certa” (2016) – que leva esse nome, pois foi inspirado no filme de Spike Lee - e

“Zulu, Vol.1: De onde eu possa alcançar o céu sem deixar o chão”, (2019). Zudzilla vem se estabelecendo como um importante nome no segmento do Rap nacional e suas referências circulam, sobretudo por elementos da cultura africana e afro-brasileira. O nome Zudzilla é uma referência ao povo Zulu, da África do Sul, e ao filme Godzilla, sendo, Zudizilla o “Godzilla africano” [27].

Em entrevista ao portal original pinheiros style (2019), Zudizilla é perguntado em relação às questões de sensibilidade que aparecem nas letras do seu segundo disco. Ao responder se considerava-se um homem sensível, ele diz:

> Eu acho que todo cara, toda mina, todo ser humano não submetido a condicionamento comportamental ou a bruscas cisões em sua vida é, por natureza, sensível. Somos a flor e a rocha da natureza, em um corpo flácido e bípede. Eu discuto sensibilidade como uma forma de alertar meus irmãos sobre o fato de que o auto-ódio faz com que odiemos todos aqueles que se assemelham a nós, e aqui eu to falando especificamente de gente preta. Minha sensibilidade é fruto de uma negação dessa manobra da sociedade de animalizar pessoas pretas. É uma resposta emocional a uma armadilha social que nos expõe à condição de sub-raça. O amor preto é revolucionário. Especialmente quando é coletivo e comunitário. O amor é um quilombo. (2019, online)

A resposta do rapper nos indica outro caminho possível para pensarmos sobre como homens negros lidam com suas emoções e sentimentos na contemporaneidade. Quando Zudzilla fala que o amor é um Quilombo, ele retoma algumas idéias que busquei apresentar no segundo capítulo deste trabalho quando cito o pensamento de bell hooks (2021) sobre o amor. Quando hooks escreve que: “Um dos melhores guias para a amar a si mesmo é nos dar o amor que geralmente sonhamos receber dos outros [...] É bobo que eu sonhasse com outra pessoa me oferecendo a aceitação e a afirmação que eu mesma me negava, não é ?” (hooks, 2021, p. 107), ela nos ensina sobre o compromisso honesto com o amor perante uma sociedade que estimula homens a silenciarem seus afetos. Da mesma maneira, o professor e pesquisador Renato Nogueira, em seu livro *Por que amamos – o que os mitos e a filosofia têm a dizer sobre o amor* (2021) nos diz:

> A regra universal defendida a séculos por tantos filósofos e religiões de que temos de agir baseados numa reciprocidade simétrica (ou seja: de que só podemos fazer ao outro aquilo que desejamos que façam conosco) não funciona tão bem quando falamos da arte de amar. Essa afirmação pode ser chocante num primeiro momento, mas temos de ter em mente que a pessoa amada não pode nunca ser entendida como um reflexo de quem a ama. (NOGUEIRA, 2021, p. 194)

[27] Reportagem sobre a vida do rapper Zudizilla. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/empauta/zudizilla-a-luta-a-vida-e-a-obra-do-rapper-pelotense/. Acesso em: 01 out. 2021.

Pensando na dinâmica da paternidade, tanto a afirmação de Nogueira (2021), quanto de hooks (2021), nos mostram que se os homens não buscarem trilhar um caminho do amor, podem acabar estendendo para a criação de seus filhos cobranças para que façam por eles aquilo que talvez nem eles fariam por si mesmos. Em um mundo patriarcal, sem uma experiência com o amor, com o autocuidado, com o autoconhecimento, muitos homens tendem a endividar suas parceiras emocionalmente e quando não são correspondidos por lacunas e vazios internos, podem acabar agindo de modo impulsivo, gerando ações que podem ir de uma simples discussão até uma agressão física. Segundo bell hooks: “A criança ferida dentro de muitos homens é um menino que, da primeira vez que falou suas verdades, foi silenciado pelo sadismo paterno, por um mundo patriarcal que não queria que ele reivindicasse seus reais sentimentos” (hooks, 2021, p. 91).

A resposta de Zudzilla nos oferece outra forma de olhar para o afeto e a sensibilidade e que contrasta com lógica de endurecimento emocional que hooks expõe. Zudzilla é companheiro de Luedji Luna, e a canção “Ameixa” foi inspirada em Dayo, filho do casal. Ameixa é a fruta preferida do pequeno Dayo, que tem pouco mais de um ano. A letra traz preocupações que são pertinentes de todos os papais e mamães que se aventuram na dinâmica de cuidar de outro ser. Em um determinado momento, Zudizilla nos presenteia com os seguintes versos:

> Pra tirar um sono é mó difícil
> Então não mexo quando tá dormindo que percebo o quanto é mágico
> Marinheiro em primeira viagem eu enxergo
> Nenhum de nós dois sabe o macete
> Ninguém mete a mão
> No pretão do pai
> É o brabão do pai
> Sou babão sou pai
> Oluwadamisi
> Mudou minha vida
> Eu que era treta e mágoa
> Agora é teta e fralda
> Nada de esquina
> Passei a valorizar minha saga
> Percebi que nada por é por acaso
> Grande lição
> *Nunca tive exemplo e agora eu sou um*
> *Cuido de meus passos pra que nunca te falte chão.* (2021, LUNA; MWABA; ZUDIZILLA, grifos meus)

Aqui fica expresso que não há outro caminho senão o da abertura para entender o que se sente, ainda que não se tenha controle sobre o que se sente. Nesse trecho, Zudizilla não nega o quão difícil é a tarefa de cuidar de uma criança pequena, o quanto que é um aprendizado a todo instante – “Nenhum de nós dois sabe o macete” – e o quanto que esse

caminho da paternidade afetiva pode libertar homens negros de opressões em relação ao amor. A sentença “Nunca tive exemplo agora eu sou um, cuido de meus passos para que nunca te falte chão”, demonstra a particularidade da paternidade negra e da ausência de milhares de homens que crescem sem uma referência positiva de pai e de pai presente. Ao mesmo tempo demonstra que o cuidado com si mesmo precisa ser uma constância a partir do momento em que há outro ser – a criança - que depende quase que totalmente de alguém.

Aqui chamo atenção também para uma questão que será mencionada na última seção desta pesquisa. Quando Zudzilla canta que nunca teve exemplo, se refere ao fato de não ter tido um exemplo de pai. Nesse sentido, olhando para os referenciais apresentados aqui nos filmes e séries, é comum que homens negros, quando aparecem exercendo a paternidade não tenham companhia de seus próprios pais, ou seja, os avôs de seus filhos. Se pensarmos nos personagens citados aqui, no filme *Fatherhood* (2021) só o pai de Matt aparece na narrativa, e mesmo assim, de forma muito distante do seu filho. As avós acabam tendo mais falas, mais cenas, e nos direcionam para uma lógica de que a mulher tem mais tato para o cuidado que o homem, tornando essa prerrogativa quase que como uma verdade irrefutável. Quando olhamos para Chris em *The pursuit of happiness* (2006) e Julius em *Everybody hates Chris* (2005), percebemos que ambos exercem a paternidade sem referências, pois seus pais não aparecem em nenhum momento nas narrativas. O que isso nos mostra? Qual é o pano de fundo dessa ausência parental de homens negros como avôs nessas narrativas?

São inúmeras as possíveis respostas para tais questionamentos, mas a meu ver, essas ausências refletem uma profunda crença na cultura de que homens negros abandonam seus filhos. Se essa é uma prerrogativa verdadeira, quais são as causas desse abandono? Será que os resquícios da escravidão moderna e o racismo não contribuem de certa forma para essa ausência acontecer? Acredito que por essas e outras questões que essa pesquisa tenha sua relevância. Na última seção veremos que essa lógica acaba sendo de certo modo desconstruída, pois, em alguns livros, são os avôs que exercem o papel de pai, em outros momentos, mesmo quando há a presença biológica do pai, o avô também está presente como alguém que tem algo a dizer e a ensinar ao filho que acabara de se tornar pai.

Desse modo, acredito que um debate sobre paternidades negras precisa ser cada vez mais estimulado, seja por coletivos de pais[28], seja por iniciativa do poder público. Ao mesmo tempo essa discussão precisa estar associada a um debate sobre masculinidades negras.

> Nesse contexto, é fundamental que o crescente debate sobre as "novas masculinidades" e sobre as paternidades possa ser atrelado a uma leitura crítica sobre a desigualdade de gênero e pautado nos avanços de alguns movimentos chave para o campo, em especial, os de mulheres, LGBTI e negro; assim contribuindo para um cenário de mudança com mais justiça social e bem-estar para todos e todas. (INSTITUTO PROMUNDO, 2019, p.17)

É necessário observar os contextos que atravessam a vida dos homens negros no Brasil na relação com seus filhos observando suas rotinas, seu tempo de trabalho semanal, seu tempo de trabalho nos coletivos até chegar em suas casas, ou ainda, o quanto que seu ganho salarial impacta na hora de pagar as contas para arcar com o cuidado dos filhos. Além disso, acredito que cada vez mais seja necessário ampliar uma discussão sobre os efeitos históricos que a escravidão deixou na sociedade brasileira estruturada pelo racismo, a qual discrimina e exclui uma parte de seu povo e não favorece a criação de um ambiente parental saudável amparado por políticas de saúde e de reprodução sexual nas áreas mais carentes. Essas questões afetam diretamente a vida de homens negros que estão mais sujeitos a condições de marginalização e violência por parte do Estado.

Retomando a discussão em torno do filme *Cidade dos homens* (2007), há uma tentativa de aproximação, por parte de Laranjinha, de seu pai, Heraldo (Rodrigo dos Santos). Laranjinha começa a fazer as buscas perguntando para sua avó sobre seu pai. A avó não diz muita coisa, apenas que, quando Laranjinha nasceu, o pai estava jogando futebol. Uma das tias de Laranjinha diz que ele era garçom, mas tanto a avó quanto a tia negam contar qual era o nome do mesmo. Com essa informação, os dois amigos seguem na busca. Descobrem na associação de moradores da favela uma foto do time de futebol de 1987. A partir da foto, ambos começam a pesquisar com outros moradores sobre algum possível jogador de futebol que fosse garçom. Acerola consegue a informação principal: o nome do pai de Laranjinha era Heraldo, e costumava jogar um futebol no aterro do Flamengo, que era conhecida como a "pelada dos garçons". Os dois amigos seguem na

[28] Uma das iniciativas de coletivos de pais que discutem a paternidade negra é o coletivo "pais pretos presentes", fundado em 2018 por Humberto Baltar, após sua experiência pessoal como pai. O coletivo reúne milhares de seguidores nas redes sociais e promove debates em torno de questões como: masculinidades negras, empoderamento infantil, ancestralidade, mulherismo africana, educação antirracista, etc. A crescente adesão de homens e mulheres no debate iniciado por esse coletivo mostra a necessidade que o tema da paternidade, e em especial da paternidade negra, tem suscitado na sociedade.

busca, até o aterro, e ao perguntarem aos frequentadores da pelada sobre Heraldo, descobrem que o mesmo havia sido preso e já não aparecia fazia muito tempo. Seu último paradeiro havia sido no complexo penitenciário Frei Caneca. Ao irem até o presídio, os dois descobrem um pouco mais da história: Heraldo Coutinho havia sido preso por latrocínio - assalto seguido de morte - e foi condenado a vinte anos de prisão, tendo cumprido quinze. Fazia sete meses que não estava mais preso naquele local, porém cumpria a liberdade condicional. No desenrolar da trama, os dois amigos conseguem o endereço de Heraldo e com as reviravoltas de troca de comando no morro, Laranjinha se vê obrigado a procurar seu pai, pois o antigo dono do morro havia sido expulso e era seu primo, sendo assim, toda a família do ex-dono poderia sofrer represálias. A relação entre pai e filho começa de forma tensa e aos poucos a confiança entre ambos vai surgindo. Mas, fica nítido como o exercício da paternidade para Heraldo é extremamente desconfortável. A partir disso, esse homem se vê em uma profunda crise de identidade, pois ele se encontra em um lugar onde a ideia construída de paternidade não aceita seus vícios, apenas suas virtudes. E quais seriam as virtudes de um homem que está à margem da sociedade? A paternidade engloba aspectos da dimensão ética e moral de acordo com os valores culturais de cada lugar, assim:

> [...] a paternidade não é concebida apenas como “fazer filhos”: ela está relacionada também à capacidade de sustentá-los e educá-los. Essas atribuições colocam o trabalho remunerado dos homens como referência fundamental nas concepções sobre paternidade e masculinidade, sobretudo a hegemônica. Assim, se “fazer filhos” pode servir para comprovar o atributo físico da paternidade, conseguir sustentá-los e educá-los comprova seu atributo moral. (RIBEIRO; GOMES; MOREIRA, 2019, p. 3591)

Há um desfecho triste ao final do filme. Laranjinha descobre que Heraldo era amigo de Luiz Cláudio (pai de Acerola), mas que durante um assalto na churrascaria em que Luiz trabalhava como segurança, Heraldo assassinou seu amigo. Segundo relato de Heraldo, o assalto havia sido combinado para acontecer na folga de Luiz, porém o mesmo estava no local tendo um caso com uma mulher que era faxineira. Por esse motivo, Heraldo foi preso e condenado a vinte anos de reclusão. Ao final do filme, Heraldo é preso mais uma vez pela polícia (O filme não deixa o motivo da prisão muito claro) na presença do filho que ainda morava com ele.

No seio de uma sociedade que funciona por meio de uma lógica patriarcal e capitalista, onde o trabalho está ligado à produtividade, homens são considerados como peças no mercado de trabalho e a paternidade não é vista como uma responsabilidade e sim como um mero suporte para ser dado à mãe, que fica sobrecarregada. Suponho que para homens negros que exerceram um trabalho exaustivo durante os últimos cinco séculos, que se encontram em espaços de extrema violência e narcotráfico e que ainda

desenvolvem suas masculinidades sob uma ótica de sexismo e machismo, a paternidade responsável pode não acontecer e o abandono parental pode ser mais comum, favorecendo a normatização da ausência. Essa cultura gera um descomprometimento com o vínculo afetivo que pode ser desenvolvido desde o início da vida de uma criança. O que realmente pode fazer essa lógica ser transformada é uma profunda tomada de consciência, a partir da qual o ato de ser um pai presente para homens negros possa ser encarado enquanto um ato de resistência. É o que, por exemplo, o personagem Acerola põe em prática no final do filme *Cidade dos homens* (2007), ao decidir cuidar de seu filho e não abandoná-lo, mesmo que tenha que fazer isso sem a parceria da mãe da criança, Cristiane (Camila Monteiro), pois, por conta do trabalho como empregada doméstica, precisa se mudar do Rio de Janeiro para São Paulo.

O fato de o desemprego, o emprego informal ou a lógica do trabalho contínuo (para se ter o que nunca se teve) serem comuns na vida da maioria dos homens negros brasileiros faz com que o exercício da paternidade dentro da lógica capitalista se torne um desafio que estará diretamente ligado à construção de suas masculinidades. Nesse sentido, penso que reverter os estereótipos forjados historicamente para homens negros precise passar por políticas públicas que possam inseri-los na prática do cuidado. É preciso repensar, por exemplo, porque a licença paternidade dura apenas cinco dias úteis ou, quando muito, vinte dias úteis:

> No Brasil, a primeira iniciativa em prol da Licença Paternidade (LP) veio através da Assembléia Nacional Constituinte de 1987-1988, quando uma proposta de oito (08) dias foi derrotada na Câmara dos Deputados. Após negociações, seguindo modelo similar ao de vários outros países da América Latina, a licença foi fixada em cinco (05) dias consecutivos sem prejuízo do salário durante esse período. Cabe ressaltar que como informa o texto da Constituição, esse direito até hoje não foi “disciplinado”, ou seja, nenhuma lei foi aprovada sobre o assunto. (INSTITUTO PROMUNDO, 2019, p. 44)

Chego ao final desta seção acreditando que, se as pesquisas sobre paternidade começam a ser realizadas com maior ênfase nas ciências humanas a partir dos anos 80 do século XX, a discussão sobre paternidade negra é mais recente ainda. Aqui, tentei, de alguma maneira, refletir sobre como os novos arranjos familiares possibilitaram discussões para que entendamos a paternidade como um lugar plural e não único, fechado e engessado em um padrão. Ao mesmo tempo, essas discussões, no caso específico da pesquisa, se associam ao debate sobre as masculinidades. Se houve no Brasil uma tentativa de apagamento dos homens negros no processo de construção da nação, de alguma maneira é preciso pensar nas mais variadas complexidades e desafios que esse campo pode apresentar. Assim, trouxe alguns filmes e séries (estadunidenses e brasileiros)

em que a paternidade negra esteja presente nas mais variadas formas, já que vejo o cinema como um importante elemento para ampliar visões de mundo, buscando articulá-los com alguns dados, pesquisas e bibliografia sobre o tema para discutir a paternidade negra.

A cultura patriarcal e machista, que normaliza o ser homem como um ser primal, apresenta milhares de falhas quando forma homens que não sabem lidar com seus dramas, dores, sentimentos e traumas. Tendo vista tal fato, na próxima seção buscarei trazer um mapeamento de livros infantis em editoras negras e afro-brasileiras que apresentam referenciais de masculinidade e paternidade negra em que a afetividade e o cuidado possam contrastar com uma ideia de masculinidade hegemônica ligada a um endurecimento emocional, à violência e à dominação.

3.3 - Pais pretos presentes: mapeamento de obras infantis em editoras negras e afro-brasileiras

Nesta última seção da dissertação, buscarei apresentar a análise de um mapeamento feito através de pesquisa em catálogos online de editoras negras e afro-brasileiras, nas seções de literatura infantil, tendo como principal foco as paternidades negras. Considero livros infantis sobre paternidades negras aqueles em que possamos identificar através das ilustrações, informações da capa, cor dos personagens, resumo do livro no site da editora e texto verbal, homens negros exercendo a paternidade, observando como eles são representados em suas masculinidades e também se a paternidade aparece na sua forma mais tradicional, de pai biológico, ou se nessa relação de cuidado com a criança apareçam características que se aproximem de outros modelos em torno de uma ideia de paternidade, como a parentalidade, por exemplo.

Embora existam livros com a referida temática publicados em diversas editoras do mercado brasileiro, fiz a escolha por editoras negras e afro-brasileiras acreditando serem espaços em que a probabilidade de encontrar personagens masculinos negros exercendo paternidade estivesse presente. A opção por aquilo que chamo aqui de editoras negras e afro-brasileiras também se justifica mediante ao panorama do mercado editorial brasileiro, onde em grandes editoras a lógica do racismo estrutural e do epistemicídio se reproduzem. Encontrar obras que representem os campos de literatura negro-brasileira e literatura afro-brasileira, bem como abrir espaço para novos autores, principalmente negros, acaba sendo mais raro nesses contextos. Segundo Luena Pereira:

> Efetivamente, quando se comparam editoras de grande porte com as de médio e pequeno porte, como as encontradas na Libre[29], percebemos a maior experimentação das últimas quanto ao número de autores novos, temáticas e projetos gráficos inovadores. Como dito, as editoras maiores mantêm em seus catálogos apostas de baixo risco: autores brasileiros mais conhecidos e maior número de títulos estrangeiros com boa venda no exterior. (PEREIRA, 2017, p. 447)

Nesse sentido, como visto no capítulo 2 desta dissertação, buscar editoras que valorizem a literatura com discursividade negro-brasileira ou afro-brasileira pode ser um caminho para furar os bloqueios e parâmetros do cânone literário que durante a história do Brasil, sempre buscou desqualificar a produção dos autores negros, suas narrativas e seus pontos de vista.

A busca por editoras negras e afro-brasileiras que trabalhem com literatura para crianças partiu de uma pesquisa feita em alguns portais e sites na Internet, sendo que dois deles foram importantes para fazer o recorte: O “Literafro - o portal da literatura afro-brasileira - da faculdade de letras da universidade federal de Minas Gerais (UFMG)” e o “biblioo.info”. O portal Literafro é um espaço de divulgação, estímulo à pesquisa e à reflexão sobre a literatura dos/as afrodescendentes, coordenado pelo Prof. Dr. Eduardo de Assis Duarte. O site biblioo.info foi desenvolvido por estudantes de biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), no ano de 2010. Inicialmente como um blog, ao passar dos anos tornou-se uma agência de comunicação. Sendo assim o site oferece diversas notícias relacionadas as áreas da literatura e da biblioteconomia, sendo o livro, o principal objeto de interesse para a promoção de notícias, entrevistas e pesquisas realizadas por membros da agência e diversos colaboradores de várias regiões do país. Dentre eles, encontra-se, por exemplo, Vagner Amaro, editor da Malê.[30] No site “biblioo.info” há uma reportagem de 23 de março de 2021, intitulada “Por que conhecer editoras negras?” que busca apresentar a importância do segmento das editoras que têm o objetivo de valorizar a escrita de autoria negra e a cultura afro-brasileira. Nessa reportagem são listadas as seguintes editoras: Quilombhoje, Coletivo Narrativas Negras, Kitembo, Malê, Mazza Edições, Nandyala e Oríki Editora. Dentre essas, o Coletivo Narrativas Negras não possui livros voltados para crianças.

A partir desses dois portais pude encontrar e selecionar nove editoras negras e afro-brasileiras que possuem livros infantis em seus catálogos online. Em ordem alfabética são:

---

[29] A Libre é a Liga Brasileira de Editoras, criada em 2002 com o intuito de aglutinar as editoras independentes do mercado brasileiro para preservação da bibliodiversidade. A Libre conta com 125 editoras associadas, dentre elas, algumas das quais são aqui abordadas na pesquisa como a Malê, a Mazza Edições, a Nandyala e a Pallas, bem como o selo Pallas Mini.

[30] Site de notícias biblioo.info. Disponível em: https://biblioo.info/quemsomos/ Acesso em: 16 out. 2021.

Ciclo Contínuo, Kitembo, Quilombhoje, Malê, Mazza Edições, Nandyala, Ogum Toques Negros, Oriki e Pallas.[31] Dessas, Quilombhoje (1980), Mazza Edições (1981) e Pallas (1975) são as mais antigas, sendo que as duas últimas possuem selos editoriais voltados especificamente para o público infantil - Penninha Edições e Pallas Mini, respectivamente, bem como a Malê, fundada em 2015 e que possui o selo Malê Mirim. As demais editoras foram fundadas após os anos 2000, o que talvez justifique a intensidade de publicação de livros com a referida temática de pesquisa após a Lei 10.639/03. Assim o recorte temporal para esta pesquisa nessas editoras está situado entre os anos 2000 e 2021.

Cada uma das editoras possui um foco e uma linha editorial. A editora Ciclo Contínuo foi fundada em 2009 por Marciano Ventura e "se dedica à publicação de obras literárias e pesquisas na área das Humanidades, com enfoque especial na Cultura Afro-brasileira" (CICLO CONTÍNUO, s.d, online). A editora Quilombhoje nasceu em 1980, criada por:

> Cuti, Oswaldo de Camargo, Paulo Colina, Abelardo Rodrigues e outros, com o objetivo de discutir e aprofundar a experiência afro-brasileira na literatura. O grupo tem como proposta incentivar o hábito da leitura e promover a difusão de conhecimentos e informações, bem como desenvolver e incentivar estudos, pesquisas e diagnósticos sobre literatura e cultura negra. (QUILOMBHOJE, s.d, online)

A Kitembo Edições Literárias foi fundada em 2019 por Israel Neto, Anderson Lima, Aisameque Nguengue. Baseada na Brasilândia, em São Paulo, a editora tem a proposta de publicar livros de escritores negros e escritoras negras, com foco em literatura fantástica e afrofuturista: "A Kitembo Edições Literárias do Futuro é uma editora que produz, publica e distribui livros de literatura negra no campo da fantasia, horror, ficção cientifica, novelas e afrofuturismo" (KITEMBO, s.d, online).

A Malê Editora é fundada em 2015 por Vagner Amaro e Francisco Jorge e tem como objetivo em sua linha editorial promover: "textos literários em língua portuguesa de autores brasileiros, africanos e da diáspora nos gêneros: conto, poesia, romance, crônica, ensaio;

[31] É necessário ressaltar que a Pallas Editora, apesar de não ser mencionada em nenhum dos dois portais, está presente em diversas pesquisas como uma importante editora afro-brasileira. A dissertação de mestrado "Entre tênis e cadarços - a literatura infantil afrodescendente: O que ensina o mercado editorial brasileiro ?" (2019), de Emanuella Geovana Magalhães de Souza, utiliza a Pallas como uma das referências para seu trabalho, bem como Luiz Henrique Silva de Oliveira em seu artigo "Quilombos editoriais como iniciativa independente" (2018) e Luena Nascimento Nunes Pereira em seu artigo "Literatura negra infanto-juvenil: discursos afro-brasileiros em construção" (2016), que citam a Pallas como uma das mais importantes editoras no mercado com uma linha editorial voltada para as questões étnico-raciais. Estes três trabalhos acadêmicos são importantes fontes de referência para esta pesquisa, justificando assim a seleção da Pallas Editora para o mapeamento das obras.

Crítica literária e roteiro, livros infantis e teóricos voltados para o incentivo à leitura" (MALÊ EDITORA, s.d, online)

A Mazza Edições nasceu em 1981, fundada por Maria Mazarello Rodrigues. No site da editora consta que o principal foco da linha editorial é reafirmar: "seu compromisso de levar o melhor da cultura brasileira e afro-brasileira aos seus leitores", sobre literatura infantil, encontramos a seguinte informação: "Com o objetivo de ampliar sua atuação no mercado de obras infantis e infantojuvenis, Maria Mazarello Rodrigues aposta na criação de seu novo selo editorial, a Penninha Edições. O nome do novo selo é uma homenagem à sua mãe, Amarilles Pena Rodrigues, falecida em 1978" (MAZZA EDIÇÕES, s.d, online).

A Nandyala é fundada nos anos 2000 por Iris Amâncio e Rosa Margarida. Em seu site, se define como: "uma livraria-editora negra altamente especializada em africanidades, relações étnico-raciais e de gênero e sustentabilidade, impondo um novo conceito de edição no universo de Língua Portuguesa." (NANDYALA, s.d, online)

A editora Ogum Toques Negros foi fundada por Mel Adún e Marcus Guellwaar Adún Gonçalves, em 2014. No site da editora encontramos o seguinte posicionamento:

> A Ogum's nasceu para seguir e dar caminhos para uma vertente literária que a todo tempo é demandada uma explicação para a sua existência. Não vamos explicar. Quem quiser que se debata sobre essa questão. Não somos Sta. Luzia. A Ogum´s não é somente uma editora baiana, nordestina, negra e brasileira. Somos inegavelmente diaspóricos. A Editora Ogum´s nasce tendo como missão, publicar prioritariamente escritoras negras e escritores negros do Brasil e diáspora africana. (OGUM TOQUES NEGROS, s.d, online)

A Oriki Editora foi fundada em 2019 por Daniel Brazil e Debora do Nascimento. No site oficial encontramos o seguinte dado:

> Somos a Oríkì Editora, uma editora independente com foco em publicações e visibilidade da produção literária preta e demais identidades preteridas do mercado editorial e convidamos a todas e todos os interessades em pensar e discutir este assunto a participarem do nosso primeiro encontro "Editoras negras e mercado editorial. (ORIKI EDITORA, s.d, online)

Por último, temos a Pallas Editora, que está há mais de 40 anos no mercado. No site da editora, encontramos as seguintes informações:

> Fundada em 1975, na cidade do Rio de Janeiro, a Pallas Editora dedica grande parte de seu catálogo aos temas afrodescendentes. Interessada na compreensão e na valorização de nossas raízes culturais e ciente do ainda precário registro dos saberes africanos na diáspora e de sua importância como uma das matrizes fundadoras de nossa nacionalidade, nossa casa editorial busca recuperar e registrar tradições religiosas, linguísticas e

> filosóficas dos vários povos africanos continuamente trazidos para o Brasil durante o regime escravista. (PALLAS EDITORA, s.d., online)

Sobre literatura infantil, segue o trecho:

> A editora vem também consolidando seu catálogo de literatura infantil e juvenil, com títulos em que histórias africanas e afro-brasileiras são contadas e nos quais personagens negros ocupam o lugar de protagonistas, o que é urgente e necessário em um país mestiço como o nosso. (PALLAS EDITORA, s.d., online)

As editoras se definem como espaços de difusão da cultura brasileira, cultura e literatura negra ou cultura afro-brasileira, por isso me refiro as mesmas no título desta seção como editoras negras ou editoras afro-brasileiras, tendo em vista a amplitude de tais conceitos e em como cada linha editorial se posiciona. Chamo atenção para um fator importante: a questão da autoria. Por mais que se tenham editoras voltadas para o mercado com uma linha editorial que procure evidenciar as questões étnico-raciais, a presença de autores e autoras negras é de fundamental importância para que o processo de epistemicídio possa ser aos poucos desconstruído. Na maioria destas editoras, o número de autores negros e autoras negras é bastante significativo, sendo uma espécie de incentivo para que os mesmos consigam publicar suas obras tendo nesses espaços o acolhimento de suas subjetividades negras enquanto escritores.

Para facilitar o entendimento do mapeamento de obras infantis publicas entre 2000 e 2021 nas referidas editoras, criei uma tabela com os seguintes dados: editoras, quantidade de livros infantis publicados por editora por ordem alfabética, temática sobre paternidade negra, ano, autor ou autora, ilustrador ou ilustradora e título da obra, considerando livros infantis sobre paternidade negra aqueles onde através das ilustrações, informações da capa, cor dos personagens e resumo do livro apareçam homens negros exercendo papel de cuidado com a criança, que é a personagem principal:

Editoras	***Qnt. de Livros Infantis***	***Temática de Paternidade Negra***	***Ano***	***Autor ou Autora***	***Ilustrador ou Ilustradora***	***Título da Obra***
Ciclo Contínuo	3	1	2018	Márcio Folha	Márcio Folha	*Histórias de Tio Alípio e Kauê - O beabá do berimbau*
Quilombhoje	6	–	–	–	–	–
Kitembo Edições Literárias	4	–	–	–	–	–
Malê Editora	13	1	2021	Tais Espírito Santo	Cau Luís	*Ashanti - nossa pretinha*
Mazza Edições	99	1	2007	Nei Lopes	Maurício Veneza	*Histórias do Tio Jimbo*
Nandyala	16	1	2017	Pituka Nirobe	Levi Cintra	*Pedras, pedrinhas e pedregulhos*
Ogum Toques Negros	2	–	–	–	–	–
Oriki	1	–	–	–	–	–
Pallas	65	3	2002	Sonia Rosa	Victor Tavares	*O menino Nito*
			2006	Anna McQuinn	Rosalind Beardshaw	*Lulu adora histórias*
			2018	Janaina de Figueiredo	Bruna Lombo	*Meu avô é um Tata*

Tabela 2 - Mapeamento de livros infantis em editoras negras e afro-brasileiras

Fonte: Elaborado pelo autor

A partir da coleta de tais dados e do mapeamento feito nos catálogos online das editoras selecionadas pude perceber que, das 209 obras de literatura infantil publicadas aproximadamente 3,5% (7 obras) contam com narrativas em que a paternidade de homens negros é colocada como central.

Com relação aos autores/autoras, 6 são brasileiros e uma é estrangeira, sendo 5mulheres e 2 homens. É perceptível, pela tabela, que há um número mais significativo de mulheres escrevendo sobre homens negros exercendo paternidade em histórias para crianças. Em relação à cor dos autores/autoras: das 5 mulheres, 3 são negras e 2 são brancas e os 2 homens são negros. Sobre os ilustradores: são 7 sendo 5 homens e 2 mulheres, dos homens, 4 são negros, 1 é branco e as 2 mulheres são brancas.

Dessas 209 obras publicadas, a Mazza Edições possui 99 livros infantis lançados em seu catálogo online separados nas categorias Infanto-juvenil e Penninha, tendo a obra *Histórias de tio Jimbo* (2007) de Nei Lopes, com ilustrações de Maurício Veneza, enquadrando-se na temática em questão. É a editora que tem uma profícua produção para o mercado brasileiro no segmento infantil e também juvenil e que relaciona suas obras de acordo com questões ligadas à africanidade. Das editoras analisadas, é a que apresenta, até o presente momento, a maior quantidade de livros infantis publicados.

A Pallas publicou 65 livros infantis, sendo 3 desses voltados para a temática da paternidade. *O menino Nito* (2002), de Sônia Rosa, com ilustrações de Victor Tavares, o livro *Lulu adora histórias* (2006), de Anna McQuinn, com ilustrações de Rosalind Beardshaw e *Meu avô é um tata* (2018), de Janaina de Figueiredo, com ilustrações de Bruna Lombo.

A Nandyala possui 16 livros lançados, com um deles voltado para a questão da paternidade e masculinidade negra, chamado *Pedras, pedrinhas e pedregulhos* (2017), de Pituka Nirobe, com ilustrações de Levi Cintra.

A Malê Editora possui 13 lançados, sendo que em um dos livros a temática da paternidade é abordada. O livro *Ashanti, nossa pretinha* (2021), foi escrito por Tais Espírito Santo, com ilustrações de Cau Luís.

Em seguida, temos Quilombhoje com 6 livros dedicados à literatura infantil, mas não há nenhum livro voltado para a temática em questão. Logo após temos a Ciclo Contínuo, com 3 livros publicados, tendo o livro *Histórias de tio Alípio e Kauê - o beabá do berimbau* (2009) de autoria e ilustrações de Marcio Folha como um dos livros que aborda a temática da pesquisa. A editora Kitembo possui 4 livros infanto juvenis publicados, Ogum Toques Negros possui 2 livros infantis publicados e Oríki possui um livro infantil publicado, porém, nenhuma das três possuem livros com a temática escolhida como recorte específico desta pesquisa.

Sobre os livros em questão, farei uma análise sobre algumas informações presentes em cada um deles seguindo a ordem alfabética proposta na tabela. O primeiro livro, da editora Ciclo Contínuo, *Histórias de Tio Alípio e Kauê - O beabá do berimbau* (2018), é de um homem negro, o ilustrador paulista Márcio Folha. Esse é o primeiro livro infantil de Márcio Folha. Chama atenção o fato de que não é comum vermos um autor e ilustrador produzindo a mesma obra. Essa é uma particularidade. No site da editora, consta a capa abaixo descrita como segunda edição, não sendo possível saber se a primeira edição do livro apresenta a capa com a mesma ilustração e informações.

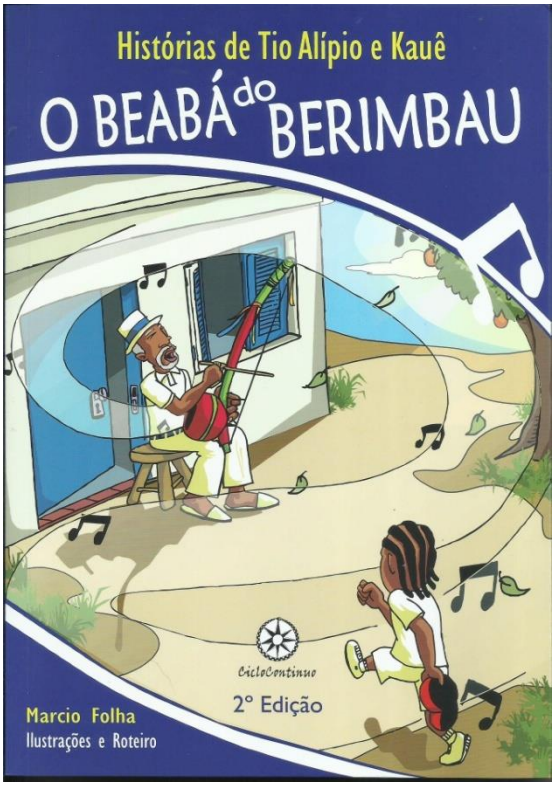


Figura 3 – Capa do livro Histórias do Tio Alípio e Kauê – O Beabá do Berimbau publicado em 2018 (2° edição) pela editora Cíclo Contínuo

Fonte: Catálogo da Ciclo Contínuo – Blog da Ciclo

Algo que descobri ao longo da pesquisa foi o fato de que no site da editora Ciclo Contínuo não há uma seção específica voltada para livros infantis, as seções são divididas em: contos, ensaios e poesias. Os livros infantis só puderam ser identificados através das ilustrações da capa e informações presentes no resumo. Outro fator que merece destaque é que se trata de uma história em quadrinhos (HQ). No site da editora, na seção da loja virtual, a obra é descrita como: “Escrita em prosa, poesia e quadrinhos” (CICLO CONTÍNUO, s.d, online). E acredito que a análise de histórias em quadrinhos parta de outro escopo teórico e metodológico que foge ao âmbito desta pesquisa.

Pela capa podemos notar as seguintes informações: título do livro, autor, ilustrador e editora. A ilustração apresenta os dois personagens: Tio Alípio, um homem que aparenta ser idoso, tocando berimbau sentado em um banco de madeira e Kauê, um menino negro com tranças nagô que corre em direção ao seu tio. É possível notar também as notas musicais (colcheias) que aparentemente fazem referência ao som que sai do berimbau de Tio Alípio. Ao fundo, temos uma casa, com portas e janelas azuis, abertas para o quintal, com chão de barro, uma árvore e folhas caindo.

A obra é uma homenagem a um mestre de capoeira africano que viveu em Santo Amaro da Purificação na Bahia. Márcio Folha é capoeirista e resolveu criar uma história com o personagem Kauê representando as crianças da cidade de Tiradentes, em São Paulo, local onde reside. Navegando pelo site da editora Ciclo Continuo, há uma resenha sobre o livro de Márcio Folha, escrito por Oswaldo Faustino, que busca apresentar um pouco da história do livro e associar as referências inseridas por Márcio Folha em relação a história da capoeira no Brasil. Segundo Faustino:

> Kauê é um garoto de vida urbana e está aprendendo com Tio Alípio a sua própria história de luta, de dança, de jogo, que o levará a se comunicar com os encantados, com a própria ancestralidade e mesmo com sua descendência. A linguagem textual é a da periferia, mas precisa chegar a cada casa e mente de qualquer bairro, de qualquer cidade, de qualquer estado ou província de qualquer país do mundo. O som deste berimbau vai ecoar em cada coração, cujos olhos percorrerem estas páginas. (FAUSTINO, 2018, online)

Assim, através do encantamento[32] de Kauê pelo som do berimbau, Tio Alípio, como um contador de histórias griot, apresenta ao seu sobrinho diversas referências ligadas ao universo da cultura negra a partir da capoeira, falando sobre os grandes mestres da capoeira no Brasil, sobre os orixás e sobre toda a resistência presente no processo de luta por reconhecimento e respeito.

O segundo livro é de Tais Espírito Santo. A escritora estreia no segmento literário infanto-juvenil com a obra *Ashanti - nossa pretinha* (2021). Publicado pela Malê editora. O livro conta com ilustrações de Cau Luís.

Tais Espírito Santo é de Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Sua trajetória no mercado editorial começa em 2017 sendo uma das escritoras presentes no livro *Olhos de Azeviche: Dez escritoras negras que estão renovando a literatura brasileira* (2017), também pela editora Malê. Participou também da coletânea *Favela em mim* (2019), pela Oriki Editora e *Narrativas Negras: biografias ilustradas de mulheres pretas brasileiras* (2020) pela editora Vôo. Taís também é coordenadora de cultura do projeto Josefinas Colab. Cau Luis é um homem negro, nasceu na Prainha, em Duque de Caxias, Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. É ilustrador, cartunista, escritor e professor de história da rede pública de ensino. Em 2019 lançou seu primeiro livro ilustrado *Favela em mim* (2019) pela Orikí Editora.

[32] O conceito de encantamento, segundo Machado (2014): “O encantamento é aquilo que dá condição de alguma coisa ser sentido de mudança política e ser perspectiva de outras construções epistemológicas, é o sustentáculo, não é objeto de estudo, é o que desperta e impulsiona o agir, é o que dá sentido.” (MACHADO, 2014, p.59)

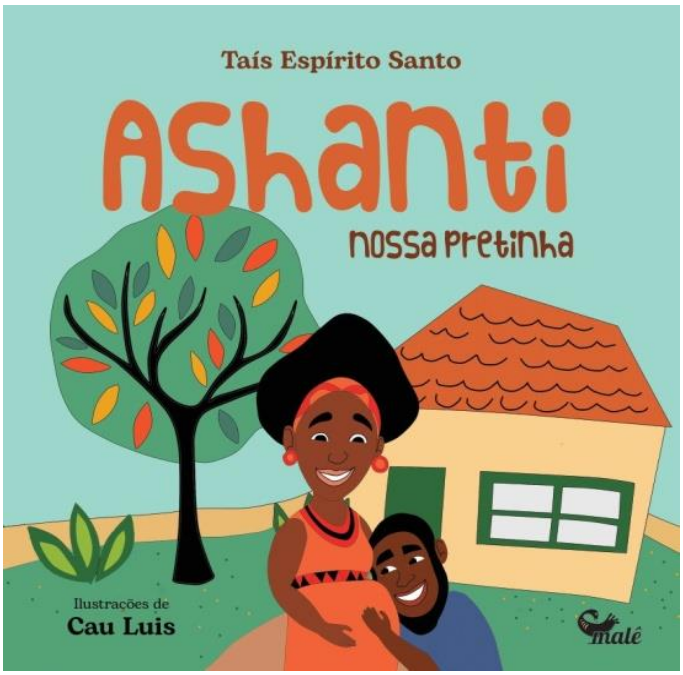


Figura 4 – Capa do livro Ashanti nossa pretinha publicado pela Malê Editora em 2021

Fonte: Catálogo da Malê Editora – Malê Mirim

Na capa do livro, temos as seguintes informações: nome da autora, título, nome do ilustrador e selo da editora. O livro é publicado pelo selo infantil Malê Mirim, da editora Malê. Na ilustração da capa temos um casal, composto por uma mulher negra grávida e um homem negro contemplando a barriga de forma atenciosa, ambos sorrindo. Ao fundo temos uma casa e uma árvore em um gramado, com um caminho de estrada de terra ao redor da casa. A mamãe grávida chama-se Ademola e o papai chama-se Olufeli. A narrativa busca apresentar o anúncio e a espera de uma família negra em relação à gravidez de Ademola.

Olufeli é orientado por um senhor sábio do povoado onde residem a colocar a mão na barriga da mãe para ouvir da criança qual seria o nome dela, sendo Ashanti o nome escolhido. A parentalidade também se faz presente quando a autora coloca em cena personagens como o avô e a avó de Ashanti. Nas ilustrações, o pai se faz presente em quase todas as páginas, sempre ao lado da mãe, o que mostra um cuidado e companheirismo de um homem negro em relação a sua esposa grávida.

Ao final do livro, o sábio do povoado diz: “Você, Ashanti, traz no seu coração a força, a sensibilidade e a inteligência de uma mulher africana” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p. 18), o que nos leva a perceber que a narrativa se passa em algum povoado africano. Através dos

nomes de cada personagem também é possível identificarmos que a origem dos seus nomes não tem como origem o português.

Há um artigo de divulgação no portal “Geledés” sobre o livro de Taís Espírito Santo, no qual, a autora fala sobre a temática da paternidade como um dos focos da narrativa:

> Taís Espírito Santo conta que decidiu criar uma história sobre o nascimento de uma menina negra, destacando a atuação de um pai presente, carinhoso e atencioso como forma de homenagear o próprio pai, Francisco, assim como todos os pais que participam deste momento tão especial e tão surpreendente, “A família de Ashanti também é a minha, o livro é uma narrativa sobre amor e ancestralidade. É a representatividade de famílias pretas em comunhão, o que quase não vemos nos livros”. (GELEDÉS, 2021, online)

Assim, podemos destacar *Ashanti - nossa pretinha* (2021) como um dos livros que trabalha a paternidade negra, a parentalidade e outras questões que perpassam o livro como a ancestralidade, tradição oral e africanidade.

O livro *Histórias do tio Jimbo* (2007), publicado pela Mazza Edições, tem a autoria de Nei Lopes, homem negro, renomado autor da literatura brasileira, formado em Direito, compositor, sambista, doutor honoris causa pela UFRGS e que também publica livros de ficção para crianças, ainda que seus principais trabalhos estejam mais voltados para teoria e crítica literária, história e cultura afro-brasileira. O livro também conta com ilustrações de Maurício Veneza, homem negro e que também é escritor. Maurício Veneza tem livros selecionados pelos programas de políticas públicas do livro, como por exemplo o PNLD-SP, com seu livro *Que lugar é esse ?* (2003).

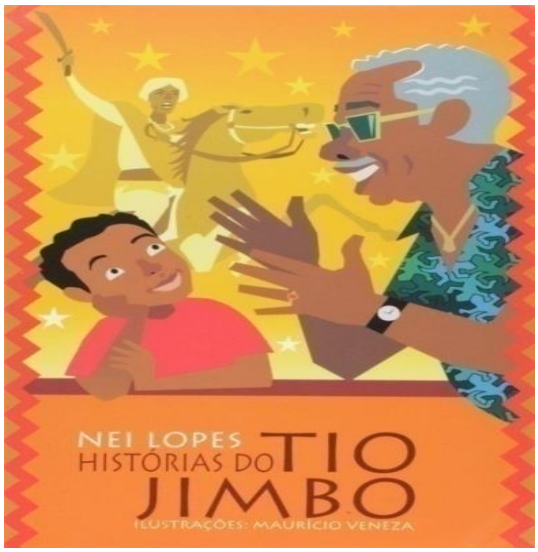


Figura 5 – Capa do livro Histórias do Tio Jimbo pulicado pela Mazza Edições em 2007

Fonte: Catálogo da Mazza Edições - Infantojuvenil

Na capa do livro podemos observar os dois personagens principais da narrativa: Jimbo, um senhor de 65 anos, e Dudu, seu sobrinho. Na capa ainda temos o título do livro, nome do autor, do ilustrador e ao fundo, um desenho de um homem montado em cavalo, o que passa a ideia de movimento: ao que parece Tio Jimbo está contando alguma história para Dudu.

Logo no início do livro temos a seguinte descrição de Dudu sobre seu tio:

> Tio Jimbo é um velhinho engraçado. Foi ele quem fundou, há muitos anos, a 'Unidos da Harmonia', nossa escola de samba. Mas hoje gosta mesmo é de ver o carnaval depois. No seu aparelho de DVD. Ele é o tata, o babalorixá, o chefe do 'Ilê Caboclos de Aruanda', nossa comunidade religiosa. Mas sabe direitinho o que é hiperinflação, ecossistema, aquecimento global, AIDS, narcotráfico, biopirataria...Também pudera! Tio Jimbo gosta muito de ler. E tem livro que não acaba mais. E eu não sei bem se é por causa dessas leituras, ou de tudo que já viu, ouviu e viveu, que Tio Jimbo, o que gosta mais, mesmo, é de contar histórias. Do Brasil, da África, das Américas...Histórias do povo negro, do nosso povo. (LOPES, 2007, p. 9)

A proposta do livro é apresentar ao pequeno leitor algumas histórias baseadas em fatos reais do povo negro, desde a Idade Média, passando pela criação dos quilombos e chegando até os dias atuais. O livro conta com um caderno de atividades e tem a proposta de ser utilizado como material por professores em sala de aula. Por mais que o site da Mazza Edições o insira no catálogo de literatura infantil, acredito ser um livro com uma proposta mais madura para crianças que já iniciaram o processo de alfabetização. È um livro que também pode ser utilizado como intervenção pedagógica em sala de aula, através da contação de histórias.

O quarto livro a ser analisado chama-se *Pedras, pedrinhas e pedregulhos* (2017), de Pituka Nirobe, com ilustrações de Levi Cintra, publicado pela Nandyala. Pituka Nirobe é uma mulher negra, contadora de histórias, bibliotecária, atriz e escritora afro-brasileira. Levi Cintra é um homem negro, designer gráfico e figurinista, e além de *Pedras, pedrinhas e pedregulhos* (2017) ilustrou o livro infanto-juvenil *Kabu e Ketula* (2017), também de autoria de Pituka Nirobe.

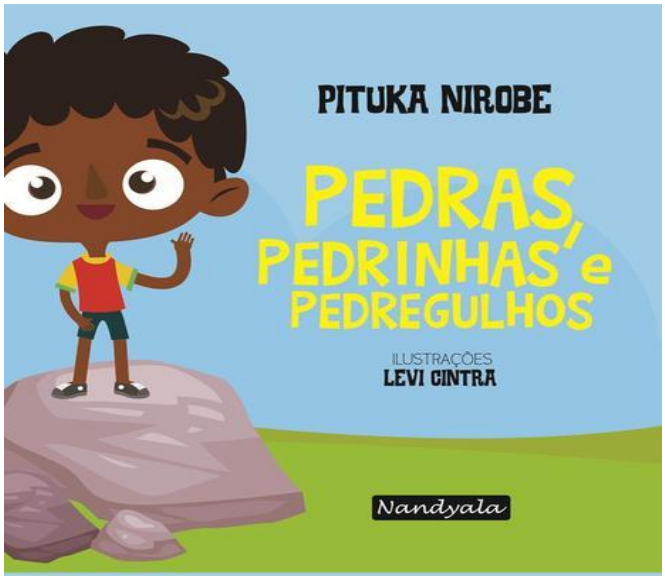


Figura 6 – Capa do livro Pedras, pedrinhas e pedregulhos publicado pela Nandyala em 2017

Fonte: Catálogo da Nadyalalivros.store – Literatura Infantil

Nas informações da capa temos: nome da autora, título da obra, ilustrador e editora. Na capa, podemos observar um menino negro, personagem principal da trama, que se chama Kabu. Kabu está em cima de uma pedra, em um local que parece ser um campo aberto com gramado verde e céu azul.

A história se passa no Quilombo da Marambaia, que fica localizado em Mangaratiba, região da Costa Verde do Rio de Janeiro. A obra descreve Kabu como um menino “de olhos grandes, esperto e corajoso” (NIROBE, 2017, p. 1) e também conta que o personagem “foi separado de seus pais e irmãos levados por um certo Barão do Café” (NIROBE, 2017, p. 2). A narrativa apresenta um personagem importante - Vô Juvenal - que seria um ancião quilombola. Sobre Vô Juvenal, temos o seguinte relato: “[...] velho quilombola, ensinou Kabu a ouvir a natureza e a reconhecer a bondade da vida, porque também é preciso ouvir com o coração” (NIROBE, 2017, p. 6). O título do livro é mencionado, bem como o nome do pai de Kabu, Ambaiê. O texto diz que Ambaiê foi levado do Quilombo, mas que deixou uma lição a seu filho: “A vida é feita de pedras, pedrinhas e pedregulhos, temos que usar a sabedoria para escolher o que deixaremos pelo caminho” (NIROBE, 2017, p. 11).

Essa narrativa nos mostra uma relação de paternidade e de parentalidade, através dos personagens Ambaiê e Vô Juvenal. Por mais que Ambaiê não tenha sido ilustrado e tenha sido levado do quilombo, a sua lição sobre a vida permaneceu presente na memória de Kabu, o que evoca de certa forma a ancestralidade sendo retomada na narrativa e a importância de ouvir os mais velhos. Além disso, outro homem negro, Vô Juvenal, é uma

importante referência para Kabu na medida em que o ajuda a reconhecer e dar valor para as coisas da terra. É necessário ressaltar que a narrativa busca ambientar o leitor a todo instante sobre a vivência de um menino em um quilombo. Fica claro que a busca pela afetividade é recorrente, tanto pela afirmação que se busca transmitir em relação ao personagem enquanto um menino forte e corajoso, quanto em relação ao desafio de crescer em um quilombo e que historicamente é um local de perseguição, mas também de lutas e resistência. Concluo que é um livro que busca trabalhar o não abandono das crianças negras, sendo importantíssimo para a construção e afirmação da auto estima das mesmas.

O quinto livro do mapeamento é *O menino Nito* (2002), publicado pela Pallas Editora, da autora Sônia Rosa. Como escritora, publicou seu primeiro livro em 1995, *O menino Nito*, pela extinta editora Memórias Futuras. Em 2002, a Pallas Editora republica o livro e as ilustrações são de Victor Tavares, homem branco, artista e ilustrador que possui relevância nacional e internacional, tendo livros publicados tanto no Brasil quanto fora do Brasil.

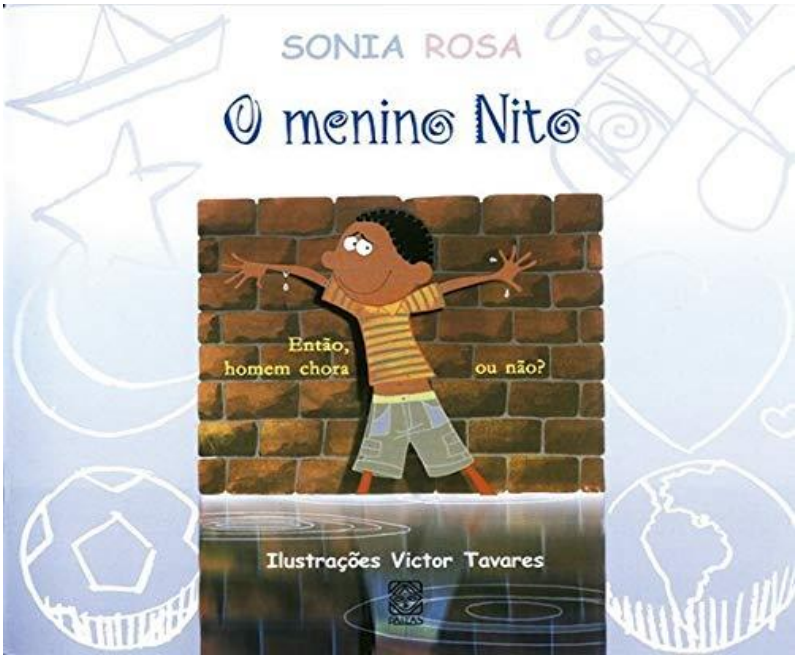


Figura 7 – Capa do livro O menino Nito publicado pela Pallas Editora em 2002

Fonte: Catálogo da Pallas Editora – Infantil

Na capa do livro temos as seguintes informações: Nome da autora, título da obra, ilustrador e editora. Ainda é possível perceber pelas informações contidas na capa, o personagem principal, Nito, e a seguinte frase: “Então, homem chora ou não?”. Pela

ilustração também podemos perceber que o menino Nito está segurando uma parede de tijolos, como se a mesma estivesse prestes a romper. Com os braços abertos, ele parece tapar alguns buracos. Sua expressão facial nos da uma ideia de alguém aflito e preocupado. Seus pés estão cobertos de água, ou melhor, ao que parece, são as lágrimas do menino, pelo que sugere a narrativa.

Esse é um livro que propõe discutir a relação entre o choro masculino e a relação entre pai e filho como mediadores de uma nova ideia de masculinidade. O livro de Sônia Rosa, com ilustrações de Victor Tavares talvez seja um dos primeiros a tratar do assunto da sensibilidade e do choro masculino incluindo personagens negros como centrais dentro da dinâmica da paternidade negra e da masculinidade negra.

Nito, que é o personagem principal, é chamado assim, pois era um menino muito bonito. Logo, Nito é variação de “bonito”:

> Quando Nito nasceu foi uma alegria só. Todo mundo ficou contente. De tão gracinha que era, logo, logo, começou a ser chamado de Bonito. Bonito pra cá. Bonito pra lá, até ficar apenas Nito. Todo mundo achava lindo! (ROSA, 2002, p. 3)

Porém, Nito era um menino “que chorava por tudo” (ROSA, 2002, p. 4) e seu pai o repreendia e dizia: “Acabou o chororô!” / “Homem não chora!”/ “Você é macho!” (ROSA, 2002, p. 5). Nesse contexto, podemos perceber que o choro masculino é algo reprimido desde a infância dentro de uma cultura machista. Sobre essa questão, em artigo escrito por mim e minha orientadora Luciana de Mesquita Silva, anteriormente citado, discutimos o quão importante é para a literatura infantil termos personagens negros que estão protagonizando suas questões, suas emoções e suas dores. O choro de um menino não pode ser reprimido pelo simples fato dele ser um menino.

> O fato de uma criança negra ser o personagem principal de *O menino Nito* nos faz pensar que, se o choro já seria uma temática difícil de ser abordada no campo literário em relação ao gênero masculino, o choro de um menino negro se configura como algo completamente novo, pois a dor e o sofrimento de meninos e meninas negras e de suas famílias são completamente ignorados ainda hoje pelo Estado brasileiro (como exemplo, o choro das famílias de Ágatha, de 8 anos, e João Pedro, de 14 anos, vítimas da violência policial no Rio de Janeiro). Quando Sonia Rosa lança luz em seu texto sobre o choro de um garoto, ela fura todo o bloqueio normativo de uma masculinidade estratificada. (NASCIMENTO; SILVA, 2020, p. 222)

Chorar, ter medo, se sentir impotente e não saber o que fazer são alguns dos aspectos que na construção da masculinidade acabam sendo silenciados e ignorados. Homens são criados para omitirem seus sentimentos e os homens negros precisam sempre provar serem duas vezes melhores que qualquer outro, como salienta o pesquisador

Deivison Faustino: “O homem negro deve ser macho ao quadrado em todas as situações exigidas, e só a partir desses atributos será reconhecido” (FAUSTINO, 2014, p. 91)

No campo da sexualidade, por exemplo, de diversos estereótipos discutidos, o “negão de tirar o chapéu” do cancioneiro popular é aquele que nunca pode brochar na hora do ato sexual, mas e quando isso acontece? E quando esse homem “falha” e não atende às expectativas criadas por ele mesmo em relação ao funcionamento do seu falo? Acredito que se essas discussões não começarem na base da educação, na literatura infantil anti racista, talvez não consigamos colocar em prática a atitude de "conectar as crianças com a negritude enquanto potência e não enquanto tragédia"[33].

Ao final do livro *O menino Nito*, há uma mudança de pensamento do pai, que antes reprimia seu filho por chorar demais, mas que percebeu seu filho mais triste, adoecendo e que precisou em um certo momento “desachorar” tudo que estava guardado dentro dele. Entendendo o choro como parte da constituição do que é ser humano e do que é ser um homem que encara suas fragilidades, o diálogo final reconcilia o homem-pai e a criança através do afeto e do abraço:

> Pai de Nito: “Filho, você deve chorar sempre que quiser, mas não chore sem razão. Acho que agora aprendemos a lição: Chorar é bom. Às vezes deixa a gente mais homem.”
> Os dois se abraçaram forte. Ficaram assim um tempão…Um sentindo a batida coração do outro...(ROSA, 2002, p.14)

Desse modo, *O menino Nito* (2002) vem sendo um dos principais livros infantis quando o assunto é sobre paternidade negra e masculinidades negras.

O sexto livro é de Anna McQuinn, intitulado *Lulu adora histórias*, lançado pela Pallas Editora em 2016. Não há informações no site da editora sobre quem traduziu o livro para o português. Anna McQuinn é uma mulher branca, irlandesa, possui diversos livros infantis publicados no mundo todo. O livro *Lulu adora histórias* (2016), foi originalmente publicado como *Lola love stories* pela editora irlandesa Alanna Max e pela editora inglesa Charlesbridge, em 2006. A obra já foi traduzida e publicado no Reino Unido, Dinamarca, Irlanda, Coreia, China, Estados Unidos e Brasil. Chamo atenção para o fato de que a autora tem mais um livro lançado com a questão da paternidade negra como central publicado neste ano de 2021: *Leo loves Daddy*, nos Estados Unidos e *Zeki Loves Daddy* no Reino Unido e na Irlanda - mas que ainda não foi traduzido para o português do Brasil.

---

[33] Emicida, em entrevista ao Programa Roda Viva, da TV Cultura, no dia 27/07/2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pDV3SGzV3m4. Acesso em: 03. Jan. 2022

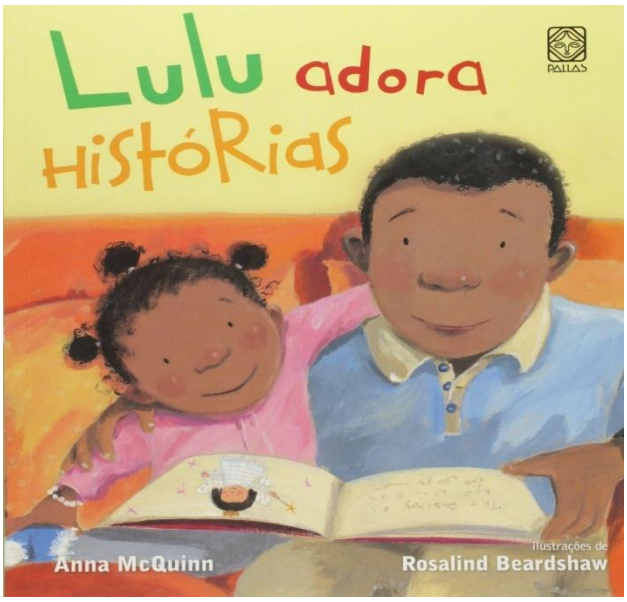


Figura 8 – Capa do livro Lulu adora histórias publicado pela Pallas Editora em 2016

Fonte: Catálogo da Pallas Editora – Infantil

Na capa do livro temos: título da obra, editora, autora e ilustradora. Todos os livros de Anna McQuinn publicados pela Pallas Editora são ilustrados por Rosalind Beardshaw, mulher branca, natural de Sheffield, na Inglaterra e graduada na Manchester Polytechnic. Pela capa conseguimos ver Lulu, uma criança negra e seu pai, um homem negro, que ao que parece, está lendo um livro para sua filha. Os dois estão sentados e com seus olhares atentos a história contida no livro.

Esse livro apresenta o pai de Lulu como um facilitador no processo de leitura, pois é ele que “aos sábados leva Lulu para biblioteca” e “quando chegam em casa, o pai de Lulu conta a primeira história”. Aqui temos no diálogo texto-ilustração, imagens que nos situam sobre uma paternidade mais próxima dos contextos urbanos, de cidade, pelas roupas tanto de Lulu, quanto de seu pai. É um livro que procura situar o leitor quanto aos dias da semana, pois a cada dia, Lulu lê uma nova história e se insere dentro dela se tornando uma fada, uma fazendeira, estimulando assim a questão lúdica e imaginativa. Tanto o pai e a mãe de Lulu são personagens negros e são citados na narrativa, através de texto e ilustração, contudo, o personagem do pai aparece mais vezes, sendo uma espécie de contador de histórias para sua filha.

Algo que chama atenção é que Lulu é uma personagem de Anna McQuinn presente em outras obras, como se houvesse uma espécie de série com a personagem em outras

histórias. É interessante pensarmos no fato de que tanto Anna McQuinn quanto Rosalind Beardshaw, partem de um contexto europeu. São duas mulheres brancas que publicam livros infantis com personagens negros, tendo os mesmos sido traduzidos para diversos países, incluindo o Brasil. Por mais que a história em seu texto não traga nenhum elemento particular da cultura dos negros em diáspora, essa relação de apresentar personagens em situações comuns do cotidiano, com famílias, moradia, interesse pela leitura, acaba de certa forma enaltecendo aspectos que são de extrema importância para construção de auto estima de crianças negras em países que foram colonizados. Contudo também é necessário salientar que não se trata de um texto originalmente escrito em português, o que não o configura como literatura infantil afro-brasileira ou negra, por exemplo.

O último, mas não menos importante livro para analise é *Meu avô é um tata* (2017) de autoria de Janaína de Figueiredo, com ilustrações de Bruna Lubambo. Janaína de Figueiredo é antropóloga formada pela Universidade de São Paulo e já possui alguns livros infantis publicados com temática afro-brasileira. Bruna Lubambo é ilustradora, formada em Ciências Sociais e Comunicação Social.

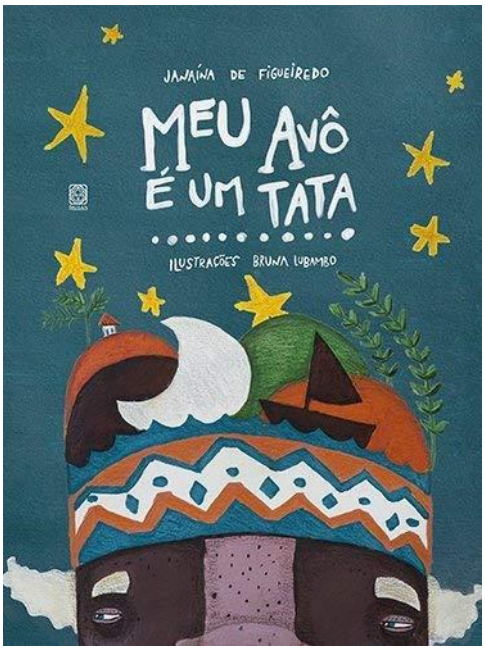


Figura 9 – Capa do livro Meu avô é um Tata publicado pela Pallas Editora em 2018

Fonte: Catálogo da Pallas Editora - Infantil

Na capa do livro temos as seguintes informações: autora, título da obra, editora e ilustradora. Neste livro, temos uma belíssima descrição de um neto sobre seu avô. Tata, na língua banto, quer dizer pai. É interessante perceber que a dinâmica dessa narrativa coloca a criança como principal enunciador, evidenciando a perspectiva africana e afro-brasileira

como central através dos diversos elementos apresentados quando se fala da importância da figura do Tata. Na primeira página, temos o seguinte: “Lá estava ele um vovô diferente. Muito diferente. Vestia uma bata colorida, bem irreverente, chapéu de tecido sobre a cabeça. E trazia ao pescoço miçanga reluzente” (FIGUEIREDO, 2018, n.p.). Algumas referências como, por exemplo, o jogo de búzios, a questão da música e dos tambores, os vasos de barro, e as ilustrações de algumas plantas características de culto a alguns orixás como a espada de São Jorge nos dão a entender que o livro se ambienta em um lugar de culto a alguma religião de matriz africana e que o Tata é uma das principais lideranças do local. A afetividade é muito presente em trechos como: “Sábio é um tata de boa fé. Lá na casa só ele é. Meu Avô está sempre alegre e de bem com a vida, acho que isso é coisa de Tata, não sei.” (FIGUEIREDO, 2018, n.p.) E na parte final do livro: “Os meus olhos brilham por esse vovô. Será encantamento? Eu acho que é só amor ou acalento, pelo meu avô, o meu tatá.” (FIGUEIREDO, 2018, n.p.).

A paternidade aqui aparece como parentalidade na figura do avô que exerce um papel de cuidado, de orientação e de referência para a criança em desenvolvimento. Os aprendizados relacionados com a cultura africana e afro-brasileira reforçam a negritude dos personagens bem como suas ilustrações ao longo de cada página.

Janaína de Figueiredo e Bruna Lubambo são duas mulheres brancas, que optam por criar uma história onde o texto se refere a aspectos da cultura africana e afro-brasileira, bem como as ilustrações de cada personagem na ambientação da história.

Tendo feito uma breve descrição de cada livro, levanto a seguinte pergunta: O que os livros infantis dizem a respeito desses homens negros exercendo papeis de responsabilidade paternal com as crianças negras nas narrativas?

O título desta pesquisa nos evoca a perceber que há uma realidade a se pensar no Brasil, que é a paternidade, em específico, a paternidade negra. Como bem vimos na tabela 2 desta seção, mesmo em editoras negras e afro-brasileiras, são pouquíssimos os livros infantis que trabalham com essa questão e que procuram colocar homens negros nesse papel de referência positiva sendo apresentados como homens carinhosos, amorosos e afetivos. Essa nova dinâmica de representatividade que contrasta com toda uma lógica sócio-histórica produzida no Brasil em relação à representação dos homens negros ainda é inicial se pensarmos que os primeiros livros infantis em editoras negras e afro-brasileiras, por exemplo, começam a ser publicados com uma maior frequência após a Lei n° 10.639/03.

Contudo, cada livro analisado aqui apresenta uma ideia outra de masculinidade para cada personagem negro colocado na narrativa. Homens negros contadores de histórias, sábios, que se preocupam com a leitura das suas crianças, que estão ao lado de suas companheiras, que são colocados em um núcleo familiar, que têm espiritualidade, que possuem emprego, casa, que dominam tecnologias e epistemologias africanas e que se preocupam com o desenvolvimento e autonomia de seus filhos/sobrinhos/netos pretos e pretas. Não há espaço para o abandono paternal e parental nessas narrativas. A potencialidade de cada uma delas para uma criança negra, ou um papai negro, pode fazer uma conexão direta com a identidade dos mesmos.

Por fim, retomando as narrativas dos livros aqui analisados e entendendo a paternidade enquanto uma condição, é perceptível que os livros não trazem apenas figuras de homens negros exercendo a paternidade como pais ligados aos filhos biologicamente, mas também, como avôs e tios sendo referências de masculinidades e, de certa forma, substituindo uma possível figura ausente de pai biológico naquele contexto, através da narrativa proposta. Sobre as obras, identifiquei ao menos dois tipos de abordagem que vêm sendo apresentados dentro dos contextos dos livros em relação à representatividade negra. Uma primeira abordagem mais ligada ancestralidade/parentalidade e uma segunda mais relacionada com a paternidade biológica.

Ainda que seja uma temática recente e pouco publicada nas editoras, há uma pluralidade nas referências de homens negros exercendo paternidade e parentalidade. Nesse caso, a discussão sobre a parentalidade é necessária já que avançamos para uma sociedade com novos arranjos de família. Sendo assim: “a parentalidade é a expressão do encontro, que reúne as inúmeras combinações entre homens e mulheres na formação de redes familiares, e que não se restringe ao modelo nuclear, consanguíneo, heteronormativo” (RIBEIRO; GOMES; MOREIRA, 2019, p. 3595).

A pesquisadora Luena Pereira no artigo “Literatura negra infanto-juvenil: discursos afro-brasileiros em construção” (2017) faz um levantamento e análise de diversas obras da literatura infantil de temática afro-brasileira que circulam nas mais variadas editoras. Nesse trabalho, ela propõe uma classificação temática para catalogação dos livros selecionados na pesquisa. Nessa classificação, com mais de 10 temáticas, as relacionadas a “tradição oral, histórias de mais velhos, família e ancestralidade” (PEREIRA, 2016, p. 442) e “histórias que não se referem diretamente às questões étnicas ou da cultura afro, mas contam com personagens negros como protagonistas” (PEREIRA, 2016, p.442) se cruzam com o que pude encontrar em relação à paternidade presente nas narrativas dos livros selecionados.

Nesse sentido, percebo que há uma primeira abordagem ligada a ancestralidade/parentalidade nos livros: *Histórias de tio Alípio e Kauê - o beabá do berimbau* (2009), de Márcio Folha; *Histórias do tio Jimbo* (2007), de Nei Lopes; *Pedras, pedrinhas e pedregulhos* (2017); de Pituka Nirobe e *Meu avô é um Tata* (2018), de Janaina de Figueiredo. Nessas obras, aparecem diversas referências ligadas à temática da ancestralidade, tendo a figura do "tio" e do "avô" aparecendo como referências de cuidado e de ensinamento para com as crianças que são as personagens principais dos livros. Ilustrações e narrativas se complementam na ideia de referendar a cultura negra brasileira, seja na ilustração ou na narrativa. Algumas dessas histórias se passam dentro de locais rurais, aldeias ou quilombos e, geralmente, quando uma narrativa desse tipo é apresentada, a figura de homem negro é colocada como ancião, avô, sábio ou tio. Ao longo da pesquisa, me perguntei se esse tipo de homem negro, colocado como avô, ancião, mais velho ou tio, poderia ser considerado como "pai" e chego à conclusão de que eventualmente sim. Com as mudanças de estrutura familiar e a percepção de que parentalidade e conjugalidade são coisas diferentes, a ausência de um pai biológico pode provocar uma substituição ou uma maior presença de um avô ou tio mais próximo dentro de um grupo. No livro de Pituka Nirobe, por exemplo, a ausência do pai biológico, levado do quilombo, é substituída pela presença do avô.

Há uma segunda abordagem, de fato, mais ligada a paternidade biológica nos livros: *O menino Nito* (2002), de Sônia Rosa; *Lulu adora histórias* (2006) de Ana Mcquinn e *Ashanti – nossa pretinha* (2021), de Taís Espírito Santo. Os homens negros representados nesses livros são jovens, e em *O menino Nito* (2002), de Sônia Rosa; *Lulu adora histórias* (2006), de Ana Mcquinn eles são retratados em realidades de cotidiano urbano e os enunciados presentes nos textos não fazem referência direta a alguma questão temática da cultura negra. Já em *Ashanti – nossa pretinha* (2021), de Taís Espírito Santo, o pai biológico aparece, porém em um contexto tradicional, em alguma espécie de quilombo ou povoado.

De acordo com o que vimos neste capítulo, essas representações vão dialogar com o que foi abordado ao longo do trabalho. No capítulo primeiro, discuti a questão do discurso sobre a raça e em como essa construção social impactou a escrita negra, de modo que, escrever e falar se torna um ato de resistência (KILOMBA, 2019). Entre os capítulos 1 e 2 desta dissertação me dediquei a pensar a literatura infantil e seus desdobramentos para questões étnico-raciais e ressaltei que dentro da discussão de literatura afro-brasileira e negro-brasileira, a ilustração é tratada como secundária, ou nem aparece, na medida em que essa discussão parte de uma literatura feita para adultos e a literatura infantil tem o

texto-imagem como um dos seus principais elementos. Como podemos então definir uma “vertente de literatura infantojuvenil negra” (CUTI, 2010)?

Nem sempre o texto de uma obra de literatura infantil faz com que identifiquemos a cor dos personagens. Muitas vezes é pela ilustração que conseguiremos constatar: é uma criança negra! Em outras obras, as narrativas apresentam no próprio texto, referências da cultura africana e afro-brasileira e a ilustração serve como um complemento aquilo que já é descrito no texto.

Trabalhando com os conceitos de *intermídia* (HIGGINS, 1996) e *multimídia* (PLAZA, 2001), dos livros selecionados aqui, alguns precisam do complemento da ilustração para que identifiquemos que os personagens são negros. Sem a ilustração, apenas com o texto, não seria possível apontarmos como livro de literatura infantil de personagens negros. É o caso, por exemplo, do livro *O menino Nito* (2002) que em 2009 foi republicado na Galícia pela Baía Edictions. Segundo a autora Sônia Rosa (2018) em sua dissertação de mestrado: “Uma curiosidade nesta publicação é que o personagem protagonista é ruivo e foi ilustrado assim para contemplar e fortalecer a identidade dos meninos daquele país.” (ROSA, p.18)



Figura 10 – Capa da versão galega do livro O menino Nito publicado em 2009 pela Baía Edicións

Fonte: Catálogo da Baía Edicións – Infanto Xuvenil – Contos da Igualdade

Desse modo, entendo que um texto infantil quando não faz referências diretas a cor, comportamentos, vestimentas, relações ou costumes do personagem, pode ser adaptado e publicado em outros lugares tendo a ilustração como um instrumento que possa garantir, por exemplo, que meninos e meninas de outros países possam se apropriar do que é

narrado na história se identificando com as características como cor da pele, dos olhos, do cabelo, nariz e boca.

A relação texto e ilustração é preponderante para que um livro possa ser identificado como livro de literatura infantil negra. Porém, se pelo texto apresentado, for possível identificar elementos da cultura africana e afro-brasileira, a ilustração, ainda que muito necessária, se torna um complemento de reforço ao que o próprio texto já entrega. Nesse sentido, as obras; *Histórias de Tio Alípio e Kauê – O beabá do Berimbau* (2009)*, Ashanti - nossa pretinha* (2021)*, Histórias do Tio Jimbo* (2007)*, Pedras, pedrinhas e pedregulhos* (2018) *e Meu avô é um Tata* (2018) podem ser consideradas como livros com ilustração (PLAZA, 2001) na medida que o texto escrito é a principal via para identificarmos as relações dos personagens com sua etnicidade, sendo quase que independente da ilustração. Em *Lulu adora histórias* (2006) e em *O menino Nito* (2002), a imagem ocupa um espaço que se relaciona diretamente com o texto para que possamos identificar a cor dos personagens, pois as narrativas através do texto não fazem referência direta a aspectos da cultura africana ou afro-brasileira. Aqui gostaria de retomar o conceito de “Literatura negro afetiva para crianças e jovens” (2021), criado por Sônia Rosa, para dialogar com o artigo “Literatura negra infanto- juvenil: Discursos afro-brasileiros em construção” (2017) de Luena Pereira.

Pensar a literatura infantil e a relação autor(a)/texto, ilustração/ilustrador(a) é fundamental na construção de uma literatura com personagens negros no contexto brasileiro atravessado pelo racismo estrutural. Nesse sentido, acredito que há um debate a ser iniciado nesse campo, pois, enquanto que Eliane Debus (2017), por exemplo, se associa ao conceito de Eduardo Assis Duarte (2010), e utiliza o termo “literatura infantil afro-brasileira” em suas pesquisas, Sônia Rosa (2021), aliada ao pensamento de Cuti (2010), parte da perspectiva de uma literatura negro-brasileira, para criar seu conceito de literatura negro afetiva para crianças e jovens.

Segundo Sônia Rosa, a ideia de uma literatura infantil negro afetiva precisa aliar texto e imagem na produção e elaboração do livro. Além disso, a autora menciona o fato de que na concepção do conceito na literatura infantil, diferentemente da literatura adulta, a cor dos autores/ilustradores não é um fator que definirá se aquela literatura pode ser considerada como negro afetiva ou não:

> O autor não precisa, necessariamente, ser negro ou se autodeclarar como tal. Mas é importante que consideremos que um livro com personagens negros, sendo o autor e/ou o ilustrador da obra também negros, contribui bastante para uma afirmação identitária mais forte. É a subjetividade negra. E mais uma vez Cuti nos ajuda na compreensão desta afirmação quando

> nos fala uma inconsciência negra, algo que não é resultado de mera elaboração intelectual, algo que por ter sido já elaborado, vai além dela. Pertence mesmo ao estar-no-mundo. (ROSA, 2021, p. 14)

Contudo, a fim de contribuir com o pensamento elaborado por Sônia Rosa e partindo das reflexões presentes neste trabalho, penso que para além da questão texto-imagem e de autoria, acredito que também tenha que se considerar em qual editora o livro é publicado quando pensamos na aplicabilidade do conceito de literatura infantil negro afetiva para crianças e jovens. Acredito que tal conceituação ganhará mais força a partir do momento em que houver um "aquilombamento literário" que conglomere autores e ilustradores afinados com as políticas de combate ao racismo presente em editoras que valorizem a escrita e as subjetividades negras.

No próprio artigo de Sônia Rosa, como exemplo, a mesma apresenta três obras de sua autoria onde é possível identificar o que seria a literatura infantil negro afetiva, e chamo atenção para o fato de que as três obras mencionadas foram publicadas em editoras que se propõe salvaguardar a memória e as tradições da cultura africana e afro-brasileira em suas linhas editoriais e que também estão presentes aqui nesta pesquisa: a Mazza Edições e a Pallas Editora.

Desse modo, penso que nem toda obra de literatura infantil possa ser considerada como negro afetiva. Ainda que tenhamos outras editoras de médio ou grande porte no mercado publicando obras de literatura infantil que respeitem a estética dos personagens na ilustração e trabalhem com enredos onde haja afeto presente nas narrativas, precisamos nos questionar o quanto que a linha editorial das mesmas busca politicamente superar o racismo e serem antirracistas. E aqui trago as reflexões de Luena Pereira (2017) para pensarmos na importância das editoras dentro desse processo em relação à autoria na literatura infantil com personagens negros considerando a centralidade do papel da ilustração que busca fugir dos estereótipos ligados historicamente a identidade negra:

> Ela [autoria] não se resolve unicamente com a assunção da dupla autoria – texto e ilustração – que convive nas capas dos livros infantis, mas também deve-se considerar a dimensão do projeto gráfico, quando da produção de um livro infanto-juvenil como definidor dessa obra [...] A ideia do livro infanto-juvenil não parte sempre de um texto já acabado, mas de um *diálogo* entre texto, ilustração, diagramação, na qual a dimensão material – tipo de papel, tipografia, capa, tamanho – tem importância determinante [...] Assim, tornam-se relativas as noções de autoria, por exemplo, o que é bastante estimulante para a análise de literatura infantil, na qual o *projeto das editoras e seus agentes e dos ilustradores é determinante para pensar o produto livro e sua circulação, que vai muito além de uma relação sistêmica autor-obra-leitor, típica do que se compreende como sistema literário, proposta por análises mais clássicas* (PEREIRA, 2017,p. 452-453, grifos meus).

Ou seja, o conceito de literatura infantil negro afetiva, a meu ver, precisa vir acompanhado desses três eixos: texto, ilustração e um projeto editorial aquilombado. Desse modo, penso que é possível partindo do pensamento de Cuti (2010), desenvolver um olhar específico para literatura infantil com personagens negros que busque articular o afeto a experiência de negritude se destacando da literatura infantil convencional:

> O ponto nevrálgico desta diferença é o racismo e seus significados no tocante à manifestação das subjetividades negras, mestiças e brancas. Quais as experiências vividas, que sentimentos nutrem as pessoas, que fantasias, que vivências, que reações, enfim, são experimentadas por elas diante das consequências da discriminação racial e de sua presença psíquica, o preconceito? Esse é o ponto! (CUTI, 2010,p. 39)

Aqui fica a possibilidade de se continuar a discussão observando quais editoras possuem setores de promoção da equidade racial com profissionais negros pensando na formulação, construção e elaboração das obras de literatura infantil, articulando nesse processo de produção técnica o autor, passando pelo ilustrador/designer, chegando até as etapas de diagramação e venda na livrarias, sejam elas fixas ou itinerantes. Nesta pesquisa, fica evidente que existe esse cuidado com as ilustrações apresentadas por parte das editoras mencionadas aqui com obras sobre paternidade negra, bem como com os enredos desenvolvidos, buscando colocar crianças negras sempre num lugar de cuidado e de proteção. Para Sônia Rosa:

> [...] é importante reafirmar que, para se afinar com a Literatura negro afetiva, é preciso que não se perca a humanidade dessas abordagens, se distanciando das atrocidades cometidas aos personagens negros nas literaturas oferecidas à infância e juventude num passado recente. Evidencio aqui o bom senso do profissional que avalia os livros de literatura para infância. É preciso “ler as entrelinhas” e ler as imagens. O conjunto da obra tem que ser um abraço para o leitor negro e nunca um empurrão desprezante (ROSA, 2021, p. 15)

A autora fala sobre o cuidado com o texto, com ilustrações e aqui reforço a importância das editoras no processo de desenvolvimento desse conceito. Digo isto, pois recentemente a editora Companhia das Letras recolheu um livro infantil com personagens negros. O livro *ABECÊ da liberdade: a história de Luiz Gama* (2015), de José Roberto Torero e Marcus Amelius Pimenta, com ilustrações de Edu Oliveira, coloca nas ilustrações e no texto escrito crianças negras brincando dentro de navios negreiros, pulando corda com correntes que eram usadas para aprisionar corpos-objeto e ainda trata a venda desses corpos infantis como algo que pudesse trazer alguma felicidade a essas crianças. Tal livro desconsidera o quão violento foi o processo de travessia do Atlântico em navios negreiros. Soma-se o fato de que a infância negra no Brasil, historicamente, teve que associar ao seu processo de desenvolvimento ao trabalho exaustivo, a violência e a exploração. É preciso ter a percepção de que essa violência é fruto de uma política de morte que coloca corpos

negros como alvo sem que haja uma reestruturação social para que pessoas negras possam sair de suas condições de vulnerabilidade. Todo esse sistema é desenvolvido a partir de uma ótica racista e que se fundamenta a partir da escravidão e da venda de corpos negros. É necessário contar histórias sobre o passado, mas que não distorçam a crueldade e a realidade de um período que ainda deixa profundas marcas que são trágicas para a sociedade brasileira. A escravidão e o tráfico atlântico foram processos de extrema violência e que não abriram possibilidade para a construção do afeto de forma saudável no seio familiar para negros e seus descendentes. Separados de suas famílias, de sua terra, de seus costumes, de sua língua, experienciando a fome, submetidos a um ambiente insalubre e a castigos físicos, será que era possível brincar de “escravos de Jó” dentro de um navio negreiro, como sugere o livro citado?

Trago aqui o poema de Conceição Evaristo, “Vozes-mulheres”, que apresenta um relato sobre a dor da vida na travessia do Atlântico negro:

> A voz de minha bisavó
> ecoou criança
> nos porões do navio.
> ecoou lamentos
> de uma infância perdida. (EVARISTO, 2017, 24-25)

Ora, como podemos achar que um livro infantil que traz a temática da escravidão com crianças negras brincando em um navio negreiro não seja problemático? Por esse motivo, o conceito de Sônia Rosa torna-se urgente e mostra ao mesmo tempo, que há um movimento, seja de autores e pesquisadores, cada vez mais atentos a literatura infantil com personagens negros se posicionando ativamente para que livros como esse sejam retirados de circulação. Reitero aqui que o livro de Torero e Pimenta, foi lançado em 2015 pela Editora Objetiva e posteriormente foi incorporado ao catálogo da Companhia das Letrinhas quando a mesma adquiriu os direitos da Editora Objetiva e do seu selo. E outro fator curioso é que o livro só foi tirado de circulação após crítica de uma leitora anônima, J.S, descrita como uma mulher branca, a equipe do portal UOL: “Após ser questionada pela reportagem do UOL, a Companhia das Letras, editora da publicação, resolveu bloquear a venda do livro em seu site e recolher a obra em livrarias” (UOL, 2021, online).

Desse modo, esse acontecimento recente, concomitante com a conclusão desta pesquisa, reforça em mim a necessidade cada vez maior de pensarmos nas editoras como parte fundamental na aplicação do conceito de literatura negro afetiva para crianças e jovens. Se a literatura infantil muitas vezes tem como leitor o adulto, é necessário que este esteja atento ao tipo de narrativa que será consumida por uma criança. Quem são os leitores ou qual o crivo de leitura está presente nas editoras brasileiras de médio e grande

porte quando se trata de uma literatura infantil com personagens negros? E aqui acredito que essa questão extrapole os campos da literatura para crianças e jovens, mas, me atenho à especificidade a infância e cito aqui o pronunciamento de Isabela Santiago, da Divisão de Marketing da Companhia das Letras, presente na reportagem do UOL sobre o livro *ABECÊ da liberdade: a história de Luiz Gama* (2015) e sua retirada de circulação: “Infelizmente, esse título não passou por revisão ao ser reimpresso com o novo selo. Mas, quando nos chegou a crítica vinda da leitora que procurou o UOL, ele já estava em processo de releitura interna, que em breve seria repassada aos autores” (UOL, 2021, online).

Sendo assim, é possível pensarmos que nas editoras assumidamente negras ou afro-brasileiras a literatura infantil negro afetiva tem muito mais espaço para florescer, desde o momento em que se tem um compromisso com a narrativa e as subjetividades negras, com o autor/a e com o ilustrador/a selecionado, dada a complexidade que é a feitura de uma história para crianças. Em uma grande editora, esses cuidados tendem a ser menores quando outros interesses são colocados acima do afeto se apegando a padrões já estabelecidos de certa forma por um cânone, que muitas vezes coloca literatura infantil com personagens negros, nem como negro afetiva, ou como afro-brasileira, mas simplesmente como literatura infantil ou ficção infantojuvenil, não enxergando nela nenhuma especificidade.

Neste capítulo pude perceber que todos os livros analisados aqui possuem um enorme cuidado e carinho na construção do texto, na elaboração da ilustração e na finalização do projeto gráfico. Ainda que a temática da paternidade negra seja quase que ausente, os pais, avôs e tios que aparecem nessas narrativas são humanizados e bem trabalhados em uma literatura destinada a crianças. Acredito que quando o ponto de partida é uma editora negra ou afro-brasileira, o espaço para a literatura negro afetiva é mais amplo e o cuidado que há pensando na subjetividade da infância negra e dos pequenos leitores negros é muito maior. Esses livros possuem muitos recortes que os diferem entre si, partindo da temática da paternidade, da parentalidade, da ilustração, da narrativa, porém, a representação de homens negros em um contexto de afetividade é o que aparece de comum entre eles e por isso, o conceito de Sônia Rosa para mim é o que mais se aproxima de algo que possamos apontar como um caminho na literatura infantil com personagens negros que busque trabalhar a afetividade como modo de superação do racismo no Brasil.

Considerações Finais

Chego ao final desta dissertação com considerações que não se finalizam aqui. Acredito que ainda há um caminho a ser pesquisado em relação aos tipos de paternidade quando falamos sobre homens negros sem que isso carregue de estereótipos e juízos de valor um grupo que é repleto de complexidades, contradições e multiplicidades de existência, como qualquer outro. Na dinâmica dos livros infantis, a presença ainda é muito pequena, mesmo em editoras negras e afro-brasileiras, e pouco representativa, principalmente quando não há, por exemplo, um modelo de paternidade nos livros infantis que dialogue com homens negros que se consideram gays ou bissexuais. A representatividade ainda é ligada a uma expressão do homem negro hétero e cis.

A construção dessa pesquisa veio a partir do primeiro capítulo, dialogando com alguns autores que debatem a questão da raça e de como essa dinâmica se deu no Brasil. Desse modo, fiz um debate sobre como a ideia de raças superiores e inferiores influenciou na criação dos personagens negros na literatura através de um processo de silenciamento e objetificação. Ainda no primeiro capítulo, olhando para a literatura, tracei alguns caminhos para que fosse possível entender melhor o campo da literatura de autoria negra e suas tensões conceituais.

No segundo capítulo, coloquei a literatura infantil como principal foco para pensar na sua elaboração e afirmação enquanto gênero literário no Brasil, evidenciando os processos históricos e políticos que foram imprescindíveis para a formação de uma ideia de povo brasileiro. Neste capítulo também apresentei alguns caminhos teóricos sobre a literatura infantil, que tem a ilustração como um importante instrumento para potencializar uma narrativa. Pensando na realidade das crianças negras no Brasil, também dialoguei com o conceito de literatura negro afetiva para crianças e jovens, criado por Sônia Rosa (2021), como uma alternativa de enfrentamento ao racismo.

No último capítulo busquei apresentar uma bibliografia sobre o conceito de masculinidades, posteriormente, masculinidades negras, para entender a particularidade dos homens negros como grupo social, dialogando com a ideia de paternidade, para por fim chegarmos nas análises dos livros infantis. Foi feito um levantamento a partir do catálogo online de 9 editoras: Ciclo Contínuo, Kitembo, Quilombhoje, Nandyala, Malê, Mazza, Ogum's Toques Negros, Oriki e Pallas Editora. De 209 obras de literatura infantil publicadas aproximadamente 3,5% (7 obras), tratam sobre homens negros exercendo paternidade ou parentalidade de maneira central na narrativa. Esse dado mostra que a paternidade negra

ainda é um tema a ser explorado, não apenas no campo da literatura infantil, mas em todos os campos que atravessam nosso cotidiano.

Remetendo-me ao título da pesquisa, posso dizer que ainda é muito difícil saber por onde andam os homens negros como pais nas literaturas para crianças. Por mais que nas obras analisadas eles apareçam cheios de presença, ternura e afeto com os seus, são raros os livros que abordam tal temática. Essa quantidade ínfima de produção de narrativas sobre paternidade, e em específico, sobre paternidade negra, me faz perceber que há uma lacuna no campo e ao mesmo tempo há um desafio na discussão do papel dos homens negros no cuidado com seus filhos.

Por aqui, chego ao fim, tendo a expectativa de que este trabalho de alguma maneira possa contribuir para os estudos de literatura infantil com personagens negros, o estudo das masculinidades negras e das paternidades negras. A experiência da escrita durante a pandemia da Covid-19 não foi simples, mas acredito chegar até o final desse processo com um pouco mais de maturidade acadêmica para continuar refletindo e escrevendo sobre as questões que impactam a sociedade brasileira e a população negra.

REFERÊNCIAS

ABADE, Flávia; ROMANELLI, Geraldo. **Paternidade e paternagem em famílias patrifocais.** REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS , v. 26, p. 1-17, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/50106. Acesso em: 03 out. 2021.

ACAYABA, Cíntia; REIS, Thiago. **Proporção de negros nas prisões cresce 14% em 15 anos, enquanto a de brancos cai 19%, mostra Anuário de Segurança Pública**. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/19/em-15-anos-proporcao-de-negros-nas-prisoes-aumenta-14percent-ja-a-de-brancos-diminui-19percent-mostra-anuario-de-seguranca-publica.ghtml. Acesso em 01 de Nov 2020.

ADICHE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única.** São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2019.

ALCANTARA, Ana Maria. **Companhia das Letras recolhe livro com crianças brincando em navio negreiro.** Portal UOL. Setembro, 2021. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/09/11/cia-das-letras-recolhe-livro-que-mostra-crianca-brincando-em-navio-negreiro.htm Acesso em: 05 out. 2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALVES, Miriam. **Prosa virtual: Literatura de mulheres negras.** 2020. (1h12m49s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ibJmK4v5mfw. Acesso em: 01 fev. 2021.

PEREIRA, Artur Oriel; SANTOS, Hasani Elioterio dos; SILVA, Alexandre da . **Paternidade e Masculinidades Negras Circunscritas: exercícios de autorreflexão emancipatórios.** CADERNOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE, v. 5, p. 79-102, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/29545. Acesso em: 05 out. 2021

BARBARA, Lenin Bicudo. **Investigações sobre a ignorância humana.** Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas. Departamento de Sociologia. Programa de Pós Graduação em Sociologia. São Paulo. 2018. Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-25022019-111051/publico/2018_LeninBicudoBarbara_VOrig.pdf. Acesso em: 01 out 2021.

BARROSO, Ricardo Nuno Serralheiro Gonçalves. MACHADO, Carla. **Definições, dimensões e determinantes da paternidade.** Revista Psychologica, nº 52 vol. I, Universidade de Coimbra, 2010, pg. 211-229. Disponível em: http://agendaprimeirainfancia.org.br/arquivos/Fundamentos_Familia.pdf. Acesso em: 03 out. 2021

BRASIL. **Constituição (1824).** Constituição Política do Império do Brazil. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 02 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 04 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003.** Institui a Política Nacional do Livro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.753.htm. Acesso em: 07 mai. 2020.

BRASIL. Tribunal Regional Federal (4a. Região). **Ação Ordinária n° - 5005318 - 74.2017.4.04.7102** - Procedimento Comum - Relator: Luís Alberto de Azevedo Aurvalle. Florianópolis, 5 Nov. 2018. Disponível em: https://www.conjur.com.br/dl/preciso-parecer-afrodescendente-cota.pdf. Acesso em: 01 fev. de 2021.

CALIXTO, Roberta da Silva dos Santos. **"Sou daltônico, não vejo cores": Novas [velhas] estratégias de manutenção do racismo no brasil neoliberal.** Dissertação. (Mestrado em Relações Étnico-Raciais) – PPRER. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca/RJ. Rio de Janeiro. p.201. 2020. Disponível em: http://dippg.cefet-rj.br/pprer/index.php/pt/teses-e-dissertacoes.html. Acesso em: 01 out 2021.

CAMPOS, Luiz Augusto. **O pardo como dilema político**. Insight Inteligência (Rio de Janeiro), v. 63, p. 80-91, 2013.

CÂNDIDO, Antônio. **A literatura e a formação do homem**. Remate de Males: Revista do Departamento de Teoria Literária, São Paulo, n. esp., p. 81-89, 1999.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A **construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** Tese (Doutorado em educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho**. Genocídio racial estatístico**. O Globo, Rio de Janeiro, p. 7, 27 dez. 2004. Disponível em: https://www.academia.org.br/artigos/genocidio-racial-estatistico. Acesso em: 30 set. 2021

CARVALHO, Marília Pinto de. **Quem são os meninos que fracassam na escola?** Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, v. 34, n.121, p. 11-40, 2004.

CARVALHO, Marília Pinto de. **O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça.** Cadernos Pagu (Unicamp), Campinas, SP, v. 22, p. 247-290, 2004.

CARRERA, Fernanda Ariane Silva; CARVALHO, Denise. **Algoritmos racistas: a hiper-ritualização da solidão da mulher negra em bancos de imagens digitais.** GALÁXIA (SÃO PAULO. ONLINE), p. 99-114, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/gal/a/cZmnDhD7RmntbyXJ8Tcwq6y/?lang=pt. Acesso em: 03 out. 2021.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

CÉSAR, Caio. **Hiperssexualização, autoestima e relacionamento inter-racial.** In: Henrique Restier; Rolf Malungo de Souza. (Org.). Diálogos Contemporâneos sobre Homens Negros e Masculinidades. 1a.ed.São Paulo: Ciclo Contínuo, 2019, v. 0, p. 53-76.

CICLO CONTINUO EDITORIAL. **Um pouco sobre nós**. Disponível em: http://ciclocontinuoeditorial.com/ Acesso em: 19 out. 2021.

CIDADE DOS HOMENS. Direção: Paulo Morelli. Rio de Janeiro: Globo Filmes. 2007. DVD (110min).

CONNELL, Robert William; MESSERSCHMIDT, James W. **"Masculinidade hegemônica. Repensando o conceito".** Revista Estudos Feministas, v. 21, n. 1, p. 424, jan./abr. 2013. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014. Acesso em: 15 out. 2021

CONNELL, Robert William. **Políticas da masculinidade**. Educação e realidade. Jul./ dez. 1995. Disponível em:

http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71725/40671. Acesso em: 10 fev. 2021.

CUTI**. Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Um mapa de ausências**. In: DALCASTAGNÈ, Regina. Literatura brasileira contemporânea: um território contestado. Vinhedo: Editora Horizonte, p. 147-196. 2012.

DAMASCENO, Benedita Gouveia. **Poesia negra no modernismo brasileiro.** Campinas: Pontes Editores, 1988.

DEBUS, Eliane. **A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens.**1. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA Maria Nazareth; SOMELARTE, Maria José. **Entrevista.** Disponível em:https://www.cuti.com.br/entreveduardo. 2007. Acesso em: 02 fev. 2021.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Por um conceito de literatura afro-brasileira**. Terceira Margem, Rio de Janeiro, v. XIV, 23, p. 1-20, 2010.

EDITORA MALÊ. Disponível em: https://www.editoramale.com.br/ Acesso em: 19 out. 2021.

EMICIDA. **Entrevista ao programa Roda-Viva**. 27/07/2020. (1h35m48s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pDV3SGzV3m4. Acesso em: 03 fev. 2021.

ESPÍRITO SANTO, Tais. **Ashanti nossa pretinha**. Rio de Janeiro. Malê editora Selo: Malê mirim. 2021.

EVARISTO, Conceição. **Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita.** In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (org). Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade.** Scripta, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2. sem. 2009.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos.** 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

EVERYBODY HATES CHRIS (Seriado). (Todo mundo odeia o Chris). Direção: Andrew Orenstein. Estados Unidos: CBS Television Distribution. 2005-2009.

FAUSTINO, Deivison Mendes. **O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo.** In: BLAY, Eva Alterman (org.). Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. São Paulo: Cultura Acadêmica, p.75-104. 2014.

FAUSTINO, Deivison Mendes; RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. **Negro tema, negro vida, negro drama: estudos sobre masculinidades negras na diáspora**. REVISTA TRANSVERSOS , v. 10, p. 163-182, 2017.

FAUSTINO, Oswaldo. **Historias de Tio Alípio e Kauê –o beabá do berimbau – por Oswaldo Fautino**. Ciclocontinuoeditoral, 8 mar. 2018. Disponível em: http://ciclocontinuoeditorial.com/historias-de-tio-alipio-e-kaue-o-beaba-do-berimbau-por-oswaldo-faustino/ Acesso em: 18 out. 2021.

FIGUEIREDO, Janaína de**. Meu avô é um Tata**. Rio de Janeiro. Pallas Editora. Selo: pallas mini. 2018.

FOLHA, Márcio. **Histórias de Tio Alípio e Kauê.** São Paulo: Ciclo Continuo. 2009.

FRANZ, Fanon. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FATHERHOOD. (Paternidade). Direção: Paul Weitz. Estados Unidos: Netflix. 2021. Streaming: Netflix.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82. Disponível em: https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf. Acesso em: 30 set. 202.

GOMES, Nilma Lino · **Cultura negra e educação**. Revista Brasileira de Educação , São Paulo, n.23, p. 75-85, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro e educação: significando e politizando a raça.** In: Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 30 set. 2021.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de. **Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica.** Educação e Pesquisa (USP) , SÃO PAULO, v. 31, n.1, p. 122-143, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/hZmCNP5MtfGB3CDvRbM8nFF/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 01 out. 2021.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Como trabalhar com "raça" em sociologia.** Educação e Pesquisa (USP), São Paulo, v. 29, n.01, p. 93-108, 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3956155/mod_resource/content/1/como%20trabalhar%20com%20ra%C3%A7a%20em%20sociologia.pdf. Acesso em: 30 set. 2021

GUIMARAES, Manoel Luiz Lima Salgado. **Nação e Civilização Nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e O Projeto de Uma História Nacional**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27, 1988.

GRINN, Mônica. **“Raça”: uma questão em debate.** Entrevista concedida a Bruno Leal. Café História, online. Novembro, 2010. Disponível em: https://www.cafehistoria.com.br/reflexoes-sobre-a-questao-da-raca/. Acesso em: 30 set. 2021.

HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia. **Eis o mundo encantado que Monteiro Lobato criou: raça, eugenia e nação. 2003.** 175 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Campinas, SP. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281539. Acesso em: 30 set. 2021.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília, DF: Unesco no Brasil, 2003.

HOGHUGHI, M. (2004) **Parenting: an introduction**. In M. Hoghughi & N. Long (Eds), Handbook of parenting: theory and research for practice. (pp. 1-18). London: Sage.

hooks, bell. **Anseios: raça, gênero e políticas culturais**. Tradução Stephanie. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

hooks, bell. **Escolarizando homens negros.** Revista Estudos Feministas (online). 2015, 23 (3), 677-689. ISSN: 0104-026X. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38142136002. Acesso em: 5 out. 2021

hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor – novas perspectivas**. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

HUNT, Peter. **Crítica, teoria e literatura infantil**. Tradução por Cid Knipel. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

IPHAN. **Proposta de inscrição do sítio arqueológico Cais do Valongo na lista do patrimônio mundial.** Janeiro, 2016.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

INSTITUO PROMUNDO. **A Situação da Paternidade no Brasil 2019: Tempo de Agir.** Rio de Janeiro, Brasil: Promundo, 2019.

KILOMBA, Grada**. Memórias do plantation: episódios do racismo cotidiano.** Tradução Jessica Oliveira de Jesus. São Paulo: Cadernos De Literatura Em Tradução (16). Disponível em: https://www.revistas.usp.br/clt/article/view/115286. Acesso em: 08 fev. 2021.

KIMMEL, Michael Scott. **A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas.** Traduzido por Andréa Fachel Leal. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, outubro de 1998. LAJOLO, Marisa. Circulação e consumo do livro infantil brasileiro: Um percurso marcado. Campinas, Remate de Males, v. 3, n. 1, p. 57-78, 1984. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ha/a/B5NqQSY8JshhFkpgD88W4vz/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 01 out 2021.

KITEMBO EDIÇÕES LITERÁRIAS. Disponível em: https://editora-kitembo.lojaintegrada.com.br/ Acesso em: 19 out. 2021.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira: história e histórias.** São Paulo: Atica, 2007.

LAMOREAUX, Mack. **Os homens héteros que juram ficar longe das mulheres.** Revista Vice, online. Setembro, 2015. Disponível em: https://www.vice.com/pt/article/nng8bx/os-homens-heteros-que-juraram-ficar-longe-das-mulheres. Acesso em: 01 out 2021.

LEFEVERE, Andre. **Why waste our time on rewrites? The trouble of interpretation and the role of rewriting in an alternative paradigm.** In: HERMANS, Theo (Ed.) The manipulation of literature: Studies in literary translation. London: Croom Helm, p. 215-243. 1985.

LIMA, Heloísa Pires**. Personagens negros: um breve perfil na literatura infanto-juvenil.** In: MUNANGA, K (org.). Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2000. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=103321. Acesso em: 01 out. 2021.

LITERAFRO - Portal da literatura afro-brasileira. **Quem Somos**. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/literafro/ Acesso em: 19 out. 2021.

LOBATO, Monteiro. **Peter Pan.** Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2012.

LOBO, Luiza. **Crítica sem juízo**. 2 ed. revista. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

LONGHI, Raquel Ritter. **Intermedia, ou para entender as poéticas digitais.** INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 set 2002.

LOPES, Nei. **Histórias do Tio Jimbo**. Belo Horizonte. Mazza Edições. Selo: Penninha. 2007.

LOTIERZO, T.; SCHWARCZ, Lilian Mortiz. **Raça, gênero e projeto branqueador : A redenção de Cam, de Modesto Brocos.** Artelogie (Online), v. 1, p. 1-25, 2013. Disponível em: http://cral.in2p3.fr/artelogie/IMG/article_PDF/article_a254.pdf . Acesso em: 01 out 2021.

LUEDJI LUNA part. ZUDIZILLA. **Ameixa**. Rio de Janeiro: Gravadora: Altafonte Network S.L. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yVFj4Ih6dx8.

MACHADO, Adilbênia Freire. **Ancestralidade e encantamento como inspirações formativas: filosofia africana e práxis de libertação**. Páginas de Filosofia (São Bernardo do Campo) , v. 6, p. 51-64, 2014.

MCQUINN, Anna**. Lulu Adora Histórias**. Rio de Janeiro. Pallas Editora. Selo: pallas mini. 2006.

MAGNOLI, Demetrio. **Identidades raciais, sociedade civil e política no Brasil.** São Paulo, IFHC. 2008. Disponível em: https://fundacaofhc.org.br/files/papers/425.pdf. Acesso em: 30 set. 2021.

MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. **"Como se deve escrever a história do Brasil?".** Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 6 (24), jan, p. 389-411. 1845.

MARCÍLIO, Carolina Marinho ; MARTINS, Elisamar Pereira ; Nascimento, Yago ; SILVA, Luciana Mesquita. Entre Bom-Crioulo e Amaro: pode um sujeito negro homossexual falar. LETRÔNICA, v. 14, p. 1-16, 2021. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/39265 Acesso em: 29 dez. 2021.

MAZZA EDIÇÕES. **Mazza Edições e Penninha Edições Pioneirismo e resistência**. Disponível em: https://www.mazzaedicoes.com.br/ Acesso em: 19 out. 2021

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945).** São Paulo: Difel, 1979.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2014.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** In: Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira[S.l: s.n.], 2004. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf. Acesso em: 30 set. 2021

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

NANDYALA. **Quem somos.** Disponível em: https://www.nandyalalivros.store/Paginas/90683/quem_somos Acesso em: 19 out. 2021.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista.** 2. ed. Brasília / Rio de Janeiro: Fundação Palmares / OR Editor Produtor, 2002, p. 269-274. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/11-textos-dos-autores/1444-abdias-nascimento-quilombismo-um-conceito-cientifico-historico-social. Acesso em: 30 set. 2021.

NASCIMENTO, Débora do**. Porque conhecer editoras negras ?.** biblio.info. Março, 2021. Disponível em: https://biblioo.info/por-que-conhecer-editoras-negras/. Acesso em: 05 out. 2021.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra.** In: Afrodiáspora: Revista do mundo negro. N 6-7. Ipeafro, 1985. p. 273-294

NASCIMENTO, Yago Jose Eloi do; SILVA, Luciana de Mesquita. **Masculinidade negra, paternidade e afetividade na literatura infantil: O menino Nito, de Sônia Rosa.** Antares: letras e humanidades, v. 12, p. 207-227, 2020.

NEGRÃO, Esmeralda V. **Preconceitos e Discriminações Raciais em Livros Didáticos e Infantojuvenis.** In: Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Cortez, 1988, p. 52-65. Disponível em: http://publicacoes.fcc.org.br//index.php/cp/article/view/1196. Acesso em: 01 out. 2021.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati & PINTO, Regina Pahim. **De Olho no Preconceito: um guia para professores sobre racismo em livros para criança.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1990.

NENÉO; REZENDE, Paulinho. **Meu Ébano**. In: NAZARETH, Alcione Dias. Uma nova paixão. 2005. Rio de Janeiro: Indie Records. CD. Faixa 8.

NIROBE, Pituka. **Pedras, pedrinhas e pedregulhos.** Belo Horizonte. Nandyala. 2017.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil.** São Paulo*, Tempo social*, v.19, n.1, p. 287-308, 2007.

NOGUEIRA, Renato. **Porque amamos? O que os mitos e a filosofia tem a dizer sobre o amor.** Rio de Janeiro. Harper Collins. 2021.

NORA, Pierre. **Da liberdade a tirania**. Tradutor: Claudio Storino Revista Musas.Rio de Janeiro. N°4. p.6-10. 2009. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/musas20120327.pdf. Acesso em: 01 out 2021.

OGUM'S TOQUES NEGROS. **Somos ogum's**. Disponível em: https://editoraogums.com/somos-ogums/ Acesso em: 19 out. 2021.

OLIVEIRA, Anderson Jose Machado de. **Igreja e escravidão Africana no Brasil Colonial.** Especiaria (UESC), v. 10, p. 356-388, 2007.

OLIVEIRA, Eduardo David de. **A epistemologia da ancestralidade**. Revista Entrelugares – Revista de Sociopoética e abordagens afins, ISSN 1984-1787, 2009. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/eduardo_oliveira_-_epistemologia_da_ancestralidade.pdf. Acesso em: 20 dez. 2021.

OLIVEIRA, Luciana Xavier de. **Negro é lindo: estética, identidade e políticas de estilo.** Mídia e cotidiano, v. 12, p. 187-205, 2018.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes; CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil**. 2010. In: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S01024698201000010 0002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 01 out. 2021.

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. **A tessitura dos personagens negros na literatura infanto-juvenil brasileira.** Sementes (Salvador) , v. 06, p. 103-117, 2005. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/literafro/arquivos/artigos/criticas/ArtigoAnoria1literaturainfantojuvenil.pdf. Acesso em: 01 out. 2021.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. **Os quilombos editoriais como iniciativas independentes.** Aletria, Belo Horizonte, v. 28, n. 4, p. 155-170, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/18829/15794 Acesso em: 20 out. 2021.

ORÍKÌ. **Sobre a oríkì**. Disponível em: https://www.oriki.com.br/sobre Acesso em: 19 out. 2021.

PALLAS EDITORA. **A editora**. Disponível em: https://www.pallaseditora.com.br/pagina/a_editora/2/ Acesso em: 19 out. 2021.

PINHO, Osmundo. **Qual é a identidade do homem negro**. Democracia Viva, Rio de Janeiro, p. 1 - 76, 01 jun. 2004.

PINHO, Osmundo. **O Corpo do Homem Negro e a Guerra dos Sexos no Brasil.** In: Henrique Restier; Rolf Malungo de Souza. (Org.). Diálogos Contemporâneos sobre Homens Negros e Masculinidades. 1a.ed.São Paulo: Ciclo Contínuo, 2019, v. 0, p. 105-131.

PEREIRA, Luena . **Literatura Negra Infanto-Juvenil: Discursos afro-brasileiros em construção.** Interseções (UERJ) , v. 18, p. 431-457, 2016. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/26576. Acesso em: 01 out. 2021.

PINHEIRO, Marta Passos. **O diálogo entre escritor, ilustrador, designer e editor em obras infantis premiadas.** In:OLIVEIRA, L. H. S.; MOREIRA, W. J. (Org.) . Edição e crítica. 1. ed. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2018.

POMBO, Mariana. **Crise do patriarcado e função paterna: um debate atual na psicanálise.** Psicologia Clinica (PUCRJ I mpresso) , v. 30, p. 447-470, 2018.

PORTAL GELEDÉS. **A literatura infantil para incentivar a autoestima em crianças negras.** Março, 2021. Disponível em: https://www.geledes.org.br/literatura-infantil-para-incentivar-a-autoestima-em-criancas-negras/. Acesso em: 05 out. 2021.

PLAZA, Júlio. **Tradução intersemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

PROENÇA FILHO, Domício. **"O negro na literatura brasileira".** In: Boletim bibliográfico biblioteca Mário de Andrade. São Paulo, Biblioteca Mário de Andrade, v. 49, n. 14, jan./dez. 1988.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUILOMBHOJE. **Missão**. Disponível em: https://www.quilombhoje.com.br/site/ Acesso em: 19 out. 2021.

RIBEIRO, Ana Elisa; PEREIRA, Maria do Rosário Alves. **Editoras Pallas, Corrupio e Mazza: pioneirismo e publicação negra no Brasil.** ANIMUS (SANTA MARIA. ONLINE), v. 20, p. 1-18, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/44249/pdf Acesso em: 20 out. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte: Letramento; 2017. (Feminismos plurais).

RIBEIRO, Claudia Regina; GOMES, Romeu; MOREIRA, Martha Cristina Nunes. **A paternidade e a parentalidade como questões de saúde frente aos rearranjos de gênero.** Ciência & Saúde Coletiva (Online), v. 20, p. 3589-3598, 2015. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/csc/a/qxzxVJzfT4j4hPn9LfX7yGc/abstract/?lang=pt. Acesso em: 06 out.2021.

ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia; ODDONE, Nanci. **Políticas publicas para o livro, leitura e biblioteca.** Ciência da Informação, v. 35, p. 183-193, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/bzwPCxGPDnyNmcLr8yt7kDH/?lang=pt. Acesso em: 01 out. 2021.

ROSA, SONIA. **A literatura infantil afro-brasileira como letramento racial e fortalecimento das identidades negras: uma narrativa autobiográfica.** Dissertação (Mestrado em Relações Etnico-Raciais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. CEFET, Rio de Janeiro. 2019.

ROSA, Sônia. **Literatura infantil negro afetiva para crianças e jovens**. In: Dossiê olhares sobre literaturas e artes africanas e afro-brasileiras. (Org.) Revista África e africanidades. 2021. Disponível em: https://africaeafricanidades.online/documentos/dossiearteeliteratura2021.pdf#page=1. Acesso em: 05 out. 2021.

ROSA, Sônia. **O menino Nito**. Rio de Janeiro. Pallas Editora. Selo: pallas mini. 2002.

ROSA, Waldemir. **Homem preto do gueto: um estudo sobre a masculinidade no Rap brasileiro.** Universidade de Brasília (UnB). Brasília. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Instituto de Ciências Socias. Departamento de Antropologia. UNB. 2006. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/2769 Acesso em: 10 out. 2021.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Discriminações Étnico-Raciais na Literatura Infantojuvenil Brasileira.** São Paulo: Rev. Brasileira de Biblioteconomia, 1979. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/18303. Acesso em 01 out. 2021.

SANTOS, Gislene Aparecida. **A invenção do 'ser negro'. Um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros.** São Paulo; Rio de Janeiro: Pallas/Educ/Fapesp, 2002. v. 1. 173p.

SANTOS, Joel Rufino dos. **A metamorfose do negro**. In: Santos, Joel R. dos; Lopes, Nei; Costa, Haroldo. Nação Quilombo. Rio de Janeiro: ND Comunicação. 2010.

SANTANA, Lousana de Jesus; PURIFICACAO, Marcelo Máximo; TORRES, Claudia Regina de Oliveira Vaz. **Corpos negros no chão x corpos negros no trono: espaços de poder e os negros no Brasil.** Revista ensino de ciências e humanidades - cidadania, diversidade e bem estar- RECH, v. V, p. 1-813, 2019.

SANTOS, Raquel Amorim dos; SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e Silva. **Racismo Científico no Brasil Pós-Escravatura.** REVISTA CONTEMPORÂNEA DE EDUCAÇÃO , v. 12, p. 438, 2017. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/53577/35088. Acesso em: 30 set. 2021

SANTOS, Ricardo Augusto dos. **Os intelectuais eugenistas. Da abundância de nomes a escassez de investigação. (1917-1937).** In: VII Simpósio Nacional Estado e Poder: Sociedade Civil, 2012. Uberlândia (MG). VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. **Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco**. História, ciências, saúde - manguinhos (Impresso), v. 18, p. 225-242, 2011.

SILVA, Sergio Gomes. **A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista.** Psicologia. Ciência. v.26 n.1. Brasília, 2006.

SILVA, Tarcízio. **Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código.** In: Anais do IV Simpósio Internacional LAVITS – Assimetrias e (In)visibilidades: Vigilância, Gênero e Raça. Salvador, Bahia, Brasil, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/333700308_Racismo_Algoritmico_em_Plataformas_Digitais_microagressoes_e_discriminacao_em_codigo. Acesso em: 21 Dez. 2021.

SOUZA, Florentina. **Literatura afro-brasileira: algumas reflexões.** Palmares, Brasília, ano 1, n. 2, p. 64-72, dez. 2005.

SOUZA, Henrique Restier da Costa. **Como é ser um homem negro no Brasil?.** 2017; Tema: Masculinidades negras no Brasil. (Online). Disponível em: https://www.justificando.com/2017/07/03/como-e-ser-um-homem-negro-no-brasil/ Acesso em: 03 out 2021.

SOUZA, Henrique Restier da Costa. **Lá vem o negão: Discursos e estereótipos sexuais sobre os homens negros**. In: 13º Mundo de mulheres & fazendo gênero: transformações, conexões e deslocamentos. 2017, Florianópolis/SC. Anais do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero. Florianópolis/SC: UFSC, 2017.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SOUZA, Rolf Ribeiro. **A Confraria da Esquina: O que os Homens de Verdade falam entre si em torno de uma carne queimando. Uma etnografia de um churrasco numa esquina do subúrbio carioca**. 3. ed. Rio de Janeiro: Malungo, 2020. v. 1. 128p.

SOUZA, Rolf Ribeiro; RESTIER, H. (Org.). **Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades**. 1. ed. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019. v. 1. 232p.

SOUZA, Rolf Malungo Ribeiro de. **As Representações do Homem Negro e suas Conseqüências**. Revista Fórum Identidades, v. 6, p. 98-115, 2009.

SOARES, Thiago A. S; ARAÚJO, Douglas J. G. **Homem negro, corporeidades e saúde: perspectivas históricas e sociológicas**. In: Henrique Restier; Rolf Malungo de Souza. (Org.). Diálogos Contemporâneos sobre Homens Negros e Masculinidades. 1a.ed.São Paulo: Ciclo Contínuo, 2019, v. 0, p. 53-76.

STÜCKER, Ananda. **A periferia nos seriados televisivos Cidade dos homens e Antonia. Dissertação**. (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós Graduação em Ciência da Comunicação. Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo. p.142. 2009. Disponível em: https://bv.fapesp.br/pt/dissertacoes-teses/82047/a-periferia-nos-seriados-televisivos-cidade-dos-homens-e-ant. Acesso em: 05 out. 2021.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro, 2003. Relume Dumará.

THE PURSUIT OF HAPPYNESS (A procura da felicidade). Direção: Gabrielle Muccino. Estados Unidos: Columbia Pictures. 2006. DVD. (117min)

VAINFAS, Ronaldo. **Colonização, Miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira**. Tempo (London), Niterói, v. 8, p. 7-22, 1999.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver**. 2009 Disponível em: https://pt.scribd.com/document/132966867/WALSHCatherineinterculturalidade-critica-e-pedagogia-decolonial. Acesso em: 01 out 2021.

WERNECK, Jurema. **Racismo institucional e saúde da população negra**. Saúde soc., v. 25, n. 3, 2016, p. 535-349.

YUSTE FRÍAS, José. **Paratextualidade e tradução: a paratradução da literatura infantil e Juvenil**. In: Cadernos de tradução, Florianópolis, n. 34, pp. 09-60, 2014.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. 5. ed. rev. ampl. São Paulo: Global, 1985.